



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

PAULO REGE SANTOS MATOS

**A IMPLANTAÇÃO DA VULCABRÁS AZALEIA NO MUNICÍPIO DE
FREI PAULO/SE: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

São Cristóvão (SE)
2012

PAULO REGE SANTOS MATOS

**A IMPLANTAÇÃO DA VULCABRÁS AZALEIA NO MUNICÍPIO DE
FREI PAULO/SE: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre à banca examinadora do Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Área de concentração: Desenvolvimento e Gestão em Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr^o. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

São Cristóvão (SE)
2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M433i Matos, Paulo Rege Santos
A implantação da Vulcabrás Azaléia no município de Frei Paulo/SE : impactos no desenvolvimento local / Paulo Rege Santos Matos ; orientador Ricardo Oliveira Lacerda de Melo. – São Cristóvão, 2012.
165 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Calçados – Indústria – Frei Paulo (SE). 3. Desenvolvimento local. I. Melo, Ricardo Oliveira Lacerda de, orient. II. Título.

CDU 502.131.1:338.45:685.34(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre à banca examinadora do Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em: _____._____._____

Banca Examinadora

Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas – Examinadora interna
Universidade Federal de Sergipe

Dr^o. Dean Lee Hansen – Examinador externo
Universidade Federal de Sergipe

Dr^o. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo - Orientador
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Drº. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo - Orientador

Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Paulo Rege Santos Matos – Autor
Universidade Federal de Sergipe

Drº. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo - Orientador
Universidade Federal de Sergipe

À minha querida mãe, Maria do Carmo, por lutar incessantemente para que seus filhos não repetissem sua trajetória de vida, buscando concretizar seus sonhos através dos descendentes e não medindo esforços para que pudessem trilhar os caminhos da verdade, justiça e conhecimento, este único capaz de libertar o ser humano das amarras da ignorância e da dependência.

À minha Irmã, Silvia Maria, por despertar em mim o interesse pela vida acadêmica, além de servir como exemplo a ser seguido, inclusive por pensar juntamente comigo que tema deveria escolher para defender e aqui cheguei.

AGRADECIMENTOS

Ação humana que deve existir como forma de reconhecimento de gratidão é o agradecimento àqueles que contribuíram ao longo desses anos para a consecução desta caminhada, possa ser que esqueça de mencionar todos que de forma direta ou indireta ajudou a construir este estudo por isso peço desculpas caso isto ocorra.

Primeiramente a Deus todo poderoso, pelo dom da vida e da saúde, sem a qual nada seria possível, pelo amor, sabedoria, humildade e determinação para enfrentar os obstáculos colocados a nossa prova, principalmente nesse período o qual tive percalços, mas que sempre Deus esteve presente.

À minha irmã Silvia Maria, pelos ensinamentos, orientações e apoio para realização desta pesquisa, sou seu admirador.

À Rosane Ferreira, minha esposa, pelo amor e apoio incondicional em meus momentos de tensão, angústia e sobretudo, pela minha ausência durante o período do mestrado.

Ao professor Ricardo Lacerda, pela forma de condução na orientação, pois mesmo com tempo reduzido soube conduzir aos objetivos pretendidos com eficiência e eficácia, além de despertar em mim uma nova visão de desenvolvimento regional associada a uma maior praticidade acadêmica, muito obrigado e que Deus sempre te ilumine.

Aos meus colegas de turma Roberto Wagner, Grasiela, Tião e Maralyza, pela amizade, paciência, pelas ótimas risadas e desabafos, além do incentivo e apoio constante na realização deste trabalho, gosto muito de vocês e obrigado por tudo.

A minha colega e amiga Marister, a qual conheci na turma do mestrado, pela ajuda não só na construção desta dissertação, como também na discussão de temas diversos que ajudam a ter novas visões de mundo.

Ao meu Superior hierárquico, Alberto Aciole, por diversas ocasiões propiciar o tempo e apoio necessário para cursar as disciplinas, como também para construir esta dissertação.

Aos meus colegas de trabalho e amigos, Olavo Nery, pela ajuda fundamental na obtenção dos dados secundários que envolvem todo o trabalho e que sem eles não poderia realizar uma análise mais aprofundada, e a Juciana Karla pelos ajustes na dissertação que tanto tomam tempo e são necessários para agilizar a pesquisa, muito obrigado.

Ao pessoal do Prodema, nas pessoas da Professora Maria José sempre solicita as nossas reivindicações, a Aline e Najó Glória pelo auxílio no dia-a-dia e a professora Gicélia, a qual deu continuidade às ações necessárias do Programa.

Aos meus colegas de turma 2011, que tive o prazer imenso de conhecê-los e tanto dividimos alegrias, tristezas, mas acima de tudo, que crescemos juntos, obrigado.

RESUMO

O desenvolvimento regional e local em diversos municípios brasileiros e principalmente na região Nordeste a partir da década de 1990, teve como base incentivos fiscais que não levaram em consideração os aspectos de identidade com as potencialidades e cultura destas localidades, tendo como argumento de persuasão a geração de emprego e renda para localidades mais humildes. Diante deste cenário foi implantada na primeira década de 2000 no município de Frei Paulo (SE) a indústria calçadista “Vulcabrás Azaleia”, a qual gera significativos empregos diretos e que contribui substancialmente para mudanças socioeconômicas da cidade, mas sem sincronia com a temática vigente de desenvolvimento local e também com o desenvolvimento sustentável. Sendo assim este trabalho tem como objetivo analisar sob a perspectiva da sustentabilidade o desenvolvimento local do município de Frei Paulo (SE) verificando as influências proporcionadas a partir da indústria calçadista. Trata-se de uma investigação do tipo descritivo de caráter explicativo e de natureza quanti-qualitativa, os dados foram coletados mediante aplicação de questionário semi-estruturado com questões abertas e fechadas, aplicados aos atores envolvidos no contexto municipal. O estudo concluiu que houve geração de empregos e que aumentou substancialmente o poder aquisitivo da população e consequentemente aumento do PIB do município com uma melhor distribuição de renda para população, através do IDH. Por fim é demonstrado que os atores envolvidos no município desconhecem em sua totalidade ações de responsabilidade socioambiental realizada pela indústria calçadista em favor da localidade, como também pouco ou nada entendem dos aspectos que envolvem o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento local.

Palavras-chaves: Desenvolvimento local, Indústria calçadista e geração de empregos.

ABSTRACT

The regional and local development in many Brazilian cities and especially in the Northeast from the 1990s, was based on tax incentives that did not take into account the aspects of identity and culture with the potential of these places, with the argument of persuasion generation employment and income for localities more humble. Given this scenario was implemented in the 2000s in the municipality of Frei Paulo (SE) the footwear industry "Vulcabras Azaleia", which generates significant direct jobs and contributes substantially to socioeconomic changes of the city, but out of sync with the prevailing theme of local development and also to sustainable development. Thus this paper aims to examine sustainability from the perspective of local development in the municipality of Frei Paulo (SE) checking the proportionate influences from the footwear industry. This is an investigation of descriptive and explanatory character of quantitative and qualitative nature, data were collected by means of semi-structured questionnaire with open and closed questions, applied to the actors involved in the municipal context. The study concluded that there was job creation and which substantially increased the purchasing power of the population and therefore GDP growth of the city with a better distribution of income to the population through the HDI. Finally it is shown that the actors involved in the county in its entirety unaware of environmental responsibility actions performed by the footwear industry in favor of the locality, but also understand little or nothing of the issues involving sustainable development and local development.

Keywords: Developing local shoe industry and creating jobs.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABICALÇADOS	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
APL	Arranjo Produtivo Local
APLs	Arranjos Produtivos locais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDL	Câmara dos Dirigentes lojistas
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe
CMMAD	Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DDT	Diclorofeniltricloroetano
EMDAGRO	Empresa de Defesa Agropecuária de Sergipe
FAI	Fundo de Apoio a Industrialização
FAIN	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FOB	Free on Board
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GTP	Grupo de Trabalho Permanente
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social

JUCESE	Junta Comercial do Estado de Sergipe
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMFP	Prefeitura Municipal de Frei Paulo
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PRÓ-BAHIA	Programa de Promoção ao Desenvolvimento da Bahia
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEPLAN	Secretaria Estadual do Planejamento
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Mapa do Estado e Município objeto de estudo	43
Figura 3.1 - Placa ilustrativa a concessão de incentivos fiscais a indústria no interior nordestino.....	57
Figura 3.2 - Placa ilustrativa de incentivos fiscais obtidos pela Vulcabrás Azaleia através do PSDI.....	65
Figura 4.1 - Imagem da Vulcabrás Azaleia em Frei Paulo (SE),.....	70
Figura 4.2 - Construção civil em franco crescimento em Frei Paulo (SE).....	91
Figura 4.3 - Abertura de novas vias urbanas em Frei Paulo (SE) e suas novas demandas.....	108
Figura 4.4 - Nova área da lixeira de Frei Paulo (SE).....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1-	Empregos formais da indústria calçadista do Estado de Sergipe existentes entre 2006 a 2010.....	65
Gráfico 4.1-	Evolução populacional de Frei Paulo – SE, 1991 a 2010.....	76
Gráfico 4.2-	Local de origem dos comerciantes.....	84
Gráfico 4.3-	Faixa etária dos comerciantes.....	85
Gráfico 4.4-	Educação formal dos comerciantes.....	86
Gráfico 4.5-	Segmentos comerciais pesquisados.....	87
Gráfico 4.6-	Influência da Vulcabrás Azaleia na criação ou ampliação do negócio..	88
Gráfico 4.7-	Dinâmica das vendas a partir da implantação da indústria calçadista....	89
Gráfico 4.8-	Crescimento das vendas evidenciados pelos estabelecimentos.....	90
Gráfico 4.9-	Desenvolvimento socioeconômico vivenciado na cidade de Frei Paulo.....	94
Gráfico 4.10-	Atividades econômicas prejudicadas pela indústria calçadista.....	97
Gráfico 4.11-	Mudanças que afetam o desenvolvimento municipal.....	98
Gráfico 4.12-	Mudanças de hábitos de consumo e costumes da população local.....	100
Gráfico 4.13-	A indústria e as ações de responsabilidade socioambiental.....	101
Gráfico 4.14-	Preparação da população para saída da Vulcabrás Azaleia.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1-	Geração de empregos formais no Brasil e sua distribuição por região 2006 a 2010.....	62
Tabela 4.1-	Empregos formais no município de Frei Paulo envolvendo celetistas estatutários no período 2006 a 2010.....	77
Tabela 4.2-	Evolução dos empregos formais da Vulcabrás Azaleia no município de Frei Paulo no período de 2006 a 2010.....	78
Tabela 4.3-	Empregos existentes nas cidades do Agreste central sergipano no ano de 2010.....	79
Tabela 4.4-	Comparativo dos empregos gerados nas cidades do agreste central sergipano em 2004.....	80
Tabela 4.5-	Evolução do número de matrículas escolares no município de Frei Paulo a partir da implantação da Vulcabrás Azaleia.....	81
Tabela 4.6-	Nível de escolaridade dos funcionários da Vulcabrás Azaleia 2006 a 2010.....	82
Tabela 4.7-	Faixa de renda dos trabalhadores da Vulcabrás Azaleia no município de Frei Paulo (SE) em 2010.....	83
Tabela 4.8-	Outros fatores que contribuíram para evolução das vendas nos últimos anos.....	92
Tabela 4.9-	Desenvolvimento socioeconômico da cidade de Frei Paulo e os setores mais beneficiados a partir da indústria calçadista em 2012.....	94
Tabela 4.10-	Planejamento dos comerciantes do município para uma eventual saída da indústria.....	103
Tabela 4.11-	Percepção dos comerciantes em relação à preparação da população está preparada ou não para saída da Vulcabrás Azaleia.....	105
Tabela 4.12-	Domicílios particulares permanentes em Frei Paulo.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Problemática da pesquisa.....	4
Estudos realizados sobre o tema.....	7
1 DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES.....	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DEFINIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO..	14
1.1.1 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade.....	18
1.1.2 Desenvolvimento Regional e Local.....	26
1.1.3 Arranjos Produtivos Locais.....	35
2 METODOLOGIA.....	42
Caracterização da área de estudo.....	42
Tipo da pesquisa e procedimento.....	44
Técnicas e instrumentos de pesquisa.....	46
Definição e operacionalização das variáveis.....	47
Universo e amostra.....	48
Análises dos dados.....	49
3 DINAMISMO DO SETOR CALÇADISTA.....	51
3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SETOR CALÇADISTA NO BRASIL E A	
ENTRADA DOS PRODUTORES ASIÁTICOS.....	51
3.2 INCENTIVOS FISCAIS E A RELAÇÃO COM A GERAÇÃO DE	
EMPREGO, RENDA E CRÉDITO.....	55
4 VULCABRÁS AZALEIA E O DESENVOLVIMENTO	
SOCIOECONÔMICO DE FREI PAULO (SE).....	69
4.1 A INDÚSTRIA CALÇADISTA E SUAS INTERAÇÕES COM O	
MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE).....	69
Escolha do município de Frei Paulo para instalação da Vulcabrás Azaleia.....	70
A Vulcabrás Azaleia e o meio ambiente.....	72

	A Vulcabrás Azaleia e as relações comerciais e sociais no município.....	73
	Treinamento desenvolvimento de pessoal e formas de contratação.....	74
4.2	FREI PAULO ANTES E APÓS A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA.....	76
4.3	NOVA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE FREI PAULO (SE).....	84
4.4	MUDANÇAS OCASIONADAS PELA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA E PLANEJAMENTO DOS ATORES LOCAIS.....	97
4.5	AS INSTITUIÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE).....	106
4.5.1	O poder executivo local.....	106
4.5.2	As instituições financeiras.....	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES.....	115
5.1	RESPONDENDO ÀS QUESTÕES DE PESQUISA.....	115
5.2	CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	117
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICES.....	134
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista Comerciantes de Frei Paulo.....	135
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista Diretor da Vulcabrás Azaleia	138
	APÊNDICE C - Roteiro de entrevista Gerentes dos Bancos Locais	143
	APÊNDICE D - Roteiro de entrevista Prefeito Municipal de Frei Paulo	145
	APÊNDICE E - Roteiro de entrevista Representante do CDL Municipal	148

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental envolve contornos globais, e para isso vários fatores contribuíram para gerar a insustentabilidade da sociedade contemporânea: o crescimento populacional em ritmo acelerado, o esgotamento dos recursos naturais, o consumo exacerbado, a globalização e sua dupla faceta, oportunidade e mecanismo de exclusão, a concepção da natureza infinita como fonte de matéria prima e depósito de resíduos, além da pobreza que gera ainda mais degradação e instabilidades socioambientais (CAMARGO, 2003).

Nesse contexto, a temática do desenvolvimento regional e local vem obtendo ênfase cada vez maior desde o início da década de 80, isso porque a economia mundial durante os anos anteriores começou a esboçar significativas mudanças relacionadas a vários aspectos, que dentre eles devemos mencionar a nova forma de produção baseada em técnicas mais produtivas com utilização de novas tecnologias e um processo contínuo de valorização das economias regionais, com ênfase na aprendizagem e cooperação mútua dos atores locais envolvidos.

Com essa valorização da esfera local e regional como âmbito espacial das ações de promoção do desenvolvimento, possibilita que todas as dimensões da sustentabilidade possam ser facilmente integráveis na formação de um projeto de desenvolvimento sustentável em compatibilidade com a forma de pensar da atualidade.

De acordo com Buarque (1999) o desenvolvimento local sustentável tem como preocupação central melhorar a qualidade de vida dos habitantes de um município, região ou território, gerando emprego e renda em consonância com o meio ambiente, desenvolvendo atividades que deem sustentabilidade socioeconômica e ambiental, a qual possa ao longo do tempo ser fonte contínua e harmônica entre os atores envolvidos.

Neste contexto de descentralização e valorização do regional e local é importante lembrar que no Brasil, na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, e em percentual bem menor nos estados sulistas a quase totalidade das indústrias nos mais diversos segmentos, porém concomitantemente, existia uma série de entraves para permanência das mesmas nesta região a exemplo de pesados impostos, salários bem maiores que à média nacional e fiscalização da legislação ambiental mais efetiva, o que propiciou denúncias das atrocidades ao meio ambiente, como por exemplo da cidade de Cubatão em São Paulo.

Diante dessa situação, associado aos interesses de alguns estados em atrair indústrias que pudessem minimizar os efeitos do desemprego, principalmente os situados na região Nordeste, iniciou-se o que muitos autores denominam de “guerra fiscal”, a qual tinha por objetivo atrair empresas que estavam situadas em outros estados e que seriam beneficiadas com incentivos fiscais para a instalação em estados e municípios que os concedessem.

Em decorrência da falta de uma política regional e local que possibilitasse o aproveitamento adequado do potencial existente e da ineficiência de alguns governantes de elaborarem um planejamento estratégico integrado com as potencialidades locais existentes, encontraram na isenção fiscal uma forma clara de reduzir os efeitos da falta de empregos, e as empresas beneficiadas uma maneira de reduzir os custos operacionais e tributários que tanto influenciava nos resultados pretendidos.

A partir principalmente da segunda metade da década de 1990, do século passado, impulsionada por uma política fiscal vigente à época, o estado de Sergipe começou a enveredar pelo caminho de atrair investimentos industriais para a viabilização de novos postos de trabalho, porém este procedimento foi realizado de maneira simplista e sem um planejamento de médio e longo prazo levando a atração de indústrias que a princípio utilizavam tecnologia de ponta, mas que empregava muito pouco, não proporcionando de fato possibilidades de desenvolvimento local.

É importante frisar que os incentivos concedidos acarretariam custos significativos para o estado que viabilizavam a infraestrutura necessária para a instalação das indústrias, com o intuito de gerarem emprego e renda, mas que não calculava o impacto dos empregos criados versus os custos empreendidos pelo poder público para manutenção da saúde e educação na promoção desta política de desenvolvimento operacionalizada.

Contextualizando esta abordagem temos o município de Frei Paulo o qual fica situado na região agreste central do estado que durante a década de 1980 foi um grande produtor de algodão e aproveitando este potencial possuía algumas usinas de beneficiamento que também realizavam a comercialização da pluma com os grandes centros industriais deste segmento, as quais empregavam centenas de pessoas e dinamizavam a economia local juntamente com a pecuária de corte e a sua bacia leiteira, além da agricultura familiar de subsistência. O município é caracterizado por um ambiente físico que apresenta pouca fragilidade do ponto de vista ambiental, uma vez que a cidade não é margeada por rios e não possui áreas que possam

ser objeto de reserva ambiental, o qual viabiliza a instalação de indústrias que pouco impactam os recursos naturais.

No entanto, na década seguinte, a disseminação da praga do bicudo, que destruiu as plantações de algodão em toda região, associada à abertura da economia do país levaram ao fechamento de todas as fábricas existentes no município. Frei Paulo passou a enfrentar o aumento do desemprego e falta de alternativas que pudessem contornar tal situação, passando parte da população a viver dos poucos recursos repassados pela prefeitura às pessoas mais carentes o que era insuficiente e usado sem critérios previamente estabelecidos.

Sendo assim, surgiu como alternativa viável ao município a instalação da indústria de calçados hispana “Vulcabras Azaleia”, a qual se consolidou definitivamente na segunda metade da década de 2000, depois de alguns anos de adaptação junto à população local, mas sem estabelecer raízes com a localidade, além de realizar estudos sobre a viabilidade econômica da implantação de sua matriz nesta cidade, o que levou a geração de mais de dois mil empregos diretos e a uma mudança significativa na forma de viver de sua população.

Problemática da pesquisa

Este estudo tem como problemática que se propõem a resolver como a indústria calçadista tem influenciado no desenvolvimento socioeconômico sustentável no município de Frei Paulo?

A escolha do município de Frei Paulo (SE) está baseada principalmente em uma ampla reportagem realizada pelo Jornal Nacional, da rede Globo de televisão, a qual foi vinculada no dia 20 de agosto de 2010, que tinha por objetivo identificar as principais preocupações dos brasileiros e dentre elas foi elencada a necessidade de emprego e salário, a qual era a maior preocupação dos nordestinos, sendo este dado obtido através de uma ampla pesquisa realizada de forma exclusiva pelo Ibope, por solicitação da referida emissora.

Nesta reportagem o município de Frei Paulo (SE) aparece como um dos maiores geradores de emprego e renda formal do Nordeste de maneira proporcional, que são aqueles nos quais os trabalhadores possuem carteira de trabalho assinada o que garante uma série de direitos trabalhistas, além de ficar acima da média da região, a qual tem a menor proporção de trabalhadores formais do país. A matéria apresentada abordou que dos quase treze mil

habitantes do município à época, praticamente dois mil trabalhavam na indústria de calçados, a qual chegou ao município através de renúncia fiscal.

Também foi comentado sobre os efeitos proporcionados pela geração de emprego e renda, os quais influenciaram nos modos de consumo da população, a exemplo de uma funcionária que “adquiriu casa e conseguiu comprar a mobília e eletrodoméstico, tudo através do emprego adquirido na indústria de calçados, além de seu esposo abrir uma pequena oficina de motos, por entender que as pessoas começaram a comprar mais veículos deste porte a partir dos postos de trabalho gerado”.

Assim, o município que tinha a economia baseada na agricultura familiar e na pecuária, além de uma limitada economia urbana, passou a gerar desenvolvimento e uma nova forma de consumo que em muitos momentos jamais se imaginava tal situação, por isso este trabalho busca alcançar os objetivos apresentados mais adiante.

A relevância da pesquisa abrange três elementos essenciais, a saber: A cidade de Frei Paulo (SE), o pesquisador e o Programa de Mestrado em desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS). Para cidade de Frei Paulo vai contribuir com um amplo estudo realizado sobre o desenvolvimento socioeconômico que passou a existir após instalação da indústria Calçadista Vulcabrás Azaleia e as vertentes positivas e negativas que então surgiram, e propor soluções estratégicas que possam viabilizar o desenvolvimento sustentável sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, capaz de melhorar suas condições de vida.

Para o pesquisador, porque permitiu adquirir bom conhecimento sobre o desenvolvimento regional e local, observando suas vertentes que contemplam realidades diferentes para cada localidade, além de proporcionar disseminação do que foi estudado e sugerir possíveis estratégias de melhorias para o município, com o intuito de não apenas focar na importância econômica, mas também, o social e o ecológico, de modo a provocar mudança de comportamento entre os atores envolvidos em Frei Paulo e subsidiar estudos futuros.

Para a UFS/PRODEMA é importante porque cumpre seu papel social e científico, enquanto instituição de pesquisa e construção de conhecimentos para a sociedade, proporcionando resultados científicos que contribuem para melhoria de vida da população sergipana e principalmente por aproximar a Universidade Federal de Sergipe à realidade existente do interior de Sergipe, muitas vezes tão carente de apoio institucional.

Diante dessas considerações buscou-se sistematizar qual seria a finalidade desse estudo e para isso foi estabelecido como objetivo geral Analisar na perspectiva da sustentabilidade o desenvolvimento socioeconômico do município de Frei Paulo a partir da implantação da indústria calçadista.

A partir do objetivo geral estabeleceram-se como objetivos específicos:

- ✓ Levantar a estrutura socioeconômica do município antes e após a implantação da indústria calçadista;
- ✓ Identificar e avaliar os possíveis impactos urbanos proporcionados pelo crescimento econômico do município;
- ✓ Analisar possíveis ações de responsabilidade socioambiental praticadas pela indústria e demais atores envolvidos em favor do município;

Para atingir os objetivos deste estudo foram formuladas as questões de pesquisa. Segundo Lakatos e Marcone (2010, p.72), as questões de pesquisa “[...] são indagações amplas, que, para serem respondidas, vão exigir a colocação de um conjunto de perguntas específicas no questionário”. Para esse fim, são apresentadas as seguintes indagações:

- 1) Qual a estrutura socioeconômica existente antes e após a implantação da indústria calçadista no município de Frei Paulo?
- 2) Quais foram os impactos urbanos proporcionados e a sua influência para o desenvolvimento do município?
- 3) De que forma acontece as ações de responsabilidade socioambiental praticadas pelos atores envolvidos no contexto municipal?

Este estudo está apresentado em cinco capítulos, os quais nos direcionam ao entendimento das questões propostas. No primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica ou revisão de literatura, que tem por objetivo buscar os principais teóricos e estudos realizados sobre o tema em análise, para que assim pudesse subsidiar a análise da pesquisa.

O segundo capítulo aborda a metodologia científica utilizada, pois traz os procedimentos metodológicos adotados na realização da pesquisa, de forma a alcançar os objetivos propostos, além de estabelecer os procedimentos para análise dos dados obtidos.

No terceiro capítulo será tratado da análise da pesquisa através de estudos que norteiam as questões da indústria calçadista no Brasil, principalmente no Nordeste através dos incentivos fiscais concedidos, além da problemática que envolve a entrada de produtos chineses no país comprometendo não só a indústria de calçados e os empregos gerados, como também da forma como é a atuação deste tipo de indústria em países do sudeste asiático sem ao menos respeitar a legislação ambiental.

O quarto capítulo apresenta os dados secundários do setor calçadista no Brasil, no Nordeste, Sergipe e na cidade de Frei Paulo, como também a percepção obtida junto aos comerciantes do município, às instituições que atuam na localidade e ao poder executivo municipal, com o intuito de conhecer de maneira mais profunda os efeitos da implantação da Vulcabrás Azaleia na localidade.

E, finalmente, no quinto capítulo, os resultados são apresentados e discutidos através das respostas as questões de pesquisa, além de apresentar as conclusões e as considerações finais decorrentes das discussões estabelecidas no capítulo anterior, visando atender dessa forma os requisitos do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), fundado no seu caráter interdisciplinar.

Estudos realizados sobre o tema

Serão abordados neste item, estudos relevantes sobre o tema em questão, enfatizando os aspectos do desenvolvimento regional e local e dando suporte as análises realizadas neste trabalho.

No estudo realizado em Sergipe por Ribeiro (2006), procurou estudar o arranjo produtivo das cerâmicas de Itabaianinha, analisando sua evolução, competitividade, grau de capacitação tecnológica e capacidade de gerar processos interativos de aprendizagem e cooperação, além do estudo se concentrar nas cerâmicas mecanizadas de blocos de vedação.

Tal pesquisa abarcou definições de aglomerações produtivas em um contexto de mudança no cenário mundial, com enfoque no aprendizado e inovação, além de ter o desenvolvimento local como maneira sustentável das atividades econômicas. Também foram enfatizadas o papel das aglomerações como agentes do desenvolvimento territorial, enquanto arranjos produtivos fortalecedores das sinergias coletivas geradas pelas interações destas empresas com ambiente onde se localizam.

Nas conclusões o autor afirma que as empresas do arranjo produtivo, individual ou coletivamente, puderam obter aumento significativo nas suas capacidades produtivas, inclusive com ganhos tecnológicos, mas tiveram dificuldades de gerar processos de aprendizado interativo voltados à inovação, pois são poucas as ligações interfirmas, como também são pequenas ou quase nulas as ligações verticais a não ser com os fabricantes de equipamentos o que implica a competitividade local ainda bastante limitada.

Pode-se destacar da pesquisa de Ribeiro (2006) que é ilustrativo para este estudo, por tratar de paradigma que rege o desenvolvimento regional e local, além de fomentar a interação entre as empresas existentes na região e demonstrar que a nova forma de desenvolvimento deixa o entendimento de ‘cima para baixo’ como algo que já não satisfaz a nova forma de se pensar o desenvolvimento, mas sim parte do pressuposto “de baixo para cima”.

Outro estudo realizado em Sergipe é o de Matos (2004) que abordou o “Desenvolvimento sustentável e arranjos produtivos locais: o caso da cerâmica artesanal de Santana do São Francisco – SE” com objetivo de analisar o contexto do Arranjo Produtivo Local a dinâmica do artesanato de cerâmica do município de Santana do São Francisco, tendo em perspectiva o desenvolvimento local sustentável.

Tal pesquisa abordou em sua fundamentação teórica definições de política de desenvolvimento econômico local baseado em políticas públicas associadas às definições de desenvolvimento sustentável e a relação intrínseca com os arranjos produtivos locais, além de estabelecer uma interação maior entre os territórios produtivos e o desenvolvimento local, propulsor da nova maneira de se pensar a economia em consonância com o ambiente ao qual está inserido.

Nas conclusões a autora mostrou a necessidade da criação de políticas públicas voltadas para o arranjo produtivo de cerâmica artesanal enfatizando que esta deve ser coordenada por instituição capaz de articular as demais ações de outras instituições que devem atuar neste arranjo.

A pesquisa de Matos (2004) é significativo para este estudo, pois enfatiza o desenvolvimento endógeno como premissa básica alavancadora do desenvolvimento local sustentável e também por se tratar de um arranjo produtivo, partindo de pequenos artesões, mas que geram emprego e renda para população local.

Lima (2008) no estudo “Territórios e arranjos produtivos locais em Sergipe: Em busca da endogeneização do desenvolvimento” objetivou avaliar o desenvolvimento econômico de Sergipe, através da análise das diversas teorias e modelos de desenvolvimento existentes, bem como através do levantamento e análise de uma gama de dados sobre a evolução recente da economia sergipana.

Na sua fundamentação teórica abordou a economia do desenvolvimento enfatizada por Furtado, também fez ampla explanação sobre as teorias do desenvolvimento regional rumo ao novo modelo de desenvolvimento regional com ênfase num mecanismo de “auto-reforço” oriundo das aglomerações produtivas, também tratou dos territórios de desenvolvimento baseado na ideia de que o território é compreendido como uma categoria de análise social que intermédia o nacional, o regional e o local, além de definir o desenvolvimento endógeno e os arranjos produtivos locais como nova realidade econômica.

O autor em suas conclusões afirma que apesar da nova lógica do desenvolvimento local, nem sempre se encontram as condições objetivas para um imediato apoio aos APLs, principalmente pelo fato destes se encontrarem submersos numa emaranhada relação de redes entre os diversos atores, porém para se atingir o objetivo de se estruturar ações que possam gerar competitividade dos territórios, é preciso ter como foco os melhores modelos de exógeno e endógeno, ou seja, aproveitar a integração produtiva do modelo endógeno, organizar os territórios e promover os APLs através do modelo exógeno.

Esse trabalho contribui para este estudo, por demonstrar como se trabalha com dados secundários apontando os resultados obtidos por arranjo produtivo, além de viabilizar o desenvolvimento sustentável através da nova lógica de desenvolvimento regional e local consolidada através dos APLs.

Na pesquisa “Desenvolvimento local sustentável: Caracterização do APL de artesanato de linha do município de Tobias Barreto – SE, corresponde à dissertação de Santos (2007) que possui como objetivo caracterizar a evolução recente do Arranjo Produtivo de artesanato de linha da cidade de Tobias Barreto - Sergipe, a partir dos dados colhidos na pesquisa de campo realizada no município nos anos 2004, 2005 e 2006.

Seu referencial teórico está baseado no resgate das teorias sobre desenvolvimento local sustentável e apresentar algumas das transformações históricas que fizeram emergir as teorias sobre desenvolvimento local. Salienta-se a importância dessas teorias na estrutura econômica

contemporânea para a formulação de políticas, principalmente ao que se refere à geração de trabalho e à renda em regiões pouco favorecidas, como é o caso da cidade de Tobias Barreto. Posteriormente, é feita uma abordagem a respeito da importância do setor de artesanato como alternativa sustentável para o desenvolvimento socioeconômico, destacando-o como uma atividade economicamente rentável.

Em suas conclusões, Santos (2007) enfatizou que o arranjo produtivo aponta para a existência de bom grau de cooperação, tendência crescente no nível de renda das artesãs, embora ainda esteja em um patamar bastante inferior à média nacional. O setor de artesanato de Tobias Barreto assinala para um novo patamar de produção e de produtividade, visando aumento na produtividade associado à técnica de acabamento perfeito, tornando assim seu produto mais competitivo e melhor aceito em outras regiões do país.

O arranjo produtivo em questão se constitui numa alternativa para o problema do desemprego, além de se caracterizar na revitalização de atividades econômicas tradicionais, constitui-se em uma estratégia de ocupação de mão de obra, dinamização dos mercados, preservação de valores culturais e ampliação dos conhecimentos acerca das características e valores locais.

Pode-se destacar que esse trabalho é esclarecedor para este estudo devido o entendimento que se dá sobre as alternativas existentes e necessárias para combater a falta de geração de emprego e renda nas pequenas cidades do interior nordestino, além de mostrar viabilidade do APL de linhas, como maneira de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Também no estado de Sergipe foi realizado um estudo na rede Prodema com Silva (2010) que pesquisou “Apicultura sustentável: Produção e comercialização de mel no sertão sergipano”, o qual objetivou analisar a produção e comercialização do mel no sertão sergipano, na perspectiva de gerar desenvolvimento local sustentável.

Essa pesquisa abarcou definições como, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; desenvolvimento local e capital social e também, arranjos produtivos locais, como estratégia para desenvolver apicultura no sertão sergipano, norteando desde a questão ambiental até o desenvolvimento regional e local.

O autor concluiu que as atuais infraestruturas não contribuem para o desenvolvimento sustentável da atividade precisando maiores investimentos do poder público, sendo que os maiores problemas são: a falta de certificação, uso indiscriminado de agrotóxicos, elevado custo operacional e falta de mercado consumidor e sugerindo a realização de estudos

específicos que investiguem os motivos da elevada desistência dos antigos apicultores; que avalie impacto da degradação ambiental, decorrente do uso dos agrotóxicos e sua interferência na qualidade do mel dos municípios pesquisados.

Cabe ressaltar que esse trabalho contribui na elaboração deste estudo, pois existem várias definições semelhantes que visam à geração de emprego e renda, viabilizando o desenvolvimento sustentável compatibilizando com a conservação ambiental, além da metodologia utilizada possuir características compatíveis com a sugerida nesta pesquisa.

A pesquisa “Aglomerações e vantagens competitivas locais: Uma avaliação das políticas e ações de apoio aos arranjos produtivos locais de Sergipe” realizada por Michele Oliveira (2010) teve como principal objetivo identificar e avaliar as ações e políticas de apoio aos APLs de Sergipe, através da articulação entre a revisão teórica e um tratamento minucioso de dados primários e secundários coletados durante a pesquisa empírica.

O trabalho é fundamentado de definições sobre criação da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – RedeSist como marco conceitual e difusor dos APLs, trata da inserção dos APLs no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e 2008-2011 e por fim aborda o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL.

A autora apresenta como conclusões que a pesquisa identificou e avaliou as iniciativas de apoio aos APLs, confirmando a importância da interação entre os atores econômicos, sociais e políticos, bem como a necessidade de implementação de políticas públicas elaboradas à luz do conhecimento sobre os principais gargalos e entraves para o desenvolvimento regional e local.

É importante abordar que esse trabalho ajuda na consolidação de definições e abrangência dos Arranjos produtivos locais como agentes de transformação da realidade local, além de demonstrar necessidade de integração das instituições como forma geradora de políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades das políticas de desenvolvimento.

No Rio Grande do Sul foi realizado um estudo por Suzin (2010) que tratou da “Análise das competências organizacionais para a internacionalização: O caso da Vulcabrás/Azaleia”, no qual o objetivo principal foi analisar as competências organizacionais no processo de internacionalização de uma empresa calçadista.

Em sua fundamentação teórica a autora abordou a sustentação por teorizações contemporâneas que sinalizam como o desenvolvimento de competências organizacionais pode vir a se constituir numa estratégia de internacionalização mais eficaz e eficiente. À luz dessas teorizações, assume-se como premissa central que há uma peculiar articulação de recursos, através da estrutura organizacional, que pode promover o desenvolvimento de competências em organizações internacionalizadas com maior eficiência e eficácia, associada a fatores de mudança para regiões que tornem a empresa mais competitiva.

Segundo Suzin (2010), suas conclusões afirmam que os resultados mostram que possuir competências embasadas no aprendizado organizacional representadas pela capacidade da empresa aprender com seu ambiente interno, desenvolver capacidade de entender os mercados e de se relacionar no ambiente onde transita contribuíram para novas práticas de gestão, promoveram inovação, estimularam à introdução de novos canais de comercialização e fabricação e favoreceram a constante renovação da plataforma de recursos que propiciaram o desenvolvimento de novos produtos/serviços.

Cabe ressaltar que essa pesquisa é importante para por realizar um minucioso estudo de caso sobre a Vulcabrás Azaleia, empresa instalada na cidade de Frei Paulo objeto de estudo, e que estabelece no município uma nova forma de desenvolvimento local, mas que o tema apresentado pela autora não contribui para o desenvolvimento regional.

**CAPÍTULO 1 -
DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES**

1 DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES

Este capítulo tem por objetivo analisar as contribuições teóricas que serão utilizadas para estruturação desse estudo, em que apresenta breve discussão das teorias que fundamentarão desde os objetivos deste trabalho até a análise e interpretação dos dados coletados, para se chegar aos resultados pretendidos.

A importância de se levantar os aspectos teóricos relevantes que norteiam a associação entre a literatura e a prática dá-se principalmente pela busca de referências que se consolidaram ao longo de vários anos de pesquisas e debates e que são necessários para pautar análises diversas, embasando neste estudo as noções de desenvolvimento sustentável atrelando ao desenvolvimento regional e local e perpassando pelos arranjos produtivos locais, visando o equilíbrio que deve pautar o crescimento econômico e a relação com o meio ambiente, além de mostrar que em muitos casos crescimento econômico é confundido com o conceito de desenvolvimento.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DEFINIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

A amplitude dos significados sobre desenvolvimento nos remete as várias definições sobre as novas abordagens do tema com o intuito de explicar as suas dimensões na perspectiva econômica, social, cultural e ecológica, aliás, descrever e definir o que seja desenvolvimento nunca fora uma das tarefas mais fáceis para os grandes pensadores e economistas dos séculos passados, mas tentaremos aqui estabelecer conceitos que venham contribuir na construção deste trabalho.

Na perspectiva do modelo ocidental, o entendimento que se tem do que seja desenvolvimento, prevaleceu foi à visão de crescimento econômico, em que o princípio da utilidade determinaria todo seu direcionamento. É nessa linha de raciocínio universalista e evolucionista linear, cuja origem se fundamenta nas ideias do iluminismo francês, de hierarquização de culturas de acordo com estágios de progresso socioeconômico que o modelo de desenvolvimento ocidental é considerado um estágio superior e universal de civilização contemporânea, devendo-se todas as sociedades do Terceiro-Mundo seguir as etapas já vividas pelas nações industrializadas, desconsiderando o fato de que a realidade do subdesenvolvimento é hoje muito mais complexa que as sociedades pré-capitalistas da Europa (MATOS; MELO, 2007).

Por esta linha de pensamento tem-se uma ideia dominante dos países ricos do ocidente caracterizados por determinados padrões de produção e consumo, que muitas vezes os países do Terceiro-mundo (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) se espelham, desconsiderando suas características, potencialidades e culturas próprias, levando a uma situação ainda desconhecida sem analisar corretamente a contextualização.

Os modelos de desenvolvimento não podem ser transportados, pois deve ser um processo de mudança sustentável no contexto de uma nação, visando o benefício de todo o seu povo. Cada país ou região possui seu próprio potencial de desenvolvimento e é capaz de moldar e planejar seu próprio destino, sem precisar copiar os padrões de outros, decidindo por si mesmo quanto aos objetivos de sua sociedade e o modo como os alcançará (CAIDEN; CARAVANTES, 1988).

No intuito de sintetizar o sentido de desenvolvimento, em virtude da sua gama de significações, esse trabalho adota a definição de Candeas (1999), o qual define “Desenvolvimento é um processo, e não um estado, com objetivo amplo que se busca considerando as experiências históricas e específicas de cada sociedade” (CANDEAS, 1999, p. 34).

Partindo dessa forma não se trata de passar da condição de país subdesenvolvido para a de desenvolvido através do aumento dos resultados econômicos, com base na experiência dos países do primeiro mundo, e sim de entender o significado do que seja desenvolvimento.

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico, desafiador e polêmico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, afinal muitos atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos (OLIVEIRA, 2002).

Neste sentido o crescimento econômico já não pode ser a única vertente a ser considerada no processo de desenvolvimento, uma vez que atualmente verifica-se uma maior humanização de seu conceito fortemente embasada nos autores neoclássicos do desenvolvimento. Verifica-se, assim, uma maior tendência a considerações acerca das questões sociais e ambientais junto à econômica sempre que se remete ao desenvolvimento (BOISIER, 2000).

È necessário reconhecer a relação existente entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, porém é bom atentar que enquanto o crescimento está ligado

fundamentalmente ao aspecto material, o desenvolvimento preocupa-se com o que é intangível, demonstrando claramente a diferenciação entre as duas abordagens. Menciona-se que o desenvolvimento, não deve ser somente atrelado ao crescimento econômico, deve também conter a visão construtivista com sua subjetividade, valores, intangibilidade e complexidade inerentes ao conceito (BOISIER, 2003).

De acordo com a vertente econômica o desenvolvimento pode ser analisado sob três visões diferentes: a Neoclássica, que coloca o peso do desenvolvimento na flexibilidade dos preços e salários, ou seja, um mercado autoregulador; a Keynesiana, que enfatiza a regulação da demanda efetiva; e a Schumpeteriana, que dá ênfase aos investimentos autônomos que incorporam as inovações técnicas (DELFIN NETO, 2005, apud SANTOS, 2007).

O pensador Joseph Schumpeter, em sua obra Teoria do Desenvolvimento Econômico, fez abordagem ao plano teórico sobre desenvolvimento, com ênfase na discussão de crescimento econômico que prevaleceu por várias décadas seguintes. Aliás, pelo senso comum social a ideia de desenvolvimento está atrelada ao progresso econômico, a tudo que se refere a construções que propiciem o aumento do Capital financeiro e patrimonial sem ao menos se preocupar com outros atores envolvidos que se tornam “menos importantes” para o sistema.

No pensamento de Furtado (1969) o desenvolvimento é definido como um processo gerado a partir de uma gama de mudanças no modo em que os fatores de produção são combinados, assim a teoria do desenvolvimento econômico em sua perspectiva, tem por objetivo explicar como o fator trabalho aumenta a produtividade constantemente e são os baixos índices de produtividade a grande barreira do desenvolvimento.

Segundo Thomas Santos (2002, apud SANTOS, 2007) em uma avaliação ideal do desenvolvimento, o progresso deve ser medido pelos avanços humanos e ambientais, antes de considerar os indicadores intermédios, tal como o PIB. No entanto, o PIB está relacionado positivamente com a redução da pobreza, com a desigualdade de renda, com a mortalidade infantil, com o aumento na expectativa de vida e com o declínio da poluição da água e negativamente com o declínio das emissões de dióxido de carbono (THOMAS, 2002).

Economistas como Delfim Netto (2005, apud Santos, 2007), acreditam que o desenvolvimento depende das condições iniciais, da dimensão do país, da sua história e geografia e das boas práticas econômicas. Dessa forma, o desenvolvimento econômico pode ser resumido em cinco proposições:

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES

- ✓ É um processo histórico não necessariamente monotônico, em que o acidente locacional é importante;
- ✓ Depende do capital humano, ou seja, do nível de educação médio da população, de sua saúde, do seu “saber fazer” da sua capacidade inventiva e empresarial e do progresso do conhecimento, o que significa investimento na pesquisa;
- ✓ As variáveis mais importantes para explicar o aumento da capacidade produtiva no longo prazo;
- ✓ A participação no processo de integração da economia mundial;
- ✓ O desenvolvimento sustentado, que exige uma preocupação com os problemas ecológicos.

Mesmo considerando as múltiplas manifestações que o desenvolvimento pode tomar em cada sociedade, este não exclui elementos que vão além da diversidade sociocultural específica, ou seja, são considerados essenciais em qualquer sociedade independente de suas particularidades. Para Candeas (1999), a busca do sentido universal do desenvolvimento exige a definição formal de critérios objetivos símbolos do fenômeno desenvolvimento, o que neste momento busca-se fazer neste trabalho, conforme definição anteriormente descrita.

Para Matos e Melo (2007) o quadro de pobreza e de degradação que se apresenta o ambiente e a incapacidade dos modelos de desenvolvimento de dar respostas aos problemas sociais, coloca o crescimento econômico diante de um impasse, que começa a considerar a vertente ambiental e as condições em que vive a humanidade em suas bases de planejamento. Foi essa preocupação com a preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população que fez surgir o conceito de ecodesenvolvimento introduzido por Maurice Strong em 1972 e largamente difundido por Sachs em 1974, sendo mais tarde substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

O crescimento econômico significa aumento da economia e quanto maior a economia, maior o impacto ecológico. O aumento da atividade econômica tendo em vista recursos naturais finitos, implica em aumento do chamado custo de oportunidade de serviços ambientais. Com o crescimento da economia, alguns recursos naturais irão desaparecer e esse limite ao crescimento revela que é preciso conciliar o desejável (crescimento econômico) com o possível (as fronteiras ecológicas da economia), para que assim cheguemos ao Desenvolvimento sustentável (CAVALCANTI, 2004).

Assim, na avaliação de Montebellier-Filho (2001, apud MATOS; MELO, 2007), a construção do conceito de ecodesenvolvimento parte da crítica à visão economicista e ao desenvolvimentismo. O ecodesenvolvimento veio a se constituir em novo paradigma e põe-se como resposta à crise da ciência até então estabelecida, que não mais consegue dar conta de compreender a realidade complexa e mutante, composta de fenômenos sociais que tomavam lugar ativo no pensamento científico, tais como a exclusão social e a questão ambiental.

Diante da ampla discussão de conceitos que envolvem o desenvolvimento e as correntes existentes, tanto do ponto de vista econômico, social, político e ambiental, com predominância da economia como forma de sobrevivência da espécie humana, e buscando uma alternativa de convergência dos mesmos surge um processo de adjetivação do desenvolvimento em integrado, endógeno, sustentável, durável, regional e local, os quais nortearão este estudo.

1.1.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

Para estabelecer uma definição sobre desenvolvimento sustentável é necessário precedermos esta discussão de um arcabouço histórico, que contextualize todos os fatos que influenciaram na construção da atual discussão e da problemática não só ambiental, como também dos aspectos econômicos e sociais que norteiam o debate.

Os anos que se seguiram ao término da segunda guerra mundial foram marcados pela discussão a respeito do modelo de desenvolvimento e crescimento econômico que deveria ser adotados pelas nações, e como uma das discussões do pós-guerra veio às preocupações com o meio ambiente, pois muitos dos países no mundo tiveram crescimento econômico acelerado e em muitos casos gerando uma série de problemas para as populações envolvidas. Assistiu-se então, a conscientização sobre a necessidade de mudança de comportamento na relação do homem com a natureza e entre os próprios homens, no sentido de encontrar soluções estratégicas também complexas à altura.

De acordo com Leff (2001) a conscientização sobre o agravamento da crise ambiental, iniciou-se nos anos de 1960 com a publicação do livro *Silent spring* (Primavera silenciosa) de Rachel Carson, denunciando os estragos causados pelo uso do diclorofeniltricloroetano (DDT) e outros agrotóxicos, levando a sua proibição e refletindo sobre a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e o consumo, marcando os limites do crescimento econômico.

Para Silva (2010) a década de 1970 foi caracterizada como período da internacionalização das discussões sobre a problemática ambiental. Foi a partir deste período que o discurso ambiental passou a fazer parte do discurso político e da agenda dos líderes mundiais. Em 1971, foi realizado o encontro Founex que seria um evento preparatório para a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) em junho de 1972. O objetivo principal era discutir, pela primeira vez, a relação entre o desenvolvimento e meio ambiente (SACHS, 1993).

Na observação de Sachs (1993, apud CAMARGO, 2003) no período que precedia a conferência de Estocolmo a opinião pública internacional encontrava-se dividida entre duas posições extremadas, entre os que previam abundância, cornucopianos, e os catastrofistas, malthusianos. Os primeiros julgavam descabidas as preocupações com o meio ambiente, pois atrasariam os esforços de industrialização dos países em desenvolvimento para alcançar os desenvolvidos. Para esta corrente a preocupação central era aceleração do crescimento e o progresso técnico se encarregaria de encontrar soluções técnicas para resolver os problemas ambientais. Para os segundos era apontado o esgotamento dos recursos naturais e a incapacidade do progresso técnico para superar este limite, pois o crescimento demográfico excessivo e o consumo desenfreado levavam a uma série de problemas que não poderiam ser solucionados.

Após a realização da conferência de Estocolmo, o capitalismo desenfreado e o fundamentalismo ecológico foram descartados e, emergiu uma terceira alternativa, a do crescimento econômico em harmonia com o meio ambiente, a qual foi denominada por Maurice Strong de ecodesenvolvimento, que tinha como objetivo uma concepção alternativa para política de desenvolvimento.

Segundo Sachs (1993, p.31) essa nova realidade “é definida como desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente, ou seja, aproveitamento racional e ecologicamente sustentável dos recursos naturais em benefício das populações locais”.

Os princípios básicos do ecodesenvolvimento foram formulados por Sachs (1993) os quais são visualizados “pela satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação”. Dessa maneira fica evidenciada a

preocupação não somente com aspectos localizados e circunstanciais, mas também com uma mudança de mentalidade de todos os atores envolvidos.

O conceito de ecodesenvolvimento pretende ser operacional. Constitui uma diretriz de ação, ou melhor, uma filosofia do desenvolvimento, cujo valor só pode ser julgado a luz da prática. Trata-se de um retorno às ilusões do desenvolvimento comunitário? Não necessariamente, já que traz consigo um duplo enriquecimento em relações aos esquemas de desenvolvimento comunitário das zonas rurais do terceiro mundo: Uma reflexão crítica sobre os fracassos destes últimos e, portanto, uma tentativa de superação, em particular no plano institucional, seguida de uma abertura sobre a ecologia natural e social que revoluciona os hábitos e pensamentos dos responsáveis pelo desenvolvimento (SACHS, 2007, p.74).

A década de 1980 foi fortemente marcada pela criação de leis que regulamentam a atividade industrial no que se refere à poluição. Exemplo disso é o ano de 1984 quando foi criada, a pedido do então secretário-geral das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Sr^a. Gro. H. Brundtland, então ministra da Noruega, razão pela qual o relatório levou seu nome. O objetivo da Comissão seria de avaliar os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das estratégias adotadas para enfrentá-los (CAMARGO, 2003).

De acordo com Silva (2010) após três anos de intenso estudo, a Comissão pública, em 1987, apresenta seu relatório de estudo técnico. No referido relatório, conhecido como “Nosso Futuro Comum” constava a declaração do meio ambiente como autêntico limite de crescimento econômico. O relatório Brundtland, declarava assim, oficialmente o conceito de desenvolvimento sustentável, entretanto a consolidação do tema só veio acontecer com a conferência do Rio-92, onde as organizações nacionais e internacionais, os líderes Políticos, reconheceram o tema como expressão normativa do vínculo biunívoco e indissolúvel que deve existir entre o crescimento econômico e o meio ambiente (VEIGA, 1998).

Ainda na avaliação de Barbieri (2008, apud SILVA, 2010) foi estabelecida pela primeira vez, na Rio-92, as bases para alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global, fixando direitos e obrigações individuais e coletivas, no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento. A Agenda 21 foi o documento mais importante, aliás, um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, o entusiasmo visto logo após o encerramento da cúpula do Rio-92 não foi seguido de tal expectativa, pois não se concretizou e, até hoje, as agendas 21 locais são poucas e com limitações diversas, expressada nas palavras de Sachs:

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES

No meu entender, esse fracasso se deve em primeiro lugar à incapacidade das Nações Unidas de organizar o pós-conferência. O documento volumoso e indigesto que continha os quarenta capítulos da Agenda 21 deveria ter sido representado numa brochura de oitenta páginas – uma página de resumo e uma página de sugestões de ações por tema. Essa brochura deveria ter sido traduzida em todas as línguas faladas nos países membros da ONU. A assembleia geral que se reuniu no fim de 1992 deveria ter feito votar uma recomendação com essa finalidade. As brochuras teriam sido amplamente distribuídas às coletividades locais, aos movimentos sociais, aos meios de comunicação. Na ausência de tal campanha, não conseguimos surfar na onda de interesse, e mesmo de entusiasmo, suscitada pela cúpula da terra (SACHS, 2009, p. 254).

Para concluir os precedentes históricos que envolvem as questões do desenvolvimento sustentável faz-se necessário abordar a megaconferência das Nações Unidas realizada na África Do Sul em 2002, que foi a primeira Conferência destinada a discutir, especificamente, questões ligadas ao desenvolvimento sustentável na escala global. Em 2009 foi realizada em Copenhague, na Dinamarca, a Conferência sobre mudanças climáticas que tinha por objetivo discutir sobre as mudanças do clima no planeta e buscar consensos sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa em curto prazo. Considerada pela maioria como um fracasso, a Conferência encerrou com um documento de natureza parcial sem suporte jurídico.

Diante das circunstâncias descritas que contribuíram para construir o termo desenvolvimento sustentável, percebe-se que o conceito em tela, fundamenta-se na necessidade de estabelecer uma relação equilibrada entre as ações humanas e a natureza, na qual o tema está no centro das discussões em diversas vertentes envolvendo diversos atores, como um modelo alternativo para o alcance do tão sonhado equilíbrio socioambiental e econômico, na relação homem natureza numa perspectiva de interesse da atual geração para as futuras, ou seja, o entendimento de que é possível que uma determinada sociedade se desenvolva economicamente sem que a natureza seja prejudicada e sem comprometer gerações futuras.

Não se deve ver na terra nem um ecossistema que se trataria de manter imutável, nem uma pedreira a explorar em nome de motivações econômicas egoístas e míopes. Trata-se de um jardim que se deve cultivar desenvolvendo as faculdades criativas do homem (SACHS, 2009, p. 260).

Na observação de Sachs (1993, apud BARBIERI, 1997), a ideia de ecodesenvolvimento trazia em si um convite para estudar novas modalidades de desenvolvimento, com o intuito de deslocar o problema puramente quantitativo, crescer ou não crescer, para o exame da qualidade do crescimento, sendo o ponto central da questão o “como crescer”, implicando,

portanto, a necessidade de uma mudança qualitativa das estruturas produtivas, sociais e culturais da sociedade.

Fazer uma explanação ampla e coerente sobre desenvolvimento sustentável é um tanto polêmica, complexa e controvertida, gerando muitas incertezas quanto sua operacionalidade, seu real significado, sua forma de implementação e principalmente, sua articulação na escala global, a fim de produzir um efeito equilibrado na relação entre a sociedade humana e a natureza (CAMARGO, 2003).

Neste contexto, torna-se urgente procurar mecanismos para sua efetivação. Existem várias definições do tema. A mais conhecida e amplamente reconhecida, e que consta no relatório “Nosso Futuro Comum”, considera o desenvolvimento sustentável “[...] como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

O Brundtland também enfatiza a necessidade de compreender o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação necessária, mas que deve buscar, essencialmente, harmonizar a exploração dos recursos naturais, a direção dos investimentos, o progresso tecnológico e a mudança institucional, a fim de fortificar as estruturas do presente e futuro e, conseqüentemente, atender às necessidades e aspirações humanas. Entretanto, o desenvolvimento sustentável deve perseguir os seguintes objetivos:

Crescimento econômico como condição necessária para erradicação da pobreza; crescimento econômico mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energias; entender as necessidades humanas essenciais, como alimentação, água, energia, saneamento e emprego; manter o nível populacional sustentável; conservar e melhorar as bases dos recursos; promover a reorientação do desenvolvimento tecnológico e administração dos riscos; e incluir o meio ambiente e economia no processo decisório e não como campos opostos (CMMAD, 1991, p. 53).

Apesar de existirem divergências, os teóricos apontam que o estudo da relação entre desenvolvimento econômico e o uso dos recursos naturais torna-se urgente devido às grandes degradações ambientais que a sociedade está vivenciando. Isso sugere que o pensar em desenvolvimento deve ser acompanhado do pensar em meio ambiente, uma vez que ambos são inseparáveis. Essa relação ou binômio meio ambiente-desenvolvimento somente inexistente quando há um ecossistema intocado, que pode existir independentemente do meio ambiente. Isso ocorre porque há ecossistemas que não levam em conta a presença humana e nunca foram explorados ou conhecidos por algum homem. Quando o homem se relaciona com um ecossistema ele cria relações ambientais que alteram o seu entorno (COIMBRA, 2002).

Dessa forma o relatório Nosso Futuro Comum estabelece definições ainda mais coerentes com os argumentos já apresentados, dentre eles:

Desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo planeta e até um futuro longínquo (CMMAD, 1991, p. 4).

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD 1991, p. 49).

Essa convergência de definições é encontrada em Barbieri (1997, apud CAMARGO, 2003) quando conceitua desenvolvimento sustentável como a nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas a degradação ambiental, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social.

Pelas abordagens apresentadas concebe-se o desenvolvimento sustentável como a emergência de um novo paradigma para orientação dos processos e reavaliação dos relacionamentos da economia e da sociedade com a natureza, bem como das relações com a sociedade civil, além de representar um primeiro passo no sentido de escapar do “insustentável ou insuportável”, pois ele nada mais é do que a tentativa de administrar a voracidade humana, pois ele se assemelha a uma nova fórmula para “salvar o planeta”.

Seguindo o pensamento de mudança de modelos Leff (2000) vai além, afirma que o desenvolvimento sustentável é um projeto social e político voltado para erradicação da pobreza. Uma vez que, através da utilização de princípios de racionalidade ambiental pode-se melhorar as condições de vida da população, pois esses princípios oferecem novas bases para construir um novo paradigma de produção alternativo, fundado no potencial ecológico, na inovação tecnológica e na gestão participativa da comunidade no uso de recursos.

Na avaliação de Becker (1993), o desenvolvimento sustentável não se resume à harmonização da relação economia-ecologia nem a uma questão técnica. Pode-se observar que os últimos anos do século XX, correspondem à transição entre a crise da economia-mundo e a implementação de um novo regime de acumulação e internacionalização crescente da economia capitalista, associada à nova forma de produção introduzida pela revolução tecnologia e baseada no conhecimento científico e na informação.

Na observação de Boff (2000) esta concepção se apresenta de maneira mais aprofundada, pois esta civilização está sustentada numa perspectiva, inexoravelmente contra os interesses humanos, sendo aquela que produz pobreza e miséria de um lado e riqueza e

acumulação do outro, em que o conhecimento humano é assumido, no contexto civilizatório, como forma de intervenção da natureza, o que corresponde à imagem de mundo na qual o ser humano está fora, tendo como função o domínio sobre o meio e os demais seres.

De acordo com Becker (1993, apud SANTOS, 2007) o significado histórico específico da introdução de novas tecnologias seria a criação de novas estruturas de relação espaço-tempo. Através de redes seria possível estabelecer uma relação direta entre o local e o espaço transnacional; as vantagens econômicas e o poder de um território em todas as escalas geográficas, que derivam, em grande parte, da velocidade com que passa à nova forma de produção e de sua posição em redes.

Desde que o termo ecodesenvolvimento foi levantado por Strong em 1972 e na Rio-92 foi denominado oficialmente de desenvolvimento sustentável, atuam praticamente como sinônimos e caminhando no mesmo sentido, pois as definições direcionam para esse caminho.

Para o ecodesenvolvimento, o problema social não está separado da questão ecológica e da distribuição de renda. Segundo a análise de Sachs (1995), os problemas sociais como pobreza, falta de moradia, violência, mortalidades, dentre outros, atingiu tanto a países do terceiro mundo como a países industrializados e configura-se em uma crise de oportunidades e de distribuição, cristalizadas no desemprego e no subemprego. O problema está no modelo de sistema adotado, ‘gerador de riqueza que se acompanha da reprodução ampliada da pobreza e da exclusão social e pela degradação ambiental’ (SACHS, 1995). Explicando como se relacionam desemprego e distribuição, esse autor entende que o desemprego é um processo de exclusão do indivíduo do sistema produtivo, mas ele é mantido dentro de um sistema social por meio de programas assistenciais. Nesse modelo, o indivíduo é mantido fora do sistema de desenvolvimento, sendo apenas mantido por este.

A possível resolução dos problemas sociais e da crise ambiental se dá, na concepção do ecodesenvolvimento, aproveitando-se o potencial de recursos do meio ambiente de maneira socialmente justa e ecologicamente prudente. Isto significa priorizar a redução de energia e usar de maneira racional os recursos existentes. Sachs (1995) menciona como isso pode ser feito pelo melhor aproveitamento da biomassa, pela otimização dos recursos naturais, pelo combate ao desperdício e pela reciclagem e aproveitamento de subprodutos. O ecodesenvolvimento defende o aumento da produtividade do produto e não apenas do trabalho.

Diante das várias definições apresentadas neste trabalho, segue-se a assertiva de Sachs (1993) o qual descreve as cinco dimensões que devem nortear a sustentabilidade, como os objetivos que devem atender:

- ✓ A dimensão social procura melhorar as condições de vida das populações e reduzir as diferenças nos padrões de vida, entre os ricos e os pobres;
- ✓ A dimensão ecológica envolve o aumento da capacidade de recursos naturais, preservação dos recursos renováveis e do uso racional dos não renováveis;
- ✓ A dimensão territorial que crie um equilíbrio entre urbano e rural e que promova melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividade econômica;
- ✓ A dimensão econômica deve permitir uma alocação e gestão eficiente dos recursos e garantir um fluxo regular dos investimentos públicos e privados;
- ✓ A dimensão cultural deve buscar as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados e que elabore um projeto de desenvolvimento que respeite as peculiaridades e as diversidades culturais de cada localidade.

Todavia, percebe-se a necessidade de compreendermos a sustentabilidade do ponto de vista sistêmico, da interdisciplinaridade e da interação dinâmica de todas essas dimensões, sem definir a ordem de importância, compreendendo que todas são fundamentais para o alcance do equilíbrio ecológico do desenvolvimento harmonioso, justiça social, e principalmente para promoção do bem-estar social e melhoria da qualidade de vida das populações.

Leff (2000) relata que a sustentabilidade possui dois significados. O primeiro é o conhecido como sustentável, no sentido de que implica numa internalização das condições ecológicas de suporte do processo econômico. O segundo significado diz respeito à capacidade de durabilidade do processo econômico. Sendo assim, a sustentabilidade ecológica constitui uma condição de sustentabilidade do processo econômico. Contudo, segundo o autor, o argumento da sustentabilidade objetiva alcançar um crescimento sustentado sem uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais, tais como equidade, justiça e democracia.

Tanto a argumentação do desenvolvimento sustentável quanto o da sustentabilidade, entendidos neste trabalho, diferem do entendimento de Leff (2001, p. 20), como sinônimos, pois tem encontrado dificuldades para o cumprimento dos seus objetivos baseado em mecanismos de mercado e não em valores que respeitam a diversidade em sua totalidade, apresentando contradições significativas.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES

O discurso da sustentabilidade chegou a afirmar o propósito e a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentado através dos mecanismos de mercado, sem justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica, nem de resolver a tradução dos diversos processos que constituem o ambiente (tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais e humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida) em valores e medições do mercado (LEFF, 2001, p. 20).

Seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social (LEFF, 2001, p. 27).

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento implica na promoção de novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno auto determinado. São estas características que formam as estratégias que permitem articular economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade; isto é de integrar as populações num mundo diverso e sustentável (LEFF, 2000).

Na observação de Sachs (2004) a concretização ou transição para o modelo de desenvolvimento sustentável, inicia-se com gerenciamento de crises, que requer uma mudança imediata de paradigma, adoção de modelos de financiamentos baseado nos recursos internos, colocando as pessoas para trabalharem em atividades de baixo conteúdo de importação e para aprender a conviver com os outros.

Assim, é entendimento do autor que a busca de soluções de desenvolvimento em nível local poderá encontrar respostas para os problemas globais, além que ouvir os atores envolvidos nos processos de desenvolvimento regional, pressupõe uma mudança de mentalidade e conseqüentemente um novo direcionamento a ser compreendido e seguido.

1.1.2 Desenvolvimento Regional e Local

As políticas públicas de um estado sempre foram elaboradas e planejadas a partir do governo central, como forma de corrigir as desigualdades de crescimento regionais com a finalidade de promover o desenvolvimento geral de modo que as peculiaridades de cada região não eram determinantes no planejamento até a década de 1970, no século XX. Essa visão restrita do local que caracterizava a época era fruto do pensamento neoclássico, que concebia o

desenvolvimento como resultado dos impulsos externos, ou seja, concebiam o desenvolvimento de “fora para dentro” e “de cima para baixo”. Para os neoclássicos, o estado central e as grandes empresas eram os únicos responsáveis pela promoção do desenvolvimento. Cabia ao governo local, fiscalizar as infraestruturas, os serviços públicos, promover adaptação e regulação de algumas atividades (MORAES, 2003).

A partir dos anos 1980 do século passado, intensificaram-se os debates sobre a questão do desenvolvimento local, ou gestão local do desenvolvimento nos países Europeus, Estados Unidos e América Latina. No Brasil, a crise fiscal do Estado e a consolidação do processo de descentralização que ocorreram no início da década de 1990, impulsionaram as discussões e o reconhecimento do papel dos governos locais para dinamização do processo de desenvolvimento local (MORAES, 2003).

De acordo com Silva (2010, p. 26):

Com esse novo pensamento, passou-se a discutir a importância dos atores locais, como protagonistas do seu desenvolvimento, reconhecendo as peculiaridades e potencialidades de cada cidade/região e localidade. Os governos locais passaram a ser vistos, como agentes transformadores ou articuladores dos seus interesses e empreendedores de ações que levam ao desenvolvimento local, e foi atribuída à importância da participação da sociedade civil através dos seus atores públicos e privados, como condição para garantir a realização do potencial endógeno.

Neste novo contexto, o desenvolvimento local busca ser uma resposta proativa, propositiva aos desafios da globalização da economia, da informação, da necessidade de gerar novos empregos, da exclusão social, da necessidade de modernização tecnológica e requalificação profissional.

Diante das condições e potencialidades criadas pelos governos locais, as indústrias, mesmo que impulsionadas por empresas de fora, estabelecem inter-relações com o meio através de um processo sinérgico com os recursos locais. Este processo envolve a participação de empresas locais e novos empreendedores com características específicas da comunidade local. Este fenômeno vai se afirmando, aos poucos, até que a estrutura econômica local possa ser caracterizada como um sistema de empresas interconectadas, com uma independência relativa de cada empresa do sistema, com inter-relações produtivas cada vez mais intensas e com formas de organização e estratégias específicas ao espaço considerado (AMARAL FILHO, 1996).

Andrade (1987) registra que o desenvolvimento regional é um processo desencadeado por um programa orientado por vários princípios: capital de cada região, população consciente

e interessada em desenvolvimento e estabelecimento de políticas de desenvolvimento, embora saiba da dificuldade conceitual acerca do fenômeno.

O debate acadêmico contemporâneo demonstra que “(...) a definição do modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado” (AMARAL FILHO, 2001, p. 266-267). Ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico atual conduz a uma mudança estrutural que leva em consideração a dimensão econômica, sociocultural, política e ambiental.

O desenvolvimento local é como um processo interno de transformação que caminha ao dinamismo econômico, desta forma melhorando a qualidade de vida da população, entre elas, aquelas de pequenas comunidades, em que se compreende um diálogo com as questões particulares e específicas destas localidades, em que pesem a cultura, os aspectos históricos e seus próprios recursos e serviços.

Este paradigma conhecido como desenvolvimento local foi uma das transformações mais relevantes ocorridas na teoria do desenvolvimento econômico. O seu surgimento ocorreu em meio a um contexto de incertezas, globalização, o qual implica em aumento da concorrência dos mercados, flexibilização da produção e descentralização administrativa; enfim, em meio a diversas transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais que surgiram. De forma geral, (BARQUERO, 2001) afirma:

O Desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem estar da população de uma cidade ou região. Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno, ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2001, p. 57).

Amaral Filho (1996) afirma que o desenvolvimento local fundamenta-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, buscando a consolidação de um modelo característico da realidade local, criando condições sociais e econômicas para geração de investimentos e atrair novas atividades produtivas.

A concentração espacial de atividades produtivas é um fator praticamente indispensável para o alcance do desenvolvimento local. As ideias de Alfred Marshall voltam a ser estudadas e consideradas em debates sobre esse tema, pois ele já afirmava, em 1890, que “a

concentração [...] não apenas era responsável por alto grau de eficiência econômica, mas, até, caracterizava a própria evolução da civilização humana.” (CASSIOLATO; LASTRES, 2002, p. 53).

Para Santos (2007) o ‘local’ constitui um espaço que converge diversos elementos que o caracterizam como um ‘ambiente favorável’ para a proliferação das pequenas e médias empresas. Estes elementos são constituídos por mecanismos mais flexíveis de regulação do mercado, por políticas institucionais locais e por uma forte dinâmica social. Segundo Cocco e Galvão (2002, p.50) “é a partir dos estudos sobre a Terceira-Itália, realizados por Arnaldo Bagnasco (1978), que se compreende a chamada “construção social do mercado”, isto é, a formação de um conjunto de fatores que propiciam a base social necessária ao desenvolvimento”.

Seguindo esta linha de pensamento, temos o território sendo levado a ator principal do desenvolvimento econômico, pois em seu entorno existe várias capacidades de gerar competitividade proveniente das qualidades dos recursos locais. Dessa forma, o local seria formado por uma rede de atores locais e pelas relações que configuram o sistema produtivo, sendo que os agentes econômicos e sociais possuem modos específicos de organização e regulação, cultura própria, que geram uma dinâmica de aprendizagem coletiva (BARQUERO, 2002).

Assim, o território tem importante papel na interconexão das relações econômicas, sociais, políticas e institucionais, além de proporcionar forte identidade cultural com o local, decorrente de um intenso sentimento de pertencimento a comunidade. É esta valorização do lugar como palco de diversas manifestações que constitui uma alternativa no processo de desenvolvimento (MATOS; MELO, 2007).

O território representa uma trama de relações decorrente de um processo histórico que foi se estruturando em função dos vínculos de interesse de seus grupos e atores locais, e da construção de uma cultura própria que caracteriza sua identidade. A junção de interesses de uma comunidade territorial é definida como um agente de desenvolvimento local, capaz de agir nos processos de desenvolvimento e mudança estrutural, não somente de base física, mas também sendo um agente de transformação social, pois o desenvolvimento local endógeno obedece a uma visão territorial e não funcional dos processos de desenvolvimento (BARQUERO, 2001).

A capacidade do local se tornar global, criando uma nova denominação glocal, é uma conquista das forças vivas locais que se mobilizam e articulam para se fortalecer e desenvolver a partir das capacidades e competências locais, das habilidades de articulação e negociação dos interesses locais junto aos poderes de governo e econômicos de outras regiões.

A necessidade de criação de um sistema local/regional competitivo, por meio da articulação dos atores responsáveis pela eficácia do ambiente relacional das empresas, determina um forte processo de concentração dos interesses sociais, denominado regionalismo social. (...) A flexibilização por meio da descentralização e desverticalização das organizações, possibilita a instauração de uma rede relacional que permita e estimule a cooperação entre os atores locais/regionais e que garanta a representatividade e o envolvimento na ações comuns (CASAROTTO FILHO, 2001, p. 86).

Para Amaral Filho (1996) a concentração convergente de atividades produtivas, o fluxo de informações, a circulação do conhecimento científico e tecnológico e a notoriedade e destaque alcançados pelo local ou regional, cujos efeitos multiplicadores se propagam de maneira cumulativa transformam a localidade em uma referência em determinada atividade econômica.

Concluiu-se, portanto, que as regiões que investem estrategicamente na produção desses recursos produtivos internamente, tem efetivamente, um quadro de desenvolvimento equilibrado e acelerado. Assim, começou-se a articular o desenvolvimento endógeno, pela valorização dos recursos locais “de baixo para cima”, isto é, de forma participativa.

O desenvolvimento regional endógeno corresponde a um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Para que este processo seja alcançado é necessário criar um ambiente ótimo e atrativo para implantar e consolidar o desenvolvimento local sustentado, seja através da atração de novas atividades econômicas, ou da exploração e atualização de atividades já existentes.

O desenvolvimento endógeno se baseia na promoção de um processo de desenvolvimento que se inicia pelas potencialidades locais de cada região promovendo o benefício coletivo e o desenvolvimento local. Neste contexto, viabiliza articulações estratégicas entre os diferentes agentes socioeconômicos, cria uma estrutura produtiva eficiente e diversificada, obedecendo às prioridades e interesses estratégicos locais, sem, contudo, desconhecer os objetivos nacionais de desenvolvimento (OLIVEIRA, L., 2010).

Seguido o raciocínio deste autor, este novo desenvolvimento local endógeno é conceituado como um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas. Seu

princípio está na comunidade local que utiliza seus ativos e suas potencialidades, na busca da melhoria da qualidade de vida de sua população, diferindo do ecodesenvolvimento nos aspectos do respeito as gerações futuras, prudência na utilização dos recursos naturais entre outros.

São estratégias e ações de desenvolvimento local visando estimular a diversificação da base econômica local, o que favorece o surgimento e a expansão das empresas. As uniões nas economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios.

Para comprovar o caráter endógeno do desenvolvimento regional, Boisier (1998) identifica alguns casos de desenvolvimento regional que obtiveram êxito, dentre entre eles Guadalajara no México, Carabobo na Venezuela, Córdoba na Argentina, Curitiba, Ceará e Santa Catarina no Brasil. Estes casos de sucesso apresentam em comum um alto grau de endogeneidade e uma importante participação dos atores sociais locais.

Esse fato vem reforçar empiricamente uma hipótese central para muitos analistas contemporâneos: o desenvolvimento territorial é, por definição, um processo endógeno, se é constatado nesses casos, não só o crescimento efetivo, mas também o desenvolvimento (BOISIER, 1998, p. 317).

Para fortalecer estes argumentos Boisier (1997) identifica que é na sociedade civil que se encontram as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, que pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica em uma região. A relevância da teoria endógena é o reconhecimento da importância da sociedade civil e das relações sociais no processo da consolidação do desenvolvimento.

A sociedade civil organizada e a comunidade local assumem um papel de fundamental importância, uma vez que o nível de desenvolvimento da localidade está estritamente relacionado com a forma como ela está organizada e se mobiliza ou participa no exercício da cidadania, nos seus processos de organização e relação social. De certa forma, tudo isso vai ser determinante para que a localidade ou região atinja um crescimento equilibrado e sustentado em longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região.

Neste sentido, cabe ao Estado assumir o papel de articulador, buscando convergência de diferentes sinergias da sociedade, a fim de construir um projeto coletivo baseado numa democracia participativa Costa (2008, apud SILVA, 2010). A qualidade do governo esta intrinsecamente ligada ao acúmulo de capital social existente em uma localidade, e as “políticas públicas contribuem para criar condições propícias ao desenvolvimento do capital

social, promovendo processos decisórios participativos, encorajando atividades voluntárias e comunitárias e provendo condições sociais adequadas e igualitárias” (ALBAGLI; LASTRES, 2002).

A contribuição mais importante para a retomada das discussões sobre a importância de “Capital Social” no processo de formulação de políticas públicas e do desenvolvimento local é sem dúvida a de Robert Putnam nos anos de 1990, com seu estudo intitulado “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna” (ALBAGLI; MACIEL, 2002). Nesse estudo, Putnam buscou analisar o nível de desenvolvimento político das regiões da Itália, comparando o grau de civismo e a qualidade de governança das regiões norte e sul italiana, uma vez, que essas regiões, apresentavam padrões semelhantes de desenvolvimento.

O estudo conclui que na região Norte concentrava tradição cooperativa, laços de solidariedade, relações horizontais e confiança mútua entre os atores. Ao passo que na região Sul, predominava as relações verticais, caracterizadas pela concentração de poder de proprietários de terra, menor participação social, incapacidade de os indivíduos agirem coletivamente e maior alocação de oportunidades individualistas, esses motivos explicariam as desigualdades sociais registradas (ARAÚJO, 2003).

As vantagens do estudo de capital social estão relacionadas a baixo custo social, maior participação ou cultura cívica na definição dos assuntos de interesse, melhora o aprendizado coletivo, melhor coordenação e coerência de ações, fortalecimento das instituições locais, estabilidade institucional, devido a processos de tomada de decisão coletivos e conseqüentemente proporciona a localidade, maior agilidade e capacidade para aproveitamento das janelas de oportunidades no mercado onde estão inseridos (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Putnam conceitua capital social como um conjunto de “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000, p. 177).

O estudo de Putnam (2000) concluiu que o capital social foi o grande responsável para o crescimento desigual entre as duas regiões italianas. E que a região norte se desenvolveu mais, graças a sua herança cultural que foi posteriormente desenvolvida. Embora se reconheça a contribuição de Putnam, o referido estudo suscitou bastante crítica no meio acadêmico, principalmente sobre a demasiada importância atribuída aos “dotes culturais” na formação de capital social e conseqüentemente sucesso do desenvolvimento regional e local.

A interação entre os indivíduos, trabalhadores e cidadãos, e as instituições públicas e privadas de uma localidade no intuito de gerenciar os problemas comuns é imprescindível para o fortalecimento socioeconômico de uma região ou local. Essa interação é denominada de governança e se constitui, juntamente com o chamado capital social, em um dos principais eixos do desenvolvimento local (CASSIOLATO; LASTRES, 2001b).

Outro conceito em evidência é o de *embeddedness*, que passou a ser amplamente utilizado, em várias ciências sociais – sociologia, economia, antropologia, geografia e teoria das organizações - após a divulgação de um trabalho de Granovetter (2007). Seu impacto, tanto nos estudos organizacionais quanto nas abordagens territoriais, tem sido crescente.

Através dele é possível constatar que a cooperação e a confiança são capazes de surgirem a partir da repetição de transações entre distintos atores no mercado, afirma Granovetter (2007, p.61) que “nascidas de motivos puramente econômicos, relações econômicas repetitivas tornam-se, frequentemente, revestidas de conteúdo social, que enseja forte expectativa de confiança e ausência de oportunismo”. Nota-se, aí, que o foco determinante do argumento de Granovetter está na frequência e no caráter repetitivo da relação, que termina por gerar a confiança entre os atores envolvidos.

Esta constatação é importante, visto que muitas das utilizações posteriores do conceito de *embeddedness*, sobretudo na dimensão territorial, partiram do pressuposto de que, em âmbito local, é possível existir, sempre, a confiança. Granovetter (1985, apud VALE, 2006), salienta que “o argumento do *embeddedness* realça (...) o papel das relações sociais concretas e das estruturas (ou “redes”) de tais relações na geração da confiança e no desestímulo à desonestidade”.

O *embeddedness*, focado na dimensão territorial ou local, considera, em geral, que um determinado ator (indivíduo, pares de indivíduo ou organizações) encontra-se enraizado em um determinado território ou lugar e, conseqüentemente, está condicionado pela dinâmica econômica, social e institucional aí presente, ao mesmo tempo em que dela participa. Na dimensão espacial, tal conceito tem sido utilizado para explicar a evolução e o sucesso econômico alcançado por certas regiões e aglomerações produtivas, baseadas em especificidades de sistemas econômicos, sociais e políticos presentes no local e, eventualmente, em sintonia com outras abordagens (VALE, 2006).

Outra vertente a ser analisada é a elaboração de políticas regionais, que passam a ser evidente no início da década de 1960, quando grande parte dos governos nacionais passam a

implantar políticas de desenvolvimento regional, baseadas na teoria dos polos de crescimento. Nessa perspectiva vários autores, com enfoques teóricos diversos, tentaram explicar o desenvolvimento a partir dos desequilíbrios regionais.

Conforme avaliação de Amaral Filho (2001) a política de desenvolvimento em capital físico ou, mais precisamente em infraestrutura, foi importante para as regiões, mas em si ela não foi eficiente para criar um processo de endogenização do excedente econômico local.

De acordo com Amaral Filho (2001, apud SOUZA, 2006) os conceitos tradicionais, a partir das teorias de desenvolvimento regional consagradas, em especial a dos “polos de crescimento” constituídos por empresas ou setores “motrizes”, que ainda estão associadas a um planejamento centralizado, são os grandes responsáveis pelo declínio de muitas regiões com tradições industriais, isso porque, tiveram dificuldade de se adaptar com rapidez aos novos paradigmas produtivos e organizacionais.

Essa teoria formulada por François Perroux argumenta que os polos industriais complexos poderiam transformar o meio geográfico imediato e até mesmo uma estrutura inteira de economia nacional na qual estivessem situados, pois nos polos onde se verificam aglomerações industriais e urbanas registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devido ao nascimento e encadeamento de outras necessidades coletivas (CAVALCANTE, 2000).

Conforme Feitosa (2007, apud LIMA, 2008) os polos industriais complexos provocariam o aumento das necessidades coletivas a exemplo de habitação, transportes e serviços públicos, gerando também, trabalhadores e empresários qualificados, o meio geográfico seria então alterado a partir da constituição desses polos industriais, o que provocaria uma acumulação de recursos materiais e humanos, gerando inter-regiões heterogêneas.

O resultado gerado nas regiões assistidas por tais políticas de polos de crescimento foi uma vulnerabilidade do nível de atividade econômica dessas regiões. Com muita frequência, as grandes empresas incentivadas a instalarem filiais, subsidiárias ou até mesmo suas matrizes nas áreas menos desenvolvidas, é que depois fechavam ou transferiam para outras regiões, assim que reduziam ou se esgotavam os prazos de vigência dos incentivos (GALVÃO, 1998).

Diante dos modelos apresentados o desenvolvimento endógeno, espelhado no fortalecimento das relações sociais ou capital social, deve buscar atender os objetivos da

sustentabilidade, assegurando que os recursos produtivos de cada localidade sejam potencializados no intuito de vislumbrar o desenvolvimento local baseado em sinergias que agreguem valor para todos os atores envolvidos das diversas regiões, através de arranjos produtivos e aglomerações que viabilizem a permanência destas populações em seu lugar de origem, explorando os recursos de maneira racional, a fim de garantir que os mesmos sejam utilizados para as gerações futuras.

1.1.3 Arranjos produtivos locais

O Arranjo Produtivo Local (APL) constitui um importante mecanismo estratégico para gerar capital social, indispensável para promoção de desenvolvimento local sustentável. A sua operacionalização reconhece e valoriza os recursos produtivos e as potencialidades locais. Quando bem estruturados, os arranjos produtivos podem contribuir para melhoria das condições de vida nas comunidades locais, gerando emprego e renda, inclusão social das famílias; gera melhorias nas infraestruturas públicas e privadas e qualidade nos processos produtivos locais (MATOS; MELO, 2007).

O exemplo mais conhecido e constantemente referenciado como modelo de sucesso deste modelo de organização espacial de atividades produtivas é a Terceira Itália. Esta forma de trabalho, segundo Casarotto Filho (2001), tem sido destaque na região italiana da Emilia Romagna, onde organizações associativas de pequenas e médias empresas têm conseguido resultados surpreendentes e competitividade internacional.

A concentração geográfica e a especialização produtiva são fatores importantes na análise dos estudos do caso italiano. Entretanto, Maciel (1996) destaca a existência de outros fatores como a cultura de produção familiar, a cooperação, a criatividade para inovar, uma forte identidade cultural e o histórico de soerguimento dos laços sociais, a propensão à prática da ciência pelas universidades e o contexto político e econômico.

Os pequenos empresários da chamada Terceira-Itália conseguiam adaptar-se mais prontamente às novas exigências do mercado, pois apresentavam como característica central sua capacidade de inovar constantemente. Embora pequenas, a formatação de aglomerados, de um grande número de pequenas empresas especializadas na produção de um único produto, conferiam capacidade de escala para atender ao mercado.

A experiência bem sucedida demonstra que, geralmente, estes arranjos têm surgido espontaneamente e à medida que os mesmos evoluem e se fortalecem, é comum o surgimento de instituições responsáveis pela estruturação de mecanismos de suporte e pela definição de diretrizes para o desenvolvimento comum das atividades (BRITO, 2000).

Na avaliação de Silva (2010) a importância dos arranjos produtivos locais se fundamenta na criação de capacidades especializadas dentro de regiões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Entretanto, a inovação e aprendizado coletivo constituem variáveis imprescindíveis para sucesso do arranjo.

Cassiolato e Lastres (2001b) afirmam que os arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que envolvem a participação e interação de empresas, fornecedores, clientes, as diversas associações de representação, além de instituições públicas e privadas de apoio a atividade.

No entanto para Santos, Diniz e Barbosa (2004) o conceito de APL só deve ser definido a partir de experiências empíricas muito específicas. De maneira mais ampla, deve ser comum a todos os APLs a importância da cooperação como característica fundamental, associado à presença de pequenas ou médias empresas concentradas espacialmente em alguns dos elos de uma cadeia produtiva, ou seja, os APLs representam aglomerações de empresas de um determinado setor ou cadeia.

Amaral Filho et al (2002, apud MATOS; MELO, 2007) apresentam uma definição mais ampla e complexa para essas aglomerações, quando afirmam que a categoria Arranjo ou Sistema Produtivo Local funciona como uma espécie de organização social e institucional que se relaciona com a aglomeração de empresas visando o fortalecimento e estabilidade das mesmas, dentro de um determinado contexto social. Os autores comentam ainda que esses sistemas são formados pela articulação de elementos como capital social, organização produtiva e política institucional.

Para Cassiolato e Lastres (2003), a formação de economias de aglomeração surge a partir de vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, incluindo o acesso a conhecimentos e a capacitações, a mão de obra especializada, a matérias-primas e a equipamentos. Nesta perspectiva, as localidades passaram a desempenhar um papel mais

relevante, tanto no ponto de vista operacional na organização do espaço físico como na definição de ambientes institucionais favoráveis ao desenvolvimento local.

Outro conceito utilizado neste contexto é o cluster que de acordo com Porter (1999), defini agrupamentos de empresas de determinado setor de atividade, concentrados geograficamente em uma localidade. Nesse sentido, Amaral Filho et al, (2002), coloca que essas aglomerações de empresas são ligadas por meios ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas, conseqüentemente possuem semelhanças com os APLS.

O conceito de Porter (1999) consolida a ideia de que aglomerados produtivos possuem maior intensidade econômica por estarem mais conectados na cadeia produtiva do que outros modelos econômicos. Dessa forma, não obstante o processo de globalização expandir os limites de alcance de produtos para além fronteiras, os agentes econômicos passam a olhar para os fatores internos, locais, de competitividade. Os autores vêm chamando esses fatores de ‘ambiente propício ao desenvolvimento’.

Porter (1999), insere três dimensões dos chamados aglomerados: (1) a dimensão da empresa, representando aqueles fatores internos que contextualizam o favorecimento do desenvolvimento, como característica empreendedora, nível de organização, dentre outros; (2) a da cadeia produtiva, isto é, as condições gerais setoriais que influenciam, por impacto, a exemplo de fatores macroeconômicos, o ambiente decisório das empresas, e; (3) fatores locais, representando todo o contexto produtivo, social, político e econômico da região.

De acordo com Cassaroto Filho (2001) os Arranjos Produtivos Locais podem ser classificados nas seguintes tipologias: informais, organizados e inovativos. Os arranjos informais não possuem um ator que exerça a liderança, a capacidade inovativa, o nível de tecnologia e a cooperação. Também, a confiança entre os atores não são significativos. Caracteriza-se, ainda, com um grau acirrado de competição, uma mão de obra pouco qualificada e um baixo nível de exportação e de lançamento de produtos. Características essas compatíveis com os APLs nascentes, predominantes nos países periféricos (CROCCO et al. 2001).

Conforme Silva (2010) nos arranjos organizados existem laços de cooperação, o que permite integração e capacitação tecnológica. Existe ainda mão de obra qualificada e maior aprimoramento nos níveis gerenciais e tecnológicos. Mas mesmo assim, as organizações

enfrentam muitas dificuldades para promover atividades inovadoras. São APLs em processo de transição para fase madura e também dos países em desenvolvimento.

Por último Silva (2010) comenta que os inovativos são formados em sua maioria por organizações com estruturas maduras, que apresentam elevada capacidade de inovação, mão de obra qualificada, interativos e elevada cultura de cooperação entre seus atores. Este último é típico dos países centrais, a exemplo de regiões como o vale do silício na Califórnia entre outros.

Diante do que foi exposto verifica-se que a principal característica dos arranjos e sistemas produtivos locais é a maneira como eles se reúnem e se organizam no território. O êxito econômico destas aglomerações decorre de uma organização social e econômica eficaz, baseada principalmente em pequenas empresas que estão vinculadas entre si e que obedecem a princípios definidos. É a existência dessas fortes redes de pequenas empresas, que através da especialização combinada a flexibilidade, que promovem a capacidade coletiva do distrito ou arranjo produtivo.

Outra característica peculiar desses sistemas é que a predominância de empresas envolvida é de pequeno porte, que reunidas criam um ambiente social, cultural e político específico sobre o território, que permite importantes sinergias entre seus membros, visando à organização e estruturação da pequena empresa que integradas à comunidade podem se constituir em importante estratégia de desenvolvimento local e até nacional.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2001a) os Arranjos e Sistemas Produtivos caracterizam-se pela crescente capacidade de interagir e de inovar os processos numa dinâmica de aprendizado. A lógica da interação é determinada pela capacidade dos atores de cooperarem entre si em relações de interdependências, através de redes de informação e inovação. A dinâmica de aprendizagem, por sua vez, traduz a capacidade dos atores envolvidos em modificar seu comportamento em função das transformações do meio externo que o cerca, visando à melhoria na eficiência, na organização e na infraestrutura.

Desse processo de aprendizagem nascem novos conhecimentos e novas tecnologias. A soma destes fatores indica o ritmo de inovação que as empresas devem adquirir ao fazerem parte ou quando vierem a fazer parte de um sistema produtivo em determinada localização geográfica.

Enfatizando a observação realizada por Barquero (2001) a inovação nos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais consiste em um processo interativo de aprendizagem acumulada, resultado de adaptações incorporadas na atividade ao longo do tempo que se dá em decorrência das necessidades impostas pela produção. Trata-se de um processo de aprendizagem coletiva, cujo conhecimento está enraizado na sociedade e no território em um contexto social, institucional e cultural específico.

Cassiolato e Lastres (2003) consideram que a formação de APL amplia as chances de sobrevivência e de crescimento das micro e pequenas empresas, constituindo-se em relevante fonte geradora de vantagens competitivas. Aglomeração de empresas mostra como a presença de diversas firmas, aliada a um forte apoio de instituições públicas e privadas e ao aproveitamento do potencial natural e cultural de uma dada localidade, pode favorecer o desenvolvimento.

À medida que os arranjos produtivos evoluem e se consolidam, estabelecem-se os mecanismos capazes de definir diretrizes para o desenvolvimento dessas atividades e o governo, por outro lado, desempenha papel importante na estruturação desses arranjos. O ambiente cultural destaca-se cada vez mais, principalmente na sociedade da informação e do conhecimento torna-se um elemento fundamental para compreensão das transformações das organizações, sendo necessário compreender como as organizações se estruturam e se movimentam.

Na avaliação de Ferreira Jr. e Santos (2006), a governança está intimamente relacionada com o processo formal de coordenação dos diversos atores econômicos, sociais, culturais e institucionais nas esferas públicas e privadas da localidade. Na ausência de instituições de governança, o estado pode exercê-la de maneira compartilhada com os demais segmentos e atores, buscando sempre congregar esforços para fortalecer a confiança mútua, aumentar o aprendizado e criar condições para inovação, fatores indispensáveis para competitividade do APL.

Diante desses aspectos é que surge o ponto essencial do desenvolvimento, o qual está nas questões relacionadas com o desenvolvimento local e dos diversos agentes envolvidos no processo: as organizações produtivas, as instituições públicas e de fomento (prefeituras, governo, instituições de apoio) e as universidades e institutos de pesquisa, responsáveis pela produção de inovação. Quanto mais eficiente for à integração e o envolvimento desses agentes, maiores os resultados de desenvolvimento e de estratégias.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E SUAS VERTENTES

De acordo com Amaral Filho (2002), no Brasil, vários estados e municípios já adotam de alguma maneira a estratégia que valoriza o agrupamento de micro e pequenos empreendimentos muitas vezes disfarçada sob a terminologia de desenvolvimento local e sustentável. Apesar de algumas iniciativas do governo federal através dos ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento e da Integração Nacional a favor das estratégias voltadas para a promoção dos arranjos e sistemas produtivos locais, estas são ainda muito tímidas, fazendo com que as iniciativas estaduais, denominadas pela lógica da concessão de subsídios fiscais, atraia as médias e grandes empresas.

Entretanto, de acordo com as várias abordagens em tela nesse trabalho uma das características próprias dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais é que não podem ser criados de “cima para baixo”, pois o surgimento desses sistemas locais depende de um contexto geográfico, histórico e sócio cultural que desenha os aspectos e peculiaridades específicas do lugar.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DA PESQUISA

2 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na realização deste trabalho. Justificando a escolha do método e apresentando as técnicas utilizadas, bem como demonstrando as variáveis e indicadores e o universo analisado.

Caracterização da área de estudo

De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Frei Paulo situa-se no centro-oeste sergipano, pertencente à microrregião de Carira, possui uma vegetação original de transição entre a mata atlântica e a caatinga, com clima semiárido e da vegetação de Caatinga. Apresenta altitude de 272 metros em relação ao nível do mar, além de possuir área territorial 400 km². A emancipação política ocorreu no dia 23 de outubro de 1890 o que significou para seu povo o rompimento com a antiga vila de Itabaiana.

No entanto, de acordo com a nova divisão territorial do estado de Sergipe promovida pela Secretaria de Planejamento do Estado, Seplan, no ano de 2007, Sergipe ficou dividido em oito Territórios e o município de Frei Paulo ficou inserido no Território do Agreste central sergipano, tem influência direta da cidade de Itabaiana como polo regional, assim iremos utilizar esta denominação ao longo deste estudo, por se entender que corresponde a uma realidade mais coerente com as características regionais.

Segue abaixo mapa ilustrativo da nova divisão territorial do estado e a ênfase dada ao município de Frei Paulo.

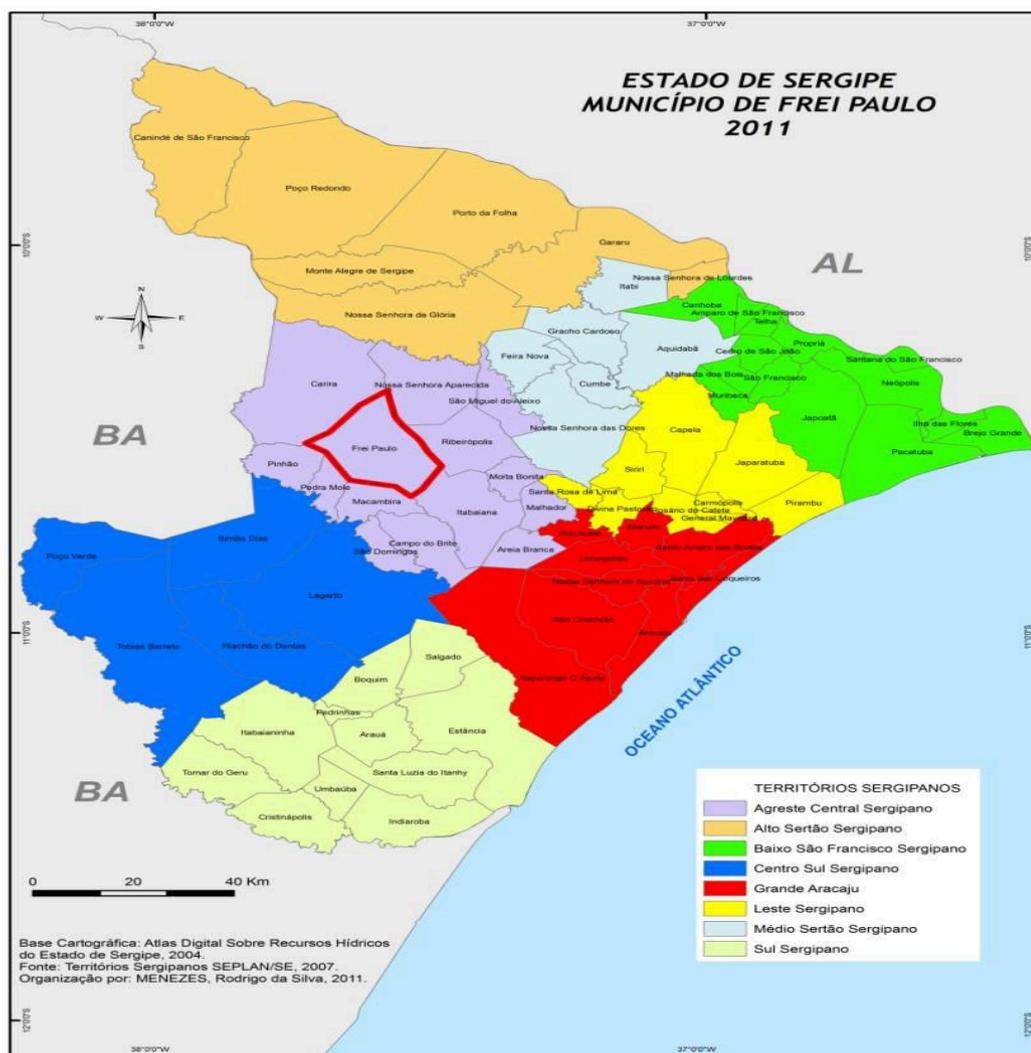


Figura 2.1 – Localização do município de Frei Paulo
 Fonte: SEPLAN (SE), 2007.

O município segundo censo demográfico de 2010 apresentou uma população de 14.023 habitantes, com uma densidade de 34,68 hab./km², associado a um IDH de 0,646, considerado médio de acordo com a classificação de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de ter como indicador econômico um PIB de R\$ 164.619,252 milhões e uma renda PIB per capita de R\$ 13.730,50 por habitante (IBGE, 2011).

As principais atividades econômicas do município são baseadas, na agricultura familiar e comercial, através do cultivo do milho que contempla grandes áreas de terras e que veio ganhar destaque nos últimos oito anos, na pecuária de corte e leiteira, nos serviços públicos o qual até a entrada em funcionamento da empresa Vulcabrás Azaleia era o maior empregador na cidade através da Prefeitura Municipal de Frei Paulo (PMFP) e recentemente na indústria de calçados, a qual gera mais de dois mil empregos diretos e influência diretamente outro setor que é o de comércio.

Tipo da pesquisa e procedimento

Este estudo teve como objeto de pesquisa analisar o desenvolvimento local e sua sustentabilidade socioeconômica no município de Frei Paulo (SE) a partir da implantação da indústria calçadista e quais os impactos gerados no município.

Conforme a classificação de Gil (1995), as pesquisas caracterizam-se em três níveis: exploratórias, descritivas e explicativas ou causais. Considerando que o tema abordado envolveu aspectos de natureza econômica, social, cultural, políticos-institucionais e ambientais, e havendo uma necessidade de compreensão do fenômeno estudado, este trabalho foi do tipo descritivo, de caráter explicativo e de natureza quanti-qualitativa, pois teve como objetivo, proporcionar uma visão detalhada e complexa sobre o possível dinamismo econômico e social que passou a existir, a fim de contextualizar o município de Frei Paulo a partir da implantação da indústria calçadista no município.

As pesquisas explicativas caracterizam-se pela preocupação central em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Por serem mais profundas estas pesquisas proporcionam melhor conhecimento da realidade, pois explica a razão e o porquê das coisas (GIL, 2002).

Segundo Richardson (1999), a pesquisa descritiva propõe investigar as características de um fenômeno como realmente ele é podendo este ser uma situação específica, um indivíduo ou grupo. No estudo descritivo, são abordados aspectos amplos de uma sociedade, como, por exemplo, população, renda, consumo, etc.

O mesmo autor ainda afirma que uma pesquisa descritiva pode ser a continuação de outra explicativa, visto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Na pesquisa de caráter quantitativo, os processos de coleta e análise de dados são separados no tempo. A coleta antecede a análise, ao contrário da pesquisa qualitativa em que ambos os processos se combinam, mesmo assim ambas as fases estão relacionadas, pois a maneira como os dados são coletados determina o tipo de análise que é possível realizar (ROESCH, 1996).

Richardson (1999, apud MATOS, 2004), comenta que o aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos

essencialmente quantitativos, visando obter aspectos de modo completo devido à complexidade que os encerra.

Entre os vários autores que tratam da pesquisa científica, a exemplo de Cervo e Bervian, Salomon, Lakatos, Marconi e Gil, há o consenso de que o tratamento científico exige um método que oriente a obtenção de respostas e de explicações para problemas ou questões de estudo. O método é formado por um conjunto de procedimentos que devem ser observados na busca do conhecimento. Cervo e Bervian (2002, p. 23) afirmam que “em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado”.

Nesta pesquisa foi estudado o caso da sustentabilidade do desenvolvimento no município de Frei Paulo a partir da implantação da fábrica da “Vulcabras Azaleia”, sendo analisado a dinâmica econômica, através do conhecimento dos atores que interagem cotidianamente com aspectos econômico, social, cultural e ambiental disponíveis para a sustentabilidade da atividade.

Segundo Goddoy (1995) o estudo de caso caracteriza-se como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Por isso o pesquisador consegue se aprofundar na descrição de determinada unidade de estudo. Visando ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação particular. Gil (1995) também caracteriza o estudo de caso pelo alto grau de flexibilidade; por isso mesmo não possui um roteiro rígido de passos.

Para Goldenberg (1999), o estudo de caso caracteriza-se pela análise holística do fenômeno, considerando a unidade social estudada como um todo, sendo desenvolvido com a utilização de diversas técnicas de pesquisa, obtendo uma gama de informações detalhadas, com o objetivo de conhecer profundamente a totalidade de uma situação específica e descrever a complexidade da realidade social analisada.

Assim, a utilização do estudo de caso como estratégia, de acordo com Yin (2004) justifica-se quando: busca-se por respostas do tipo “como” e “por que”, que demandam uma abordagem contínua (ao longo do tempo); há a impossibilidade de controlar os eventos e comportamentos, e o foco concentra-se em acontecimentos contemporâneos, no qual se permite o uso de múltiplas fontes de evidências. Uma vantagem da estratégia é que a mesma permite certo grau de flexibilidade, à medida que ajustes podem ser realizados durante a coleta de dados.

Técnicas e instrumentos de pesquisa

Para consecução da pesquisa foram coletados dados primários e secundários, os quais propiciaram uma análise detalhada da situação, e para isso se fez necessário o uso dos instrumentos capazes de nortear os objetivos pretendidos.

Para tanto, na obtenção dos dados primários, foram utilizadas entrevistas pessoais do tipo semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas, a qual foi minuciosamente elaborada através de um roteiro, tanto para as informações quantitativas como também as qualitativas, que foram aplicadas junto aos comerciantes locais, que possuíam negócios antes da implantação e após, além dos novos comerciantes, aos gestores municipais, o atual Prefeito Municipal e presidente da câmara de vereadores, diretor do (CDL), Câmara de dirigentes lojista e ao dirigente da respectiva empresa no processo de desenvolvimento regional.

A entrevista semiestruturada permite perguntas normalmente especificadas na qual o entrevistador está livre para ir além das respostas, pois permite mais espaço para o entrevistador sondar além das respostas de modo a estabelecer um diálogo com o entrevistado (MAY, 2004).

O objetivo destas entrevistas foi conhecer a percepção destes atores envolvidos na nova dinâmica socioeconômica do município e quais as estratégias traçadas a partir de uma nova realidade instalada, pois de acordo com a literatura estudada verificou-se que investimentos obtidos através de renúncia fiscal, quando encerrados, levam a saída de investimentos da localidade, além de uma situação ainda mais adversa ao que existia.

A obtenção de dados secundários foi realizada junto aos órgãos do governo a exemplo do (IBGE), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Prefeitura Municipal de Frei Paulo (PMFP) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do cadastro da (RAIS), Relação Anual de Informações Sociais e (CAGED), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que entre outras possibilidades ajudaram na análise do crescimento populacional, o número de domicílios existentes, número de novos alvarás de funcionamento, número de pessoas economicamente ativas com e sem carteira assinada, para que assim se pudesse fazer um perfil da mão de obra existente e da criação de novas atividades econômicas, por conseguinte foram realizadas as devidas comparações do antes e depois da implantação da indústria calçadista.

Importante frisar que para a obtenção dos dados secundários observou-se o lapso

temporal que vai do ano de 2006, ou até antes em alguns casos 2000 ou 2004, ano da instalação e pleno funcionamento da indústria de calçados no município de Frei Paulo (SE), até o ano de 2010, o qual tem toda a sua base de dados consolidada pelos órgãos citados.

A pesquisa contribuiu para uma análise aprofundada da situação em que o município vivenciou antes da implantação da indústria calçadista e depois, quais os principais aspectos diretamente influenciados, seus impactos positivos e negativos na economia e no meio ambiente e quais os direcionamentos que devem ser tomados como políticas públicas para o desenvolvimento da comunidade, para que assim possa responder aos percalços que eventualmente surjam no decorrer do tempo.

Definição e operacionalização das variáveis

A operacionalização das variáveis, compreende o procedimento implementado em um conceito, a fim de se encontrar os correlatos empíricos que possam permitir sua mensuração ou classificação, o que segundo Lakatos e Marcone (2010) São valores que se alteram em cada caso em particular e são totalmente abrangentes e mutuamente exclusivos.

De acordo com Triviños (2011) nas pesquisas quantitativas as variáveis devem ser medidas, já nas qualitativas devem ser descritas, por isso o investigador deve operacionalizar estes conceitos, dando-lhe um sentido, um conteúdo prático, em suma consiste em dar as variáveis um sentido facilmente observável, o qual permita realizar mensuração. A seguir identificaremos as variáveis que ancorarão este estudo.

Quadro 2.1 - Variáveis e indicadores da pesquisa sobre sustentabilidade socioeconômica de Frei Paulo (SE)

VARIÁVEIS	INDICADORES
Atividades econômicas	Nº de estabelecimentos empresariais do município, (total do município, casas comerciais, ramo da atividade).
População economicamente ativa (PEA) – Empregos	Nº da (PEA) na indústria, comércio e serviços.
Perfil do comerciante	Local de nascimento, faixa etária, estado civil, nível de escolaridade
Demandas de produtos	Mudanças nos hábitos de consumo (quantidade e qualidade).
Demanda de serviços e infraestrutura	Nº de matrículas nas escolas do município, nº de atendimentos na área de saúde, cursos para qualificação.
Impactos urbanos e ambientais	Aberturas de novas áreas residenciais, percentual de saneamento básico, resíduos sólidos coletados.

Hábitos e costumes	Conscientização da preservação ambiental,
Perspectivas para o futuro	Planejamento, organização dos atores envolvidos, parcerias diversas, permanência da empresa no município.

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Em relação aos itens das variáveis relacionados às questões de pesquisa, destacam-se:

- Atividades econômicas – Consiste na produção, distribuição e consumo de bens e serviços desenvolvidos na localidade.
- Perfil dos comerciantes – Conjunto de características pessoais e funcionais dos atores entrevistados e que constituem parte considerável desta pesquisa.
- Demanda de produtos – É definida como o conjunto das diversas quantidades que os usuários estão dispostos a adquirir desses produtos por unidades.
- Demandas de serviços e infraestrutura – É conceituada como sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento urbano e das funções sociais, econômica e institucional com o intuito da procura de serviços a serem utilizados pela população.
- Impactos urbanos e ambientais – É a alteração no meio ambiente ou em algum de seus componentes por determinada ação em atividade humana, principalmente pelas transformações urbanas e seus efeitos no meio ao qual está inserido.
- Hábitos e costumes – É o comportamento que determinada pessoa ou grupo aprende e repete frequentemente, sem pensar como deve executá-lo, sendo uma maneira constante de se comportar.

Universo e amostra

O universo pesquisado foi composto pelos comerciantes ativos do município de Frei Paulo em um total de duzentos, segundo a Junta Comercial do Estado de Sergipe (JUCESE), que foi utilizado como critério de julgamento por conveniência, com os comerciantes que trabalham nos segmentos de material de construção, madeiras, confecções, supermercados, farmácias, variedade e alimentos em geral.

Estes representam a principal movimentação comercial e financeira cotidiana do município, que tinham negócios antes de 2005, ano oficial da instalação da empresa na cidade, e depois, inclusive aqueles que criaram novos estabelecimentos, os quais perfazem um mínimo de 25% do total do universo, ou seja, um total de 50 entrevistas, porém devidos a alguns

comerciantes possuem mais de um estabelecimento comercial com CNPJ diferente e outros cadastrados não efetuarão baixa na JUCESE, depois do fechamento dos estabelecimentos, perfazendo um total de 42 entrevistas realizadas.

Também fizeram parte da amostra os gerentes do Banco do Brasil e Banese e o diretor da câmara de dirigentes lojistas do município, sendo que este último não foi possível à realização da entrevista, devido à extinção do CDL um mês antes da pesquisa de campo, além do gestor municipal a exemplo do atual prefeito e os diretores da empresa envolvida que juntamente com os já citados são os principais atores envolvidos na nova dinâmica socioeconômica do município de Frei Paulo.

Análises dos dados

Para tornar os dados coletados mais organizados e acessíveis a uma análise estatística, os mesmos foram tabulados de forma eletrônica através de aplicativo em computador. E como se trata de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, os dados levantados merecem tratamento diferenciado, para este fim, os de natureza quantitativa serão tratados com base em métodos estatísticos, não paramétricos, utilizando o seguinte pacote ou aplicativo: Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

Os dados qualitativos, por sua vez, foram previamente agrupados, condensados e analisados, de acordo com suas semelhanças e depois tabulados estatisticamente. Para facilitar sua compreensão, foi utilizado o método de análise de conteúdo. O referido método é mais adequado à análise de variáveis complexas envolvendo textos, salienta Roesch (1996). A autora realça aspectos como eficácia e clareza, sem necessidade para reducionismos como uma das maiores contribuições do método.

**CAPÍTULO 3 -
DINAMISMO DO SETOR CALÇADISTA**

3 DINAMISMO DO SETOR CALÇADISTA

Neste capítulo, será analisada a evolução do setor calçadista no Brasil, destacando os impactos da abertura comercial desde os anos noventa sobre o setor, decorrente da entrada dos calçados dos países asiáticos. Examina-se também o processo de realocização na indústria calçadista motivado pelos incentivos fiscais concedidos pelos estados, particularmente na região Nordeste.

3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SETOR CALÇADISTA NO BRASIL E A ENTRADA DOS PRODUTORES ASIÁTICOS.

No Brasil, o setor calçadista surgiu no Rio Grande do Sul a partir dos curtumes implantados por imigrantes alemães e italianos a partir de 1824. Esses migrantes possuíam conhecimento sobre artesanato de couro e aproveitaram a grande disponibilidade de peles oriundas das charqueadas. Mais tarde, a indústria se desenvolveu no estado de São Paulo. Em ambos os estados, a maior concentração ocorreu em áreas geográficas definidas: a região do Vale dos Sinos (RS) e a cidade de Franca (SP), a 400 km ao norte da capital paulista. O Vale dos Sinos se transformou no maior centro produtor e exportador de calçados do Brasil já na década de 1970, tendo como polo a cidade de Novo Hamburgo.

De acordo com Ribas (2010), nessas duas áreas, o setor se desenvolveu de forma espacialmente concentrada e setorialmente especializada, em um tipo de organização conhecida como cluster. No Vale dos Sinos, a maior produção é de calçados femininos, enquanto que na cidade de Franca a produção é majoritariamente de sapatos masculinos.

A partir da década de setenta do século passado, o calçado passou a ter expressiva importância na pauta de exportações nacionais e passou a ser responsável por ampla geração de emprego e renda. Nos anos de oitenta, foram introduzidas novas técnicas organizacionais na cadeia calçadista, tais como controle de qualidade, planejamento e controle da produção, novas tecnologias e equipamentos informatizados para melhorar a competitividade. Com o crescimento da atividade, escolas técnicas foram implantadas nas regiões produtoras e novos produtos passaram a ser desenvolvidos (LIMA, 2011).

Esse processo de internacionalização da produção de calçados tem sido evidenciado desde o final dos anos de 1960. Estabeleceu-se uma nova divisão internacional do trabalho no setor, com o deslocamento desse ramo dos países centrais (Estados Unidos e da Europa Ocidental) para países em desenvolvimento.

A causa dessa mudança associa-se basicamente a custos de produção, especialmente os vinculados à força de trabalho. Essa característica a torna particularmente sensível à elevação dos níveis salariais praticados em determinados países e regiões, bem como à relação entre câmbio e salários.

Do final da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970, conforme Costa (2002, p. 2):

Os países de industrialização avançada apresentaram elevadas taxas de expansão de emprego e renda, e com eles o ciclo expansivo associado ao aprofundamento do welfare state dessas economias gerou escassez de mão de obra no mercado de trabalho e um aumento em seu custo de produção (COSTA, 2002, p. 2).

O aproveitamento da força de trabalho em atividades econômicas de maior valor agregado naqueles países desenvolvidos levou à transferência da produção de bens intensivos em mão de obra para regiões que apresentassem as condições de produção mais competitivas. Uma ilustração emblemática desse deslocamento de produção é dada pela indústria de calçados dos Estados Unidos que, em fins de 1960, importava uma fração pequena de calçados, enquanto na metade da década de 1990 produzia domesticamente apenas 10% da oferta total naquele mercado (COSTA; FLIGENSPAN, 1997).

Com esse novo desenho do segmento no mundo, a geografia da produção de calçados a partir de 1970 tem sido determinada fortemente por custos de produção, especialmente os relacionados à mão de obra, pois o setor é sensível aos níveis salariais praticados em regiões e países, bem como à relação câmbio/salários. Em decorrência desse fato, a atividade tem sido caracterizada como “nômade”, pois com frequência ela se desloca no espaço geográfico em busca de oferta de mão de obra abundante e barata.

Valendo-se dessas condições de produção, países como o Brasil, Coréia do Sul e Taiwan ingressaram nesse mercado no final da década de 1960, pois contavam com mão de obra de oferta elástica e custo baixo, além de já possuírem capacidade produtiva dedicada à produção de calçados para o mercado local. Esses fatores permitiram um rápido crescimento do setor de calçados nesses países, incorporando ao mercado recursos produtivos e mão de obra. “A partir da metade dos anos de 1980, uma nova leva de países asiáticos liderados pela China juntou-se

a esse mercado, contando novamente com farta disponibilidade de mão de obra e salários baixos”. (COSTA, 2002, p. 2).

Na metade da década de 1980, ocorreu um novo deslocamento espacial da indústria calçadista, devido ao surgimento de novos concorrentes no mercado, atingindo, principalmente, a Itália e o Brasil, que tinham se tornado, nas duas décadas anteriores, exportadores de calçados. Países como Índia, Indonésia, Tailândia, Malásia e, sobretudo, a China ingressaram no mercado de exportação e, no final dos anos 1990, já eram responsáveis por cerca de 2/3 das exportações mundiais.

Diante deste cenário de internacionalização econômica e da mudança de países produtores e exportadores de calçados, segundo a Satra Technology Center (2006, apud MACHADO, 2007), temos um novo quadro a partir de 2002, em que a China aparece como a grande produtora e exportadora de calçados, juntamente com a Índia, Brasil, Indonésia e Vietnã. Nesse período, o Brasil assume o quinto lugar nas exportações mundiais.

Conforme Steyns (2007), realmente não se pode negar o porte e o potencial da China. Aquele país atua como um grande centro da produção mundial no que se refere a produtos dos setores calçadista e têxtil. A economia da China cresce a 10% ao ano e oferece subsídios governamentais, como isenção de impostos, câmbio estabilizado e baixa remuneração da mão de obra, fragilidade em relação às questões ambientais, além de não existirem alguns direitos trabalhistas, o que garante produtos a um preço impraticável aqui no Brasil e em outros países.

Segundo Lima (2011), com a abertura econômica nos anos de 1990 foi instalada uma crise no setor calçadista brasileiro, afetado pela concorrência dos produtos importados. Inicia-se, dentro desse processo, uma ampla reestruturação do segmento com o deslocamento espacial de parte da produção em busca de incentivos fiscais e vantagens locais. Esses incentivos eram especialmente importantes para as atividades industriais exportadoras. Entre os fenômenos que influenciaram tal crise está o processo de redução e quase eliminação dos subsídios às exportações, conduzido pelo governo federal no período, por força de acordos internacionais de comércio.

Desde então, a indústria calçadista nacional vem alternando períodos de crescimento e de crise, pressionado pela concorrência com produtos do sudeste asiático e com custos pressionados nos momentos em que o câmbio se mantém valorizado. Essa concorrência prejudica a participação dos calçados brasileiros tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Mesmo com a alta alíquota do Imposto de Importação no Brasil, de 35,0% em 2006

(MACHADO, 2007) para este tipo de produto, os calçados fabricados na Ásia oferecem custos muito competitivos se comparados com produtos similares produzidos no Brasil. Este fenômeno não está circunscrito à indústria calçadista brasileira.

Segundo Stürm Júnior (2007), a produção do Vale dos Sinos e o conjunto da indústria de calçados do Brasil têm assistido desde os anos noventa e na primeira década do novo século, nesta última década o pouco crescimento das exportações brasileiras que cresceu 4%, em detrimento ao principal protagonista, a China, a qual aumentou suas exportações em torno 100% Abicalçados (2007), além de produzir mais de 60% dos produtos do setor, levando a uma competição desigual e trazendo bastante apreensão ao setor, levando muitas empresas da região a migrarem principalmente para o Nordeste do Brasil, pois os custos de produção e a competitividade estão comprometidos com uma série de ações utilizadas para beneficiar o mercado chinês.

Para se ter a noção exata do tamanho e influência do mercado asiático de calçados a Abicalçados (2005) apresentou o ranking de produção mundial de 2004, o qual mostra que 82,5% do total de calçados foram produzidos na Ásia, apesar da região ter apenas 44,2% do consumo mundial. No outro extremo está a América do Norte que representa apenas 2,0% da produção, porém apresenta 18,3% do consumo. No meio deste grupo está a Europa que produziu 5,8% e consumiu 17,8%.

Entende-se a necessidade de ações urgentes para dinamizar o setor e tentar enfrentar a concorrência asiática e conseqüentemente manter as empresas e os empregos existentes. Apesar da concentração de empresas de grande porte estar localizada no Estado do Rio Grande do Sul, a produção brasileira de calçados vem gradativamente sendo distribuída para outros polos, localizados nas regiões Sudeste e Nordeste do país, com destaque para o interior do estado de São Paulo (cidades de Jaú, Franca e Birigui) e novos estados que ganham peso no setor, como Ceará e Bahia.

Há também crescimento na produção de calçados no estado de Santa Catarina e em Minas Gerais (ABICALÇADOS, 2006, p. 3), “pois o setor é um dos que mais gera emprego no país, com mais de 300 mil trabalhadores atuando diretamente na indústria”.

É importante abordar que existem dois processos envolvidos na entrada de produtos asiáticos: um está relacionado à abertura da economia do país, proporcionando a entrada de produtos produzidos em outros países e o outro está relacionado diretamente com a forma de

atuação do câmbio, que pode influenciar no custo de produção interno frente ao produto importado.

A Abicalçados aponta que a volatilidade da taxa de câmbio gera instabilidade para as margens das empresas que trabalham somente com produtos importados, por isso existe um grande incentivo econômico para as empresas passarem a internalizar parte de suas atividades operacionais no Brasil. As empresas de calçados que tinham como principal negócio a importação e exportação de bens durante o período pós Plano Real em 1994, sofreram muito com o alto risco cambial de suas atividades. Para evitar o alto risco cambial existente no Brasil, muitas empresas passaram a desenvolver suas atividades produtivas localmente.

Sem dúvida, a mão de obra mais barata e abundante é um dos fatores que mais contribuíram para forçar a migração das unidades produtivas do Vale do Rio dos Sinos para o Nordeste. A indústria de calçados, principalmente aquela que se dedica aos calçados de baixo e médio valor unitário, por ser intensiva em trabalho, tem sua competitividade relativa afetada quando o fator salário é relativamente alto. A diferença de salários entre a média do Nordeste e a do Vale dos Sinos é expressiva. Enquanto na indústria de calçados do Nordeste, se paga, em média, um salário mínimo para cada trabalhador, na região do Vale, a remuneração se situa entre dois e dois salários e meio (COSTA; FLIGENSPAN, 1997).

Ao longo das duas últimas décadas, muitas fábricas de calçados estão se instalando na região Nordeste pelos motivos já apresentados.

3.2 INCENTIVOS FISCAIS E A RELAÇÃO COM A GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E CRÉDITO.

Entender o contexto das transformações que envolvem a indústria calçadista no mundo é buscar explicações para sucessivas dinâmicas que envolvem o setor a partir da internacionalização do segmento na década de 60 do século passado, descrito neste trabalho e que continua com a entrada de países do sudeste asiático, a exemplo da China e vai até abertura do mercado brasileiro na década de 90 e os vários incentivos fiscais recebidos pela indústria calçadista através da concessão de uma série de benefícios, propiciados principalmente para os estados da Região Nordeste.

Parafraseando Lima (2011), cidades e regiões industriais estão sendo reconfiguradas, fábricas estão se transferindo para o interior do país, deslocando-se inclusive para outros

países e continentes, e a indústria calçadista é uma dessas que envereda pelo caminho da realocização ou reespecialização industrial, que se, por um lado, reduz o contingente de trabalhadores empregados numa região, favorecendo a desmobilização sindical e a maior informalização, por outro, cria novos empregos fabris, forma novos contingentes operários e tende a criar certa mobilização sindical a partir da incorporação de novos “lugares” à economia mercantil.

De acordo com Lima (2011), a realocização industrial do setor de calçados para o Nordeste a partir da década de 1990 e o perfil dos “novos” contingentes operários formados em cidades e regiões sem tradição industrial são uma realidade evidente. O “*novo*” encontra-se na formação de grupos operários em áreas não industriais e sua inserção no mercado formal e na reestruturação das formas de utilização da força de trabalho em áreas de industrialização tradicional.

A quase inexistência de um mercado de trabalho formal anterior torna o emprego fabril atrativo para trabalhadores mais escolarizados, ao mesmo tempo em que, para as empresas, a atração encontra-se no baixo custo dessa força de trabalho e na desorganização e baixa mobilização desses contingentes (LIMA, 2011).

Iniciam-se novas relações de trabalho e nova realidade para o Nordeste brasileiro. A partir dos incentivos fiscais a região torna-se polo de atração de novas indústrias calçadista e geradora de empregos em municípios do interior que até então não tinham muitas expectativas de desenvolvimento industrial através da figura 3.1.



Figura 3.1 - Placa ilustrativa a concessão de incentivos fiscais a indústria no interior nordestino
 Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

A partir desse esboço faz-se necessário apresentar os argumentos favoráveis e os desfavoráveis à concessão dos incentivos fiscais, que segundo Lima e Lima (2010), podem ser abordados sob diferentes perspectivas, que ora priorizam seus aspectos negativos ora enfatizam sua utilização como alternativa à ausência de políticas nacionais de desenvolvimento regional (PRADO, 1999).

Os que defendem como aspectos positivos as economias estaduais têm utilizado isenções tributárias ou incentivos fiscais, para estimular o crescimento da indústria local e superar seu atraso relativo ou, ao menos, preservar suas posições relativas na economia nacional. Estas políticas procuram interferir no processo de decisão locacional privado e algumas lideranças estaduais têm defendido que os benefícios fiscais são determinantes básicos deste processo, sendo este um dos argumentos utilizados para a defesa da guerra fiscal.

O que se vê segundo Amaral Filho (1996) é que recentemente, no Brasil, tem-se destacado na articulação de promoção do desenvolvimento local da lógica do crescimento fácil, caracterizada por uma verdadeira guerra fiscal entre os estados, no sentido de criar condições para atração de investimentos, através, principalmente da renúncia fiscal do Estado sobre o ICMS, em favor dos investidores hóspedes, com o intuito de se criar novos postos de trabalho no setor privado, via intervenção do Estado.

Entretanto, a decisão de inversão está subordinada a determinantes de natureza mais ampla, como as condições de infraestrutura, transporte, comunicação, energia –, a estrutura de custos, a distância dos mercados consumidores e fornecedores, a disponibilidade de mão de obra qualificada, o nível de organização sindical, a qualidade dos serviços públicos oferecidos, entre outros, ou seja, a decisão locacional das empresas está ligada principalmente às tendências de longo prazo (AMARAL FILHO, 2010).

As empresas possuem um perfil alocativo ótimo voltado para o mercado e com objetivos de ganhos reais, com áreas de equivalência possuidoras da infraestrutura necessária ao seu funcionamento, e só depois procuram, entre estas, a localidade onde são oferecidos os incentivos mais vantajosos.

Qualquer alteração neste perfil alocativo envolve um custo adicional (de afastamento) que deve ser coberto pelos incentivos fiscais. As decisões de localização valem-se da oferta de incentivos fiscais sem ignorar os demais fatores. Seria, então, a concessão de incentivos um instrumento incapaz de aumentar o investimento agregado? Não necessariamente, visto que os incentivos fiscais podem ampliar o volume de inversão, principalmente num contexto de abertura da economia e afluxo de IED; reduzem os custos de inversão no país, o que pode alterar decisões de inversão externa, que, na sua ausência, poderiam buscar outros países da América Latina; e constituem uma política de second-best para o tratamento das questões regionais (LIMA; LIMA, 2010, p. 577).

Do ponto de vista estadual, o resultado do investimento objeto do incentivo é uma ampliação imediata da arrecadação tributária do governo que o concede. A base orçamentária em que o incentivo se apoia não é previamente dada, o que concede ao governo um poderoso instrumento de renúncia da receita futura gerada pelo projeto beneficiado, sem afetar seu nível de receita corrente.

Segundo Lima e Lima (2010) as novas plantas devem gerar efeitos indutores sobre a economia local, como a atração de investimentos complementares (fornecedores e prestadores de serviço), a criação de novos postos de trabalho, diretos e indiretos, a descentralização da atividade produtiva (incentivos são diferentes para cada região do Estado) e a expansão do nível de renda local.

Desde que o governo não subsidie estes investimentos complementares e contando com o sucesso do empreendimento incentivado, deve ocorrer um aumento da arrecadação corrente e, após o período de concessão, a situação fiscal estará provavelmente melhorada. Atrelada a este fato está à vertente política, pois se a concessão de incentivos, ao menos na visão do governante estadual, traz benefícios para o Estado e, além disso, tem impactos positivos para

seu projeto político pessoal, o benefício certamente será concedido, a despeito dos interesses nacionais (AMARAL FILHO, 2006).

Do ponto de vista nacional, admite-se que este tipo de programa pode determinar o surgimento de decisões de investimento de recursos privados, como a atração de empreendimentos que não seriam aproveitados no país sem os incentivos e a adição efetiva ao investimento estadual (aumento da capacidade produtiva). Ao mesmo tempo em que possibilitaria, ao menos parcialmente, a apropriação dos benefícios gerados via incentivos pelos residentes da unidade, com o aumento do bem-estar e a criação de externalidades positivas entre as regiões (PRADO, 1999).

Segundo Amaral Filho (2010) a concessão de incentivos também pode auxiliar no processo de distribuição da atividade produtiva, quando combinada a outras medidas de desenvolvimento regional, uma vez que ela pode estimular a instalação de novas plantas em regiões com menor dinamismo econômico. Para tanto este deve ser um mecanismo seletivo, destinado a estimular vantagens comparativas locais e de caráter temporário, pois a generalização do mesmo reduz sua eficácia. Em geral, os resultados da guerra fiscal dependerão da natureza dos setores econômicos envolvidos e da dimensão relativa das empresas beneficiadas.

Como aspectos negativos existem os que defendem que a guerra fiscal, apesar de preencher uma lacuna deixada pelo Governo federal, não traz benefícios para o país como um todo (VARSANO, 1997; DULCI, 2002). Segundo os mesmos, a hipótese necessária para que os resultados da guerra fiscal sejam positivos está relacionada à confrontação dos benefícios esperados da inversão incentivada com o custo necessário para obter o afastamento do empreendimento de sua localização ótima. O benefício só seria concedido se a avaliação custo/benefício fosse positiva.

Todavia, este tipo de avaliação, mesmo quando realizada com rigor técnico, pode não corresponder às preferências alocativas privadas, visto que estas não são voluntariamente reveladas. E mesmo nos casos de uma avaliação desfavorável, o incentivo pode ser concedido, pois as lideranças locais aumentariam seu prestígio político por meio da atração de um novo empreendimento.

Além disso, em geral, os Estados mais desenvolvidos têm melhores condições locais e financeiras e, por este motivo, são os principais vencedores da guerra fiscal, o que provavelmente agrava as desigualdades regionais e aumenta as tensões entre os Estados.

Possivelmente também pode haver um impacto social das renúncias fiscais, visto que os Estados que as concedem nem sempre estão em condições de fazê-lo sem sacrificar, ainda mais sua população – redução dos investimentos em saúde, educação, moradia, etc. (AMARAL FILHO, 2010).

Entretanto, segundo Porter (1999), é papel do Estado promover o desenvolvimento local, através do fortalecimento dos setores produtivos de determinada localidade, a ação do Estado se dá através de políticas que possibilitem melhorias na estrutura sócio-produtiva. Políticas estatais de isenção de impostos (renúncia fiscal) no intuito de atrair investidores não são eficazes, visto que incentivam a chamada guerra fiscal entre os estados (AMARAL FILHO, 1996; PORTER, 1999), além de prejudicar a arrecadação do estado.

Na avaliação de Amaral Filho (1996, apud MATOS; MELO, 2007) o uso do mecanismo da renúncia fiscal como instrumento na promoção da economia local, demonstra do ponto de vista sistêmico e estrutural a incoerência e a insustentabilidade das políticas socioeconômicas de desenvolvimento, visto que se cria um amontoado de empresas sem ligações orgânicas entre si e com o local, de modo que, quando as condições já não estiverem favoráveis a estas, desaparecerão, deixando muitas vezes na comunidade ou região, condições mais precárias do que a de antes de sua instalação, visto que exploram os recursos naturais, se utilizam de mão de obra barata, não trazendo, portanto, benefícios nem para a população e nem para a economia local.

Além disso, a renúncia fiscal praticada pelos estados encontra seus limites no agravamento de sua própria crise fiscal financeira, comprometendo sua capacidade de investimento.

Porter (1999) afirma que a renúncia fiscal, além de prejudicar a arrecadação do estado, não estimula um ambiente de interação entre as empresas e a comunidade local. Assim, quando a isenção de impostos termina as empresas se sentem fortemente estimuladas a migrarem para outros estados que ofereçam isenção fiscal, deixando a comunidade local muitas vezes em condições mais precárias do que antes, porquanto exploram os recursos naturais existentes, prejudicando a população e a economia local.

A guerra fiscal funciona como um jogo não cooperativo entre governos estaduais e/ou municipais, com o objetivo de atrair investimentos privados ou retê-los em seus territórios. A mesma tem sido uma característica dos países marcados por grandes desigualdades regionais, com reduzida participação do Governo Federal na economia, que tem dificuldades para

elaborar políticas de desenvolvimento regional. Este fato exclui a visão mais simplista deste fenômeno e o mesmo deve ser visto como uma forma peculiar de política de desenvolvimento regional, responsável, em alguns casos, pela manutenção da dinâmica das economias estaduais.

Por fim, a generalização dos benefícios fiscais provoca a redução do poder de estímulo dos mesmos, que depende dos diferenciais de tributação, o que reduz o peso da tributação nas decisões locacionais dos investimentos. Além disso, programas mais amplos estão sendo substituídos por operações, cuja finalidade é atender a projetos específicos de grande porte, e os mesmos assumem a forma de pretensos programas de desenvolvimento regional.

Considerados estes aspectos negativos, poderia se perguntar se a guerra fiscal não deveria desaparecer, o que seria afirmativo, caso não fosse à natureza peculiar, já destacada, do fenômeno, que decorre em primeiro lugar, da dificuldade em mensurar o impacto sobre a arrecadação estadual oriunda dos incentivos fiscais (PRADO, 1999); em segundo, para muitos Estados, em especial para os Estados menos desenvolvidos, é relevante, na composição de suas receitas, a parcela de recursos oriunda da base tributária global, via Fundos de Participação e outras transferências, o que reduz a sensibilidade da receita à perda de incentivos; em terceiro, o Princípio da Origem garante que a guerra fiscal não tende a morrer por si só e exige alguma ação política para controlá-la, ou seja, a capacidade de concessão do incentivo de cada Estado se torna, em boa medida, independente de seu poder de dispêndio e mesmo de sua situação fiscal conjuntural, visto que os impactos resultantes do empreendimento incentivado bem sucedido têm aspectos positivos sobre o nível de arrecadação.

Entretanto, análise mais coerente é que a compreensão dos incentivos fiscais concedidos aos Estados e Municípios apresenta fragilidades consideráveis e sempre foi motivo de diversas discussões, porém segundo alguns estudiosos a exemplo de Amaral Filho e outros afirmam que é possível coexistir localidades com benefícios fiscais e desenvolvimento local:

Recomenda-se que se faça uma aliança entre os incentivos fiscais e os instrumentos genuinamente endógenos de desenvolvimento, únicos capazes de fortalecer, transformar e dinamizar as estruturas e instituições territoriais e promover uma vantagem competitiva sustentável. Esses mecanismos podem manifestar-se por meio do apoio aos sistemas e arranjos produtivos locais (SAPL), dos investimentos em infraestrutura, saúde e educação, da constituição de marcos regulatórios claros, do apoio à ciência, tecnologia e inovações e da boa governança (AMARAL FILHO, 2010, p.36).

Nesse contexto da concessão de incentivos fiscais a região Nordeste a partir da década de 90 passou a ser grande incentivadora, pois tinha como objetivo principal atrair indústrias que viabilizem a geração de emprego e renda para sua população.

Em decorrência desse fator primordial o setor calçadista foi um dos setores que se utilizaram largamente dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelos estados nordestinos. Além destes incentivos, alguns estados ofertaram ainda apoio institucional, infraestrutura e treinamento de mão de obra. No plano federal, o setor calçadista nordestino obteve financiamentos, principalmente, de longo prazo do BNB, por meio do Programa Industrial, com recursos do FNE, sendo a segunda atividade do setor industrial mais financiada na região, entre 1998 e 2006 (PINTO, 2006).

Com os incentivos fiscais recebidos é possível verificar a evolução do emprego na região nos últimos anos conforme tabela a seguir.

Tabela 3.1 - Indústria de Calçados: Geração de empregos formais no Brasil e sua distribuição por região 2006 a 2010.

ANO	SUL	SUDESTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	NORTE	BRASIL
2010	129.742	89.647	125.601	3.330	371	348.691
2009	120.963	78.492	116.358	3.098	249	319.174
2008	124.096	79.098	99.889	3.218	281	306.584
2007	129.660	83.251	100.523	2.841	233	316.508
2006	131.538	81.316	90.895	2.798	244	306.791

Fonte: BRASIL, MTE/RAIS, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, elaboração do autor, 2012.

De acordo com a tabela apresentada é possível compreender que houve evolução significativa do número de empregos no setor calçadista na região Nordeste e que a região Sudeste que outrora aparecia como a segunda em número de empregos deixou de ocupar tal posição e que, segundo a RAIS de 2010, o Ceará já é o segundo maior gerador de empregos no setor, isso só foi possível pelos incentivos concedidos aos estados da região.

Para alcançar este desempenho os estados nordestinos que captaram mais investimentos na cadeia de calçados local graças às políticas de investimento promovidas foram a Bahia, Ceará, Paraíba e mais recentemente Sergipe. De acordo com Costa e Fligenspan (1997), estes governos concedem, grosso modo, quatro tipos de incentivos: financiamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços); isenções de impostos municipais e beneficiamentos em infraestrutura; empréstimo visando à exportação e isenção de Imposto de Renda. Note-se que os dois primeiros também são ofertados por outros Estados da União, não

sendo exclusivos da Região Nordeste. Por causa dos incentivos, a produção no Nordeste é 16% mais econômica do que no Rio Grande do Sul, embora este percentual varie muito de caso para caso.

Segundo Matosso (1998, apud MACHADO 2007), o financiamento de ICMS, nestes estados nordestinos explicitados, dá-se sob várias formas. O governo local renuncia o recebimento de 50% e até mesmo, 100% do ICMS, caso as empresas invistam em capital fixo ou de giro. Na Bahia, o Programa de Promoção ao Desenvolvimento da Bahia, PRÓ-BAHIA, financia até o limite de 50% do ICMS para a região de Salvador e até 75% em outras áreas; ou ainda 75% do ICMS para projetos com investimentos previstos superiores a R\$ 400 milhões ou projetos de industrialização pioneiros, independentes de localização, caso as empresas estejam interessadas em diversificar a malha industrial.

No Ceará, o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) do Estado financia até 100% do ICMS a ser recolhido pela beneficiária e se destina às empresas industriais realocizadas e duplicadas, com prazo de pagamento de seis anos para a região de Fortaleza e de dez anos para o interior. Já na Paraíba, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN) concede empréstimos de 60% do ICMS para empresas que se instalem na região da capital João Pessoa, 80% nos municípios de Campina Grande e Queimadas e 100% em outros municípios (SEBRAE-PB).

Os outros dois tipos de incentivos restantes são únicos da Região Nordeste, garantindo-lhes um diferencial em relação aos outros Estados da União. O incentivo às exportações, por exemplo, vem sendo concedido há pouco tempo e deste não há paralelo nos outros Estados do país que segundo Costa e Fligenspan (1997), o governo da Bahia oferece um empréstimo automático de 11% do valor FOB (Free on Board) exportado, com prazo de 15 anos e Carência de três, amortizando até 10% do total da dívida.

No Ceará, o mesmo incentivo ocorre, porém, com um percentual de 10,5% do valor exportado, com prazo de pagamento de 10 anos, três de carência, mas podendo amortizar até 25% do total (COSTA; FLIGENSPAN, 1997).

Na Paraíba, se os recursos do FAIN, descritos anteriormente, não forem totalmente absorvidos, o montante restante poderá ser redirecionado a, dentre outros destinos, financiar o capital de giro para empresas de calçados sediadas na Paraíba e que exportem mais de 90% dos calçados ou componentes de calçados produzidos (SEBRAE – PB).

Por último, cabe mencionar a isenção total do Imposto de Renda, concedida pela União, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). “A isenção é concedida por um prazo de 10 anos, mas é renovável por mais cinco, com redução de 50% na alíquota, para reinvestimentos” (COSTA; FLIGENSPAN, 1997, p.106).

Esse é um benefício fundamental para empresas interessadas essencialmente em exportar e, em muitas vezes, mais vantajoso que o ICMS, já que as vendas para o mercado externo já são isentas deste imposto.

Quanto ao estado de Sergipe o governo entrou na guerra fiscal com o intuito de conceder incentivos fiscais criando o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que estabeleceu sua regulamentação para entrar na guerra fiscal pela Lei No. 3.140, de 23 de dezembro de 1991 (SERGIPE, 1991), aprovada pela Assembleia Legislativa Estadual. Após algumas alterações, feitas entre 1993 e 1995, passa o PSDI a sua forma atual, com a criação do Fundo de Apoio à Industrialização (FAI), conforme Decreto No. 15.970, de 12 de julho de 1996. Para Sergipe, a guerra fiscal logrou alguns êxitos, principalmente a partir do ano de 2000 em diante (MATOS, 2010).

Segundo o autor o PSDI objetivou incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico do estado, mediante a concessão de incentivos financeiro, creditício, locacional e/ou fiscal a investimentos do setor privado. O apoio financeiro para tais empreendimentos requeria a condição de “necessário” e “prioritário” para o desenvolvimento estadual.

Afigura 3.2 mostra placa ilustrativa de incentivos fiscais concedidos pelo estado à Vulcabras Azaleia através do PSDI, no município de Frei Paulo (SE).



Figura 3.2 - Placa ilustrativa de incentivos fiscais obtidos pela Vulcabrás Azaleia através do PSDI
Fonte: Matos, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Para ser assim classificado para o desenvolvimento de Sergipe, o investimento deveria proporcionar ou contribuir para elevar o nível de emprego e da renda; descentralizar as atividades produtivas econômicas e espacialmente; modernizar tecnologicamente o parque industrial; e preservar o meio ambiente.

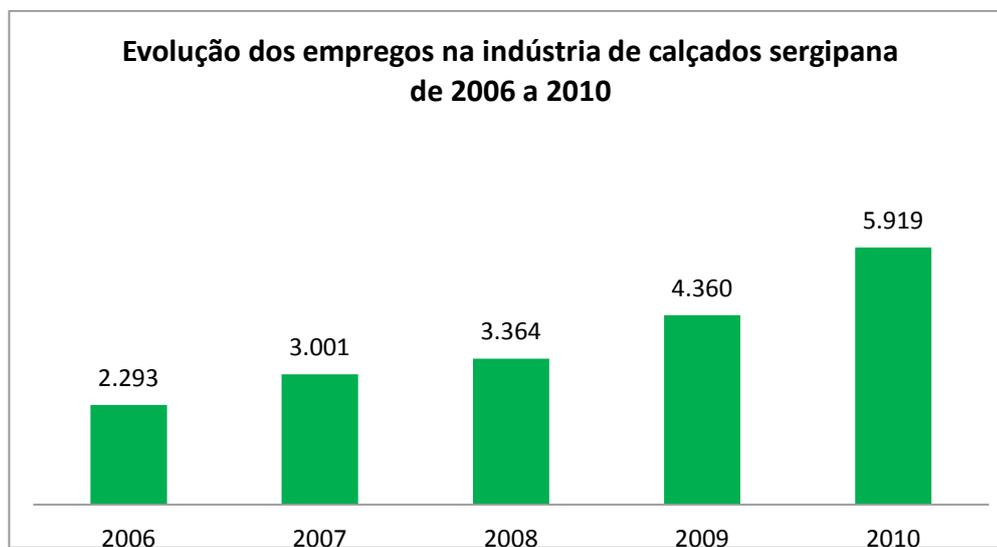


Gráfico 3.1- Empregos formais da indústria calçadista do Estado de Sergipe existentes entre 2006 a 2010.

Fonte: BRASIL, MTE/RAIS, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, elaboração do autor, 2012.

Alguns avanços no processo de interiorização das atividades industriais foram verificados, principalmente no setor de calçados, que tem obtidos com seu programa de inserção na guerra fiscal do estado resultados expressivos, conforme apresentados nesse gráfico em que demonstra de forma evidente a evolução dos empregos nos últimos anos, no entanto pouco ou quase nenhum estudo neste segmento foi realizado para que pudesse corroborar com esta análise.

É importante enfatizar que de acordo com dados do CAGED no período que compreende 2006 a 2010, o estado de Sergipe apresentou um saldo positivo de 62.366 novos postos de trabalho, correspondendo a um aumento de mais de 50% de empregos formais somando o período, sendo o setor que mais gerou empregos o da construção civil que aumentou mais de 40%, e o da indústria de transformação cresceu 36,74% ficando em segundo na geração de novos postos de trabalho, sendo este o que está vinculado à indústria de calçados.

Cabe ressaltar que Sergipe de acordo com o CAGED de 2010, apresentou um saldo positivo de 5.100 novos postos de trabalho na indústria de transformação, correspondendo a um aumento de 14,1%, sendo o terceiro setor que mais gerou empregos, ficando atrás somente do setor de serviços e da construção civil em termos absolutos, além da maioria destes postos estarem diretamente relacionados com a indústria calçadista que neste ano gerou mais 3.000 novas vagas.

Além desse processo de industrialização no Nordeste atraídos pelos incentivos fiscais e consequentemente gerando emprego e renda, temos as políticas sociais que seguem gerando resultados positivos, a despeito de longo caminho até a universalização de bens e serviços públicos fundamentais, sendo os casos da saúde e da educação os mais representativos. A política de transferências de renda às famílias para o combate à pobreza e à miséria (Benefício de Prestação Continuada, Previdência Rural e o Programa Bolsa Família), que teve início ainda em meados dos anos 1990, ganhou enorme impulso nos últimos anos, partindo de 6,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2002 para o montante de 9,3% em 2009, em particular, o Programa Bolsa Família (PBF), com cobertura nacional de 1,15 milhão de famílias em outubro de 2003, atingiu 12,37 milhões em dezembro de 2009 (IPEA, 2010).

Os avanços sociais, como um reflexo das crescentes demandas políticas, têm recebido respostas crescentemente positivas por causa das melhorias que se verificam também na esfera econômica. A manutenção da estabilidade macroeconômica em conjunção com uma economia

internacional favorável ao Brasil e o pro ativismo fiscal do governo federal e dos governos estaduais têm propiciado taxas de crescimento do PIB mais altas que as da década anterior. Como resultado, os índices de desemprego estão declinando em todas as regiões do país desde o ano de 2004.

Em um cenário em que se combinam a geração de emprego e renda, a política de transferência de rendas para a população mais carente juntamente com a evolução socioeconômica do país levou os bancos a identificarem a ampliação do crédito às pessoas físicas como um enorme potencial de ganho, diante das expectativas otimistas quanto à recuperação do emprego e renda no período que vai de 2004 a 2010.

Para as instituições financeiras, o crédito às famílias é muito mais fácil de ser avaliado do que o crédito empresarial, que exige maior conhecimento dos negócios, análise financeira e monitoramento das atividades das empresas. Ao mesmo tempo, como as taxas de juros praticadas no segmento de pessoas físicas são mais altas, as operações de crédito pessoal são também muito rentáveis (FREITAS; PRATES, 2009).

Segundo o Banco Central (2011), a partir de meados de 2004 inicia-se um crescimento gradual e sustentado do crédito, cuja participação no PIB aumenta de 24,0% em março de 2004 para 46,5% do PIB em janeiro de 2011, e para esse significativo contribuíram o aumento da taxa de crescimento do consumo interno pela massa de trabalhadores que saíram da linha da pobreza/miséria nos últimos anos e também da classe média brasileira pelo crédito relativamente farto e relativamente mais barato que períodos anteriores, aliado ao fenômeno de euforia dos mercados.

CAPÍTULO 4 -
VULCABRÁS AZALEIA E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DE FREI PAULO (SE)

4 VULCABRÁS AZALEIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE FREI PAULO (SE)

Neste capítulo serão abordadas as questões referentes à pesquisa de campo, realizada com os comerciantes do município, a própria Vulcabrás Azaleia, as instituições que atuam na cidade, como a prefeitura municipal, câmara de vereadores, as financeiras e a CDL. Diante dos resultados obtidos será realizada análise para situar o leitor do contexto envolvido.

4.1 A INDÚSTRIA CALÇADISTA E SUAS INTERAÇÕES COM O MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE)

A Calçados Azaleia S.A. foi fundada no dia 02 de Dezembro de 1958, na cidade de Parobé, Rio Grande do Sul. A empresa, inicialmente, foi criada sob a razão social de Berlitz, Lauck & Cia. Ltda. e fabricava 25 pares diários. Em 1974, a empresa trocou a razão social para Calçados Azaleia Ltda., seguindo seu crescimento e, no início da década de 80, contava com 1.300 funcionários produzindo 15.000 pares diários. Essa etapa foi marcada pela consolidação da marca “Azaleia” no mercado brasileiro e pelo início das exportações, que já representavam cerca de 5% da produção.

Atualmente, a empresa é a maior indústria de calçados da América Latina, produzindo cerca de 160.000 pares diários de calçados exporta 15% de sua produção para mais de 30 países e está presente em mais de 15 mil pontos de venda no Brasil e, aproximadamente, em três mil pontos de venda nos cinco continentes. Possui representantes comerciais em todo o Brasil, América Latina e Europa, além de unidades comerciais próprias na Argentina, Chile, China, Colômbia e Peru (VULCABRÁS AZALEIA, 2009).

Com o advento dos incentivos fiscais nos estados nordestinos, a instalação da Calçados Azaleia era só uma questão de tempo. Logo ficou decidido que seria na Bahia a primeira planta a ser instalada em 1996, no Sudoeste baiano. Atualmente é composta por 18 galpões de produção distribuídos em três distritos e 10 municípios circunvizinhos à cidade de Itapetinga, sede da empresa no Nordeste desde então.

No ano 2000, o município de Caatiba/BA passou a integrar o polo da Azaleia na região, um lugar extremamente carente em serviços básicos de saúde e educação e que possui uma economia de base essencialmente primária e dependente de recursos públicos com características

semelhantes à cidade de Frei Paulo no estado de Sergipe e objeto de estudo desta pesquisa. Que, em 2005, foi contemplada com a instalação de uma unidade de produção, e que, em 2008, passou a ser sede administrativa da empresa no referido estado.

No ano de 2007, ocorreu uma importante mudança na administração da Azaleia com a aquisição de seu controle acionário pela empresa Vulcabrás, que passou a administrar todas as suas operações. Assim, as unidades produtivas da empresa que contavam com 16.700 funcionários foram incorporadas à estrutura da Vulcabrás totalizando 35.000 colaboradores. As unidades já existentes no Rio Grande do Sul, Bahia e Sergipe se juntaram à estrutura da Vulcabrás em São Paulo e Ceará além de uma unidade produtiva na Argentina.

Escolha do município de Frei Paulo para instalação da Vulcabrás Azaleia

A escolha da cidade de Frei Paulo para implantação da indústria de calçados segue uma série de requisitos necessários para viabilizar a empresa no mercado nacional e internacional. Foram considerados aspectos importantes nesse processo a localização estratégica próximo a grandes portos, como o de Salvador, e rodovias que cortam o município e proximidade com outras unidades.



Figura 4.1- Imagem aérea da unidade da Vulcabrás Azaleia em Frei Paulo (SE).
Fonte: Arquivos da Vulcabrás Azaleia, 2009.

Também foram importantíssimos os incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado de Sergipe juntamente com a disponibilidade da infraestrutura necessária para o pleno funcionamento das atividades, além de mão de obra abundante e melhor posicionamento no mercado extremamente competitivo.

É importante frisar que segundo o diretor da Vulcabrás Azaleia, o estado de Sergipe não possui uma legislação ambiental mais branda que outros, pois segue as determinações dos órgãos de abrangência nacional, além do fato de a empresa seguir um padrão de impacto ambiental para todas as unidades existentes no Brasil.

A contrapartida dos benefícios fiscais e da infraestrutura disponibilizada foi a geração empregos em número considerado à época expressivo. Não existia nenhum plano mais abrangente de integração da economia do estado.

Ao que se refere à interação comercial entre a Vulcabrás Azaleia e os comerciantes locais, ficou evidenciado que a empresa realiza algumas compras na cidade, no que diz respeito a material de construção e às vezes alguns medicamentos. Os demais bens são importados, motivo pelo qual os comerciantes reclamam da falta de parceria entre a empresa e o comércio local.

Apesar desta informação ser confirmada, o diretor da empresa afirma que buscou junto aos comerciantes locais o fornecimento de alguns produtos, mas que não tinham na quantidade desejada ou sequer era comercializado no município. Cabe ressaltar que a indústria distribui mais de mil cestas básicas aos seus funcionários na unidade, adquiridas no Ceará, com a justificativa de que nem em Frei Paulo, nem Itabaiana e também nas grandes redes de supermercados do estado de Sergipe era possível encontrar o quantitativo e as opções de produtos desejados.

A diretoria afirma que a Vulcabrás Azaleia prioriza a economia de escala, com compras conjuntas para todas as unidades de Sergipe e Bahia e, quando o volume adquirido excede a quantidade distribuída aos funcionários, a empresa entrega o excedente para instituições de caridade das comunidades. Apontou assim o desencontro entre a infraestrutura comercial existente na cidade e os objetivos da empresa, em vários aspectos.

No tocante a mão de obra, segundo o diretor da Vulcabrás não foram encontradas dificuldades na contratação de pessoas comprometidas e dispostas a trabalhar na cidade, com muita oferta disponível. Havia, porém, necessidade de aperfeiçoamento profissional.

A quase inexistência de um mercado de trabalho formal anterior a implantação da indústria, tornou o emprego fabril atrativo para trabalhadores mais escolarizados, ao mesmo tempo em que, para as empresas, a atração encontra-se no baixo custo dessa força de trabalho e na desorganização e baixa mobilização desses contingentes (LIMA, 2011).

Também foi possível verificar que as ações do sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil, ao qual se filia a categoria dos operários calçadista, estão concentradas na capital sergipana, dificultando a defesa dos trabalhadores de Frei Paulo.

A Vulcabrás Azaleia e o meio ambiente

Como a vertente ambiental é fator preponderante para o alcance do desenvolvimento sustentável e as indústrias sempre foram vistas como fontes de poluição, buscou-se entender qual a relação ambiental existente entre a empresa e o meio ao qual ela está inserida.

Ao que se refere às diretrizes norteadoras de permissão para instalação da indústria, foi verificado que a Vulcabrás seguiu os relatórios de impacto ambiental – RIMA – e as exigências do órgão estadual de regulação ambiental, ADEMA, em que se observam os aspectos mais importantes na análise de implantação da indústria, a exemplo de ruído, zona urbana, esgotamento sanitário, descontaminação de lâmpadas entre outros pontos.

A empresa afirma que realiza coleta de resíduos, inclusive de origem química, através de prestadora de serviço especializada em transporte denominada Liko que recolhe os resíduos e encaminha para o município de Itapetinga na Bahia, onde existe um aterro sanitário apropriado. Com isso, nenhum resíduo sólido ou líquido fica em Frei Paulo para descarte. Além disso, a Vulcabrás Azaleia realiza logística reversa de muitos produtos para que sejam reaproveitados os descartes e não venham a contaminar a água e o solo.

Quanto à responsabilidade socioambiental junto à população da cidade, a indústria promoveu em 2011 a campanha “nossa cidade é show”, que teve como objetivo levar cinquenta funcionários da empresa para fazer limpeza das ruas da cidade durante um dia. Essa informação foi abordada pelos comerciantes, porém realizada isoladamente em um único dia, o que representa muito pouco para uma empresa que tem papel decisivo no desenvolvimento local, além de ações limitadas com seus colaboradores, repassando apenas lições básicas de conservação de ambiente de trabalho limpo.

Por fim, a empresa declara que realiza com seus funcionários treinamentos de coleta seletiva de lixo na unidade de produção, além de oferecer aos comerciantes do município que visitam a empresa vídeos institucionais de caráter educativo incentivando como ajudar a preservar a natureza e a promover o desenvolvimento sustentável.

A Vulcabrás Azaleia e as relações comerciais e sociais no município

Logo após período de adaptação, entre os anos de 2003 a 2005, a empresa iniciou suas atividades em novembro de 2005, e no ano de 2008, atingiu o montante de empregos comprometidos para a concessão de incentivos fiscais do PSDI em 2003, Tabela 4.2. Conforme documento entregue a Codise, totalizou em 902 novos postos de trabalho, mas esse montante é discutido neste trabalho.

No tocante as relações comerciais, segundo seu diretor, a Vulcabrás Azaleia destina sua produção para diversos países como Rússia, Colômbia, Estados Unidos, tendo a unidade de Frei Paulo contribuição significativa no total da produção entre as unidades, além de ser a segunda unidade do grupo que mais gera empregos no país.

É importante comentar que a comercialização é realizada tanto de forma centralizada pela unidade regional Nordeste, como também descentralizada pela unidade de Frei Paulo, nesse caso por meio de departamento comercial que conta com representantes que buscam clientes regionais e nacionais.

A empresa informou possuir planos de expansão no município. Porém enfrenta dificuldades com a falta de espaço físico na unidade, em parte contornada pela utilização de contêineres. Os contêineres são alugados a terceiros e servem para armazenar diversos equipamentos e materiais. O plano de expansão informado não parece se coadunar com a evolução recente dos empregos, pois houve redução de mais de 400 vagas desde o final do ano de 2011 até abril de 2012.

É importante frisar que o município não concede qualquer tipo de incentivo a empresa. Os existentes são de competência da união ou do estado, cabendo ao município apenas o papel de facilitador entre os interesses da população e as necessidades da empresa. Foram estabelecidas algumas parcerias quando da instalação da empresa, como a possibilidade de realizar exames de lâmina para as funcionárias da empresa, que previnem e detectam o câncer do colo uterino, executados por enfermeiros da secretaria de saúde do município. São

realizados cursos para os funcionários, a exemplo do ofertado pelo programa cozinha Brasil do SESI, que ensina as pessoas a utilizarem cardápio apropriado, além de parcerias com o governo do estado trazendo médicos para realizarem palestras sobre diversos assuntos.

No entendimento de seu representante, além do emprego e renda gerado para população local, a Vulcabrás Azaleia fornece outros recursos econômicos e sociais para a localidade, como cestas básicas para os funcionários que cumprem metas da empresa, compra material de construção na cidade e outras pequenas compras. Quando os materiais não estão disponíveis no município busca-se comprar em cidades vizinhas como Itabaiana. Finalmente, a empresa realiza algumas ações assistenciais como a distribuição de cestas básicas excedentes e calçados para as comunidades carentes. Tais ações, entretanto, são pouco percebidas no município. Nenhuma delas foi mencionada pelos entrevistados.

Quanto aos fornecedores de bens e serviços, verificou-se que existem situações que a própria indústria é autossuficiente, pois realiza diversos treinamentos vindos a suprir suas necessidades, a exemplo da área de informática, contabilidade e recursos humanos.

Os exames médico de admissão e demissão não são ofertados na cidade. Há dificuldades, também, com o fornecimento de insumos de produção e material de expediente, supridos pela central de compras da Bahia. A cidade nem mesmo consegue ofertar os meios de hospedagem demandados pela empresa. A alimentação para os funcionários é terceirizada através de empresa especializada do setor que não é de Sergipe, a Santé alimentos que veio do estado do Ceará.

Com todos esses indicadores, fica patenteado o fato de que a indústria calçadista não criou raízes mais profundas no município, considerando que são a partir dos vínculos entre as questões culturais, sociais e comerciais estabelecidas entre os atores locais envolvidos que são fortalecidos os laços que levam ao desenvolvimento regional e local, pensando no conceito de embeddedness, tratado em capítulo anterior (VALE, 2006).

Treinamento desenvolvimento de pessoal e formas de contratação

Segundo o diretor, a empresa realiza regularmente treinamento para toda a mão de obra contratada, utilizando técnicas que associam teoria e prática na própria unidade de Frei Paulo. Aspectos específicos de produção, como bordagem, qualidade e manuseio de equipamentos

modernos são realizados em Itapetinga na Bahia, onde fica um dos centros regional da indústria.

Em alguns casos, as empresas fornecedoras de equipamentos realizam treinamentos para a sua correta utilização. A Vulcabrás Azaleia procura realizar anualmente planejamento das atividades, vez em que 100% dos funcionários devem conhecer as futuras metas e ações a serem implementadas.

Cabe ressaltar que os treinamentos realizados com maior frequência são os operacionais de produção e os de segurança do trabalho. Os treinamentos para a área administrativa são também efetuados, ainda que em menor escala. São estabelecidos cronogramas para o tempo dos cursos nas áreas de segurança do trabalho, de recursos humanos e a maior parte do tempo para treinamento operacional. A duração pode, em alguns casos, alcançar seis meses. Por fim, é necessário informar que a indústria contrata consultoria especializada, utilizada internamente, como a contratação de médicos, contadores entre outros.

É possível inferir que existe um modo planejado para a preparação da mão de obra local empregada na empresa, em um ramo de atividade novo para a cidade, portanto, sem tradição nem aprendizado anterior. Todavia, a maior parte dos funcionários aprende somente uma ou algumas etapas, limitando um maior conhecimento sobre a totalidade da produção.

Quanto à possibilidade de progressão das pessoas na empresa, destaque-se que são destinados 80% dos cargos de coordenação para pessoas do estado e 20% para outros estados da federação. Quando questionado se há como comprovar a origem dos funcionários, o diretor informou que apenas solicita o comprovante de residência, o que deixa margem para pessoas de outras cidades trabalharem.

É importante enfatizar que os funcionários que trabalham na produção e em outros setores são contratados diretamente pela indústria calçadista que apenas terceiriza os serviços de vigilância, transporte e alimentação. Não recorrem também a pessoas de oficinas cooperadas e não contratam trabalho realizado nas residências.

A unidade produtiva de Frei Paulo coordena a operação das outras três existentes em Sergipe nos municípios de Carira, Ribeiropólis e no povoado Brasília na cidade de Lagarto. Ela se subordina diretamente à direção regional da Vulcabrás em Fortaleza. A sede nacional situa-se em Jundiá, estado de São Paulo.

4.2 FREI PAULO ANTES E APÓS A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA

O município de Frei Paulo, distante 76 km da Capital sergipana, está localizado no território do Agreste Central sergipano. Apresentava como base econômica até 2005 a agricultura de subsistência, a pecuária de corte e leiteira, além de resquícios da indústria algodoeira de descaroçamento e pluma. Parte da população tem como meio de subsistência a aposentadoria pelo INSS e beneficiários da aposentadoria rural. O comércio, ainda que importante para a cidade, tem capacidade limitada de geração de emprego. O grande empregador local é o poder público municipal, com mais de 700 pessoas funcionários efetivos, além de uma centena de cargos comissionados. Cabe destacar que a partir de 2002 a agricultura do milho ganhou projeção e hoje é uma das principais atividades econômicas em termos de geração de rendimentos. Como a atividade se realiza, em grande parte, de forma mecanizada, o impacto na geração de ocupação não é proporcional à riqueza gerada.

A população do município registrou taxa de evolução mediana nos últimos dezesseis anos, 23%, não tendo ocorrido aceleração mais expressiva antes de 2007, conforme gráfico 4.1 apresentado a seguir.

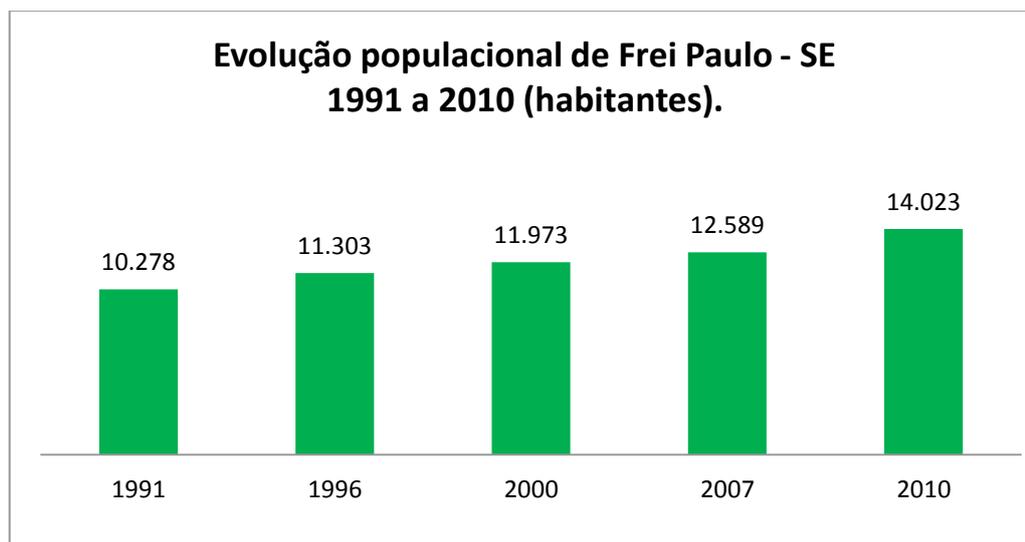


Gráfico 4.1 - Evolução populacional de Frei Paulo (SE).

Fonte: IBGE, Censos de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010, elaboração do autor, 2012.

É possível inferir dos dados apresentados que a evolução populacional que vai do ano de 1991 até o ano de 2007 ocorreu de maneira incremental, em função do impacto de dois movimentos paralelos. De um lado, o município enfrentou uma crise relacionada à praga do

bicudo no algodão e, de outro lado, a abertura comercial do país levou ao fechamento de quatro das cinco indústrias algodoeiras, gerando desemprego e desalento a respeito do futuro do município.

Frei Paulo, a exemplo da maioria dos municípios situados no semiárido nordestino sofre as adversidades nos períodos de estiagem e apresenta baixa produtividade nas culturas tradicionais como na pecuária extensiva. A falta de oportunidade finda por caracterizar boa parte da região como sendo de expulsão populacional. A implantação da unidade fabril, nesse sentido, ao lado de outros fatores, concorreu para reverter esse quadro.

É possível extrair do Gráfico 4.1 que entre os registros da contagem populacional de 2007 e do censo demográfico de 2010, a evolução da população do município apresentou nova dinâmica, que pode ser associada à implantação da indústria calçadista Azaleia. O IBGE em 2010 informa em seu censo que dos 14.023 residentes, 11.529 são naturais do município. Ou seja, 2494 pessoas migrantes de outros municípios, 18% do total da população.

Para ter uma dimensão exata do nível de empregabilidade do município antes da implantação da indústria calçadista, a RAIS no ano de 2006 apresenta como número de empregados no setor público municipal, PMFP, um total de 716 empregos da administração pública, sendo que nos anos seguintes este número diminuiu devido à aposentadoria de mais de uma centena de servidores, segundo a própria Prefeitura Municipal.

Enquanto isso, com a implantação da Vulcabrás Azaleia em novembro de 2005 em Frei Paulo, pode-se visualizar com maior nitidez que o poder público municipal deixou de ser o maior empregador municipal e passou a existir a influência direta da iniciativa privada na geração de emprego, conforme tabela 4.1.

Tabela 4.1- Empregos formais no município de Frei Paulo envolvendo celetistas e estatutários no período 2006 a 2010.

Ano	Empregados celetistas	Empregados estatutários	Total
2006	980	716	1740
2007	1.276	574	1850
2008	1.407	578	1985
2009	2.454	647	3101
2010	2.838	666	3504

Fonte: BRASIL, MTE/RAIS, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, elaboração do autor, 2012.

Analisando a Tabela 4.1, fica constatado que o poder público deixa de ser o maior empregador, pois os empregos públicos celetistas correspondentes às agências bancárias do Banco do Brasil, Banese e a Empresa Sergipana de Defesa Agropecuária, Emdagro, não

ultrapassam mais que 35 funcionários públicos, conseqüentemente existe um aumento substancial na geração de empregos diretos ocasionados pela Vulcabrás Azaleia.

Com a implantação da indústria calçadista veio a desenvolver outras áreas de forma direta ou indireta, pois com os dados obtidos pela RAIS neste período, foi constatado que, o município passou de 441 empregos formais de outros setores econômicos em 2006 para 620 em 2009, o que demonstra de forma objetiva o impulso econômico de mais de 40% na geração de novos postos de trabalho proporcionado pela implantação da referida empresa.

Outra vertente que deve ser enfatizada é o número exponencial de empregos gerados pela Vulcabrás Azaleia no município demonstrada pela tabela 4.2.

Tabela 4.2 - Evolução dos empregos formais da Vulcabrás Azaleia no município de Frei Paulo no período de 2006 a 2010.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2006	319	220	539
2007	390	301	691
2008	458	440	898
2009	931	903	1.834
2010	1.187	1.086	2.273

Fonte: RAIS, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, elaboração do autor, 2012.

Diante dos dados apresentados na Tabela 4.2, verifica-se que o município que até então não existia uma geração de empregos consistente, motivada principalmente pela cidade não dispor de economia dinâmica e sequer ter alguma aptidão cultural para indústria calçadista, passou a dispor de número significativo de empregos formais, aquele de carteira assinada, e influenciou uma mudança expressiva no setor econômico existente.

Fator relevante a ser analisado é que não foi somente a implantação da indústria calçadista que veio a beneficiar o município, também foi contemplado para ser a sede da Vulcabrás Azaleia no estado, o que propiciou uma maior visibilidade estadual da sua economia e conseqüentemente salários maiores pagos a alguns empregados que ocupam cargos estratégicos e gerenciais o que de forma indireta gera benefícios a cidade.

Outra análise que pode ser efetuada diz respeito aos diferentes impactos econômicos das cidades circunvizinhas com população pouco maior que Frei Paulo, pois apresentam empregabilidade mais elevada em alguns setores a exemplo do comércio, porém essas cidades possuem um número de empregos menor que a cidade de Frei Paulo, além das indústrias instaladas nesses municípios serem menores, como acontece em Carira e Ribeirópolis, que

possuem filiais da Vulcabrás Azaleia e que chegam a empregarem contingente de mão de obra em torno de 25% cada uma do total existente em Frei Paulo, conforme explicitado na Tabela 4.3.

Tabela 4.3- Empregos existentes nas cidades do Agreste central sergipano no ano de 2010

Cidades	Extração	Indústria	Serviços..I	Construção	Comércio	Serviços	Administração	Agrop	Total
C. do Brito	1	161	3	390	173	161	690	69	1.648
Carira	0	618	7	8	206	98	1.221	128	2.286
Frei Paulo	0	2.480	23	16	142	83	666	94	3.504
Ribeirópolis	20	877	3	15	160	239	762	29	2.105
Total	21	4.136	36	429	681	581	3.339	320	9.543

Fonte: BRASIL, MTE/RAIS, 2010, elaboração do autor, 2012.

Inferese nesses dados que cada cidade tem peculiaridades, de costumes, culturas e aspectos vocacionais empreendedores próprios, além de possuírem histórico norteador das ações passadas refletirem numa evolução natural em todos os setores existentes no município influenciando o presente.

Verifica-se nesses dados que a indústria de transformação e calçadista existente em Frei Paulo gera muito mais empregos que nas outras cidades, o que de forma direta poderia gerar de imediato mais dinamismo na economia local, além de se transformar em centro de atração para novos investimentos. Também é possível identificar de forma clara que a administração pública local em 2010 é a menor empregadora das cidades analisadas o que demonstra coerência em relação à proporção da população, além do poder público ser valorizado como grande empregador anteriormente à instalação da empresa.

No entanto, a cidade de Frei Paulo demonstra que evolui em outros setores paulatinamente e que o imediatismo que tanto se deseja alcançar em números expressivos na geração de empregos, principalmente no comércio, seja uma circunstância de evolução consistente, ou uma questão de cunho local que será analisado mais a frente.

Outra análise que pode ser extraída dessa tabela e comparada com a do ano de 2004 é que no período anterior à instalação das indústrias no Agreste Central Sergipano, praticamente era inexistente a empregabilidade na indústria de transformação, e que com os incentivos fiscais concedidos pela política pública governamental de atração de novas indústrias, veio a gerar milhares de empregos e a desenvolver outros setores econômicos, mesmo aqueles que não diretamente ligados a este segmento.

Segue abaixo Tabela 4.4 referente ao ano de 2004 dos setores ativos da economia nos municípios analisados antes da implantação da indústria calçadista em Frei Paulo.

Tabela 4.4- Comparativo dos empregos gerados nas cidades do agreste central sergipano em 2004.

CIDADES	Indústria	Serviços	Construção	Comércio	Serviços	Administração	Agrop	Total
Campo do Brito	56	02	18	144	137	435	99	891
Carira	06	06	05	80	89	1.244	101	1.531
Frei Paulo	122	02	03	79	58	570	111	945
Ribeirópolis	94	01	02	107	86	725	35	1.050
Total	278	11	28	410	370	2.974	346	4.417

Fonte: BRASIL, MTE/RAIS, 2004, elaboração do autor, 2012.

A princípio fica evidenciado que antes da implantação tanto da indústria calçadista como de outras que atuam no setor industrial, o segmento de agropecuária empregava mais pessoas, pois se verifica uma pequena queda do emprego no ano de 2010, entendida neste trabalho pelo aumento da mecanização agrícola do segmento e êxodo rural, mas que não chegou a comprometê-lo.

Também está inferido nos dados apresentados que as cidades de Ribeirópolis e Campo do Brito já apresentavam um comércio que empregava mais pessoas, ficando subtendido que os mesmos já eram mais pujantes e se destacavam mais em relação às cidades de Carira e Frei Paulo.

No entanto, a comparação entre as Tabelas 4.3 e 4.4 o município de Carira que apresentava empregabilidade no setor comercial praticamente igual à Frei Paulo, no ano de 2010 já aparecia como maior empregador entre os quatro comparados e que apenas recebeu uma filial da Vulcabrás Azaleia empregando algo em torno de 25% da sua matriz que fica em Frei Paulo, evidenciando assim, maior crescimento econômico neste setor.

Durante o período que fica entre 2004 a 2010 não houve mudanças substanciais nos outros segmentos econômicos do município de Carira, uma vez que a prefeitura, maior empregador até então, não apresentou evolução, ocorrendo uma pequena redução de servidores públicos e aumento não expressivo no setor agropecuário. Porém, no segmento comercial teve um acréscimo de mais de 150%, o que pode ser explicado pela relação dos novos empregos gerados pela indústria calçadista.

No entanto, fica evidente que a cidade de Frei Paulo, não conseguiu desenvolver seu comércio na mesma proporção que Carira, uma vez que a implantação da indústria calçadista neste município gerou significativas melhorias na empregabilidade comercial, entretanto mesmo gerando quatro vezes mais empregos Frei Paulo conseguiu evoluir, mas não com a mesma proporcionalidade do seu vizinho.

Outro ponto a ser levantado é que com a concessão dos incentivos fiscais proporcionados pela guerra fiscal entre os estados, não foi encontrado argumentos que mostrem de forma objetiva os cálculos que demonstrem a relação entre geração de empregos em cidades pequenas e o aumento do gasto público com educação, saúde entre outros serviços públicos prestados à população local, assim será analisado neste tópico as influências que a educação proporciona na geração de emprego e renda, como também é influenciada na procura por seus serviços.

Era de se esperar que com o aumento da população, através de novos moradores e constituição de novas famílias existisse uma maior demanda por matrículas nas escolas municipais, diante desta possibilidade foi criada a Tabela 4.5.

Tabela 4.5 - Evolução do número de matrículas escolares no município de Frei Paulo a partir da implantação da Vulcabrás Azaleia.

Ano	Pré –escolar	Ensino Fundamental	Escolas municipais	Escolas estaduais	Escolas privadas
2005	845	3.132	1.778	899	455
2007	695	2.954	1.704	666	584
2009	573	2.995	1.810	564	621

Fonte: BRASIL, censo escolar, 2005; 2007; 2009, elaboração do autor, 2012.

A princípio os dados apresentados possibilitam analisar que de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação, MEC, o ensino fundamental deveria ser de responsabilidade dos municípios e o ensino médio do estado. Todavia, verifica-se que há uma redução do número de alunos matriculados nas escolas estaduais, pois por força da diretriz devem migrar para o município, porém a absorção destes alunos por parte do município não cresceu na mesma proporcionalidade.

Um dos argumentos para que isso não ocorra é o de que com o aumento do poder aquisitivo da população local proporcionado pela geração de emprego e renda no município através da implantação da Indústria calçadista Vulcabrás Azaleia, as famílias estão migrando seus filhos da escola pública para a particular. Para embasar tal afirmação é possível visualizar na Tabela 4.5 que entre 2005 a 2007 houve redução no número de matrículas nas escolas estadual e municipal em torno de 30,0%. Porém, as matrículas da iniciativa privada neste período houve aumento na ordem de 29,0%, o que demonstra de forma clara a relação entre os empregos gerados e as matrículas na rede privada.

Seguindo esta tendência temos que no ano de 2009 houve um pequeno aumento do número de matrículas do ensino fundamental nas escolas do município, porém acompanhada

pela redução dos matriculados nas escolas estaduais e aumento de matrículas nas escolas particulares.

Por fim, cabe a argumentação que quanto ao município em análise os gastos com educação não aumentaram e conseqüentemente a implantação da indústria calçadista não trouxe despesas adicionais a este setor social, aliás, foi através da geração de emprego e renda, proporcionados pela Vulcabrás Azaleia, que as pessoas residentes na cidade puderam oferecer aos seus filhos educação em escolas particulares, consideradas melhores.

No que concerne à relação entre nível de escolaridade e salários pagos será apresentada a próxima tabela 4.6, para as devidas considerações.

Tabela 4.6 - Nível de escolaridade dos funcionários da Vulcabrás Azaleia 2006 a 2010.

Ano	Analfabeto	5ª incompleta	5ª completa	6ª a 9ª fundamental	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
2010	18	20	05	828	127	591	628	24	15
2009	12	20	06	670	122	481	495	20	10
2008	01	21	05	260	64	299	233	12	03
2007	-	22	07	136	59	281	170	11	05
2006	-	05	06	106	140	213	150	08	05

Fonte: BRASIL, MTE/RAIS, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, elaboração do autor, 2012.

Segundo os dados constantes nessa tabela e fontes citadas neste trabalho que abordaram a questão da realocização espacial, é possível inferir que a maior parte dos trabalhadores está concentrada entre os que possuem do sexto ao nono ano do ensino fundamental incompleto, o ensino médio incompleto e o ensino médio completo, no ano de 2010, perfazendo um total de praticamente 90,0% de toda mão de obra utilizada.

Esta análise é corroborada quando Lima et al. (2011) afirma que a quase inexistência de um mercado de trabalho formal anterior torna o emprego fabril atrativo para trabalhadores mais escolarizados e os que possuem ensino médio completo, ao mesmo tempo em que, para as empresas, a atração encontra-se no baixo custo dessa força de trabalho, aproveitando também aqueles que possuem pouca escolaridade que não completaram o ensino fundamental e médio.

Fica evidenciado que a análise não está atrelada tão somente ao ano de 2010, mas quando ela é realizada em relação ao ano de 2006, primeiro ano de funcionamento pleno da indústria calçadista em Frei Paulo, os resultados são simétricos, obtendo uma pequena variação do aumento dos que possuem o ensino fundamental completo.

Assim, é compreensível enfatizar que as relações existentes entre o tipo de trabalho executado na indústria calçadista, muitas vezes repetitivo e pouco dinâmico, e a baixa escolaridade convirjam para o interesse das partes, além da abundante oferta de mão de obra existente, ansiosa por oportunidades no mercado de trabalho, sejam aspectos relevantes a serem considerados nas variáveis salários e nível de escolaridade.

Para explicitar a relação entre estas variáveis serão apresentado na Tabela 4.7 os dados representativos a esta situação.

Tabela 4.7- Faixa de renda dos trabalhadores da Vulcabrás Azaleia no município de Frei Paulo em 2010.

Faixa salarial	Ano	Quant. funcionários	Total
Até 0,5 meio salário	2010	88	
De 0,5 até 1,0 salário		13	
De 1,01 até 1,50 salários		1.914	
De 1,51 até 2,00 salários		98	
De 2,01 até 3,00 salários		41	
De 3,01 até 4,00 salários		22	
De 4,01 até 5,00 salários		22	
De 5,01 até 7,00 salários		19	
De 7,01 até 10,00 salários		09	
De 10,01 até 15,00 salários		11	
De 15,01 até 20,00 salários		03	
Mais de 20 salários		01	
Não classificado		32	2.273

Fonte: BRASIL, MTE/RAIS, 2010, elaboração do autor, 2012.

Ao se analisar os dados acima, não há dúvidas quanto aos aspectos já mencionados nesse trabalho em que se institui como pressupostos básicos para concessão de incentivos fiscais, além da redução da carga tributária e a concessão da infraestrutura necessária ao funcionamento das “novas” indústrias, tem-se como fator primordial a mão de obra barata, que quando foi comparada com a região do vale dos Sinos, esta seria praticamente o dobro do custo da existente no Nordeste, sendo a existente no município de Frei Paulo a mais plena reprodução dos estudos já encampados.

No entanto, por menor que seja esta remuneração, deve-se frisar que esta nova realidade para a região Nordeste do Brasil, veio a formar um novo mercado para as indústrias e a possibilidade de melhorar sua competitividade em relação aos países do Sudeste asiático, além de gerar milhares de empregos para uma região que sempre foi repulsora populacional e sequer possuía empregos formais em números expressivos antes da descentralização industrial em discussão.

4.3 NOVA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE FREI PAULO (SE)

Nesta seção serão abordadas as mudanças socioeconômicas que passaram a existir na cidade de Frei Paulo (SE), partindo da percepção dos comerciantes do município, pois estes atores conseguem interagir com toda comunidade e visualizar de forma direta e indireta as mudanças ocasionadas pela implantação da indústria calçadista, Vulcabrás Azaleia.

Dentro deste contexto será descrito o perfil dos comerciantes da cidade de Frei Paulo, considerando aspectos como local de nascimento, idade, grau de escolaridade e atividade comercial, com o intuito de situar o leitor quanto aos entrevistados.

No que concerne ao local de origem destes comerciantes verificou-se que a maioria é natural do município perfazendo um total de 88,0%, conforme o Gráfico 4.2, que caracteriza o seu comércio feito por pessoas que sempre residiram na localidade o que ajuda a ter um maior conhecimento da realidade.

Entretanto existe um número de 9,5% de comerciantes que vieram de outras cidades sergipanas que não possuíam laços parentais com os munícipes, mas que enxergavam viabilidade econômica da cidade, inclusive, que metade destes realizou a abertura de seus estabelecimentos após a implantação da Vulcabrás Azaleia. Também foi identificado um total de 2,5% de comerciantes que vieram de outros estados.

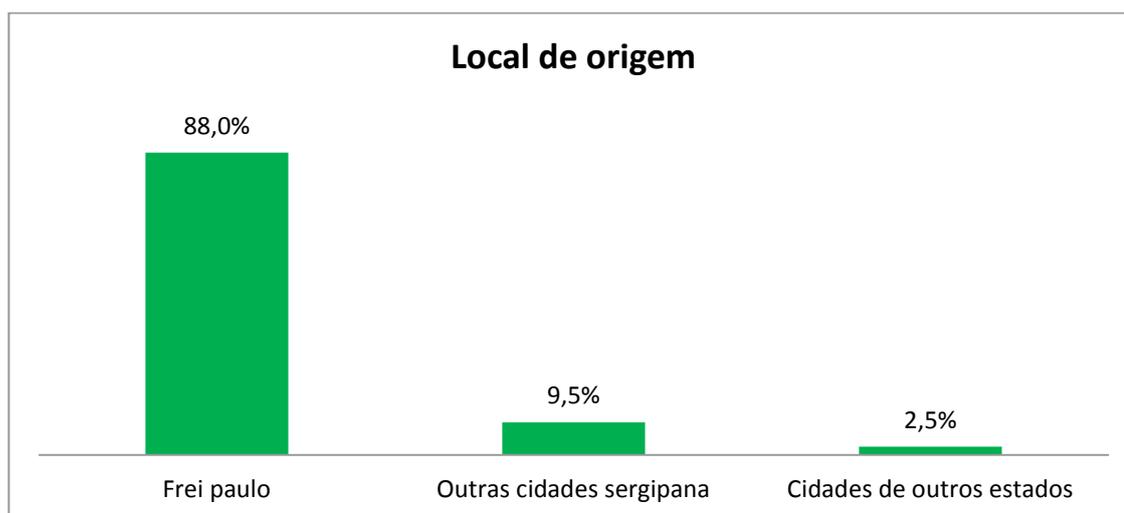


Gráfico 4.2- Local de origem
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Outro aspecto relacionado ao perfil é a idade dos comerciantes, que apresentou como resultado no Gráfico 4.3 percentual de 38,0% compondo a maioria dos comerciantes que

apresentam faixa etária entre 41 e 50 anos e com percentual pouco menor que corresponde a 33,0% os empresários que possuem idade entre 31 a 40 anos. É necessário frisar que ambas as faixas concentram praticamente 71,0% do total de comerciantes, além delas apresentarem uma maior variedade dos comerciantes que são bem sucedidos, como também que abriram novos estabelecimentos a partir da implantação da indústria calçadista.

Pode-se verificar pelo Gráfico 4.3 que 17,0% dos comerciantes estão na faixa etária entre 21 a 30 anos de idade, 9,5% estão concentrados na faixa de 51 a 60 anos de idade e apenas 2,5% que já possuem mais de 60 anos.

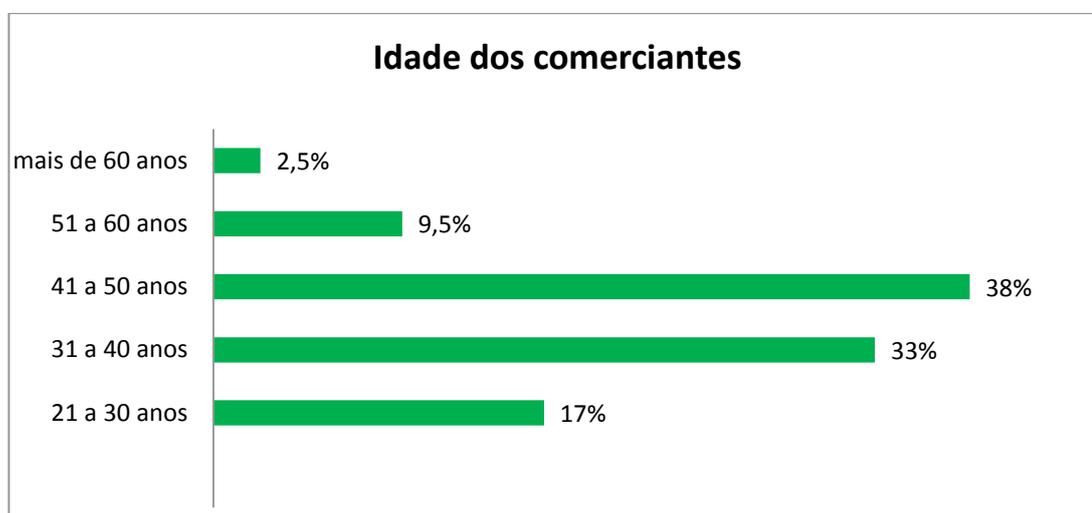


Gráfico 4.3- Faixa etária dos comerciantes
Fonte: MATOS, Paulo, Pesquisa de campo, 2012.

Em relação à educação formal, que é ponto fundamental, ou indicador para medir o desenvolvimento de determinada localidade, verificou-se que 40,5% dos comerciantes possuem o ensino fundamental incompleto, situação que reflete de acordo com a idade escolar dos mesmos, que educação não era acessível e nem prioritária na localidade, sendo constatada neste trabalho.

Verificou-se que 2,5% são analfabetos funcionais. Aqueles que realizam contas matemáticas e leem, mas não entendem, são 5,0%, os que completaram o ensino fundamental e 9,5% não concluiu o ensino médio. Por outro lado foi identificado que 33,0% concluíram o ensino médio e 7,0% concluíram o ensino superior, também foi pesquisado que 2,5% ainda estudam algum curso superior.

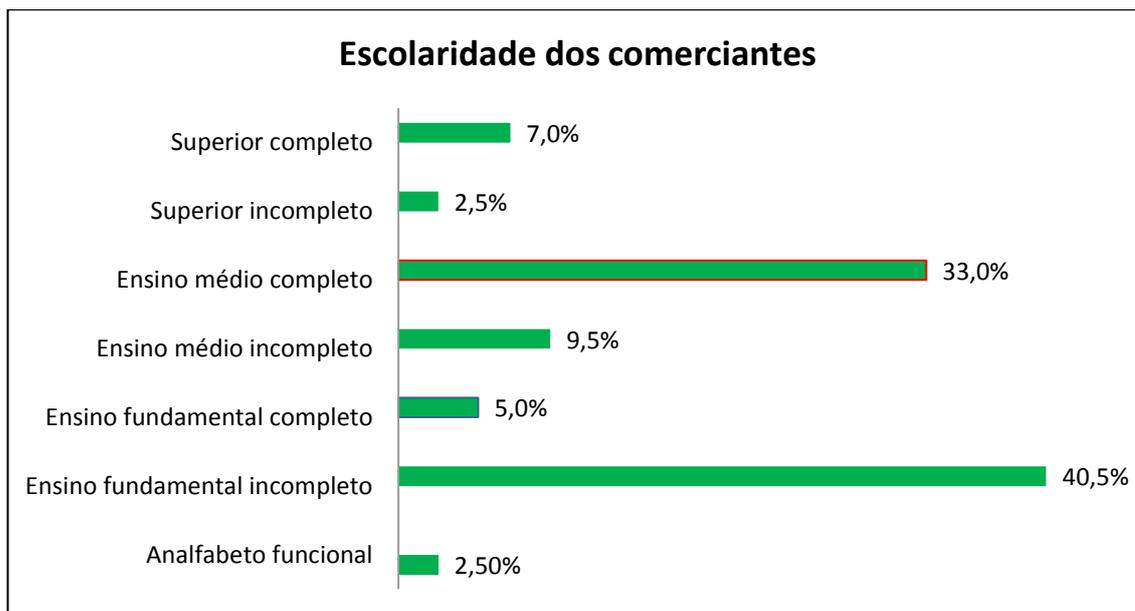


Gráfico 4.4- Escolaridade dos comerciantes

Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de Campo, 2012.

Na metodologia deste trabalho foram abordados os segmentos que comporiam a pesquisa. Diante desse método a composição ficou distribuída em 16,66% pertencente ao setor de supermercados, igual percentual composto pelas lojas de confecções, 14,28% pertencente ao setor farmacêutico, 11,90% correspondente ao setor de material de construção e igual percentual ao setor de panificações, somente estes quatro segmentos juntos perfazem um total de 71,5% da pesquisa em relação aos comerciantes, ficando os demais setores com segmentos que apresentaram percentuais abaixo de 8,0%, conforme Gráfico 4.5.

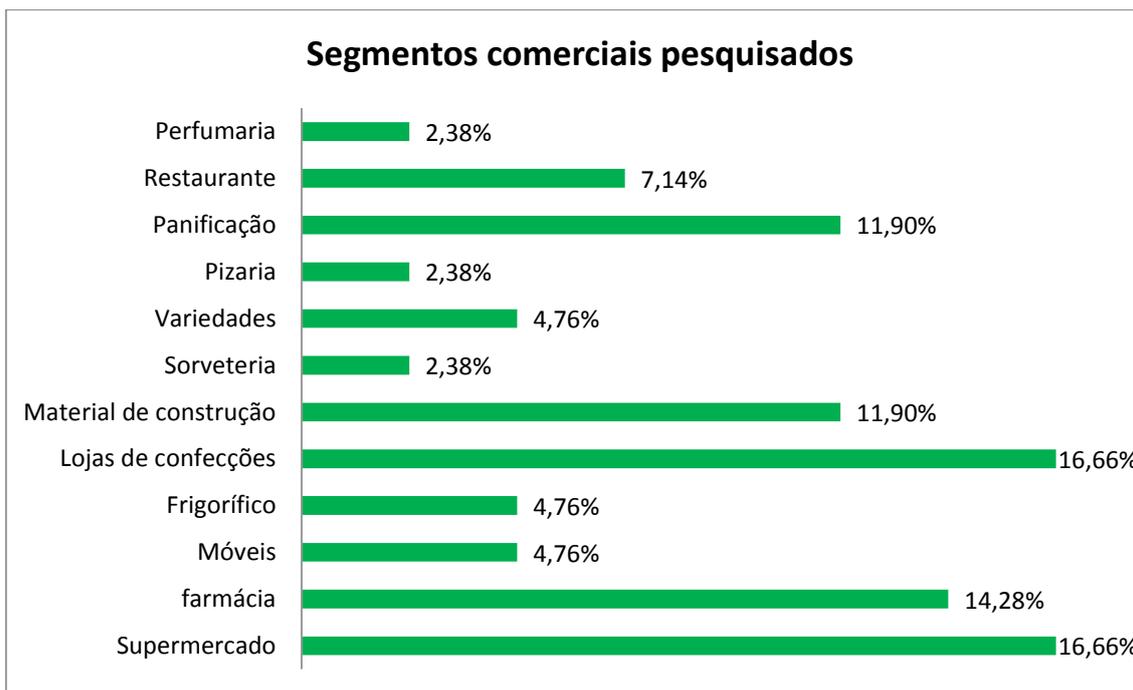


Gráfico 4.5- Segmentos comerciais pesquisados
 Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

É importante enfatizar que do total de comerciantes entrevistados, 66,6% já estavam instalados na cidade antes da implantação da indústria calçadista, porém 33,4% do total dos comerciantes ouvidos neste trabalho empreenderam novos estabelecimentos, o que significa um expressivo crescimento do número de estabelecimentos comerciais em um curto espaço de tempo, o que compreende os anos de 2006 a 2010.

Cumprir observar que foram abertas outras empresas de segmentos idênticos a estes, contudo pertenciam aos mesmos proprietários e não foram pesquisados, uma vez que seria a repetição de respostas já obtidas.

Com a implantação da indústria calçadista no município houve o surgimento de uma nova realidade para localidade, pois as circunstâncias até então, conforme já descrito, eram de poucas fontes de renda e oportunidades de empregos formais. Porém o primeiro grande impacto na cidade ocorreu no ano de 2006 com a geração de mais de quinhentos empregos diretos, o que significou uma equiparação ao maior empregador do município, a prefeitura municipal, gerando um novo dinamismo econômico em Frei Paulo.

Diante desse novo quadro econômico vivenciado pelo município, e com novas expectativas criadas por seus residentes, houve o surgimento e a ampliação de novos empreendimentos comerciais e, conseqüentemente, um maior dinamismo da cadeia produtiva

existente. Assim, de acordo com a pesquisa realizada neste estudo verificou-se que 69,0% dos comerciantes de alguma maneira ampliaram o seu negócio ou tiveram a influência direta da Vulcabrás Azaleia na abertura deste, o que reflete a importância da instalação da indústria calçadista, conforme exposto no Gráfico 4.6.

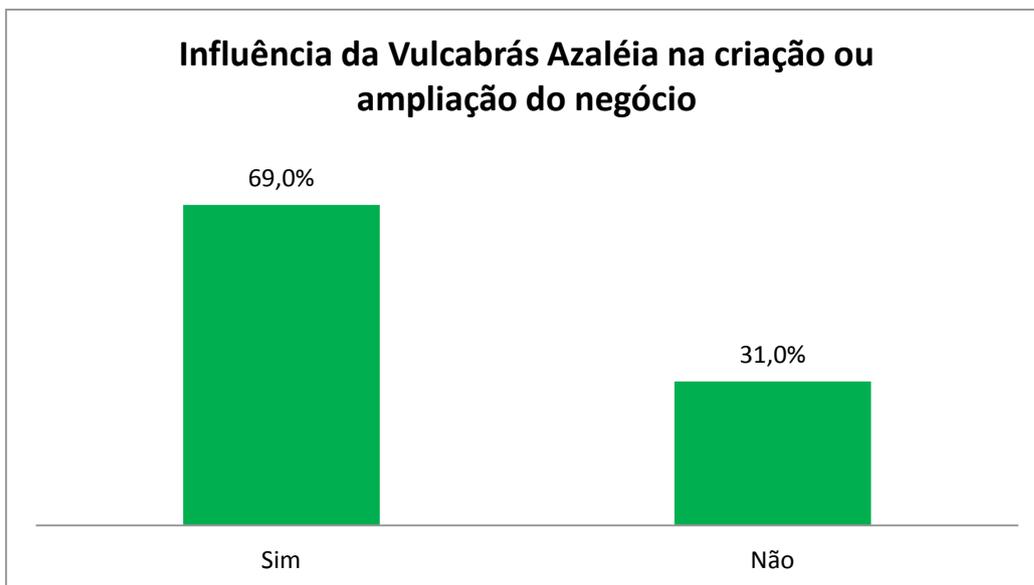


Gráfico 4.6- Influência da Vulcabrás na criação ou ampliação do negócio
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Todavia, parcela considerável dos comerciantes que perfaz um total de 31,0% não realizou ampliação ou qualquer mudança mais significativa no seu negócio, pois considera desnecessário qualquer tipo de investimento, devido a pouca influência da indústria calçadista nos seus empreendimentos, a exemplo das lojas de confecções de estagnaram suas vendas.

Com referência aos impactos proporcionados pela Vulcabrás Azaleia na economia local, aborda-se o seu comércio, analisado em uma série de questões que colocam lado a lado a influência da indústria calçadista na geração de emprego e renda, e a dependência que passou a existir no município em relação à indústria, para que seu desenvolvimento socioeconômico tenha continuidade.

Ao que se refere ao aumento das vendas no município no período após a implantação da indústria calçadista, foi informado pelos comerciantes que as transações comerciais aumentaram para 88,0% dos entrevistados, sendo que houve variações diversas de porcentagem, para 9,5% as vendas permaneceram estáveis e que não houve influência da indústria, e para 2,5% as vendas foram reduzidas, conforme Gráfico 4.7.

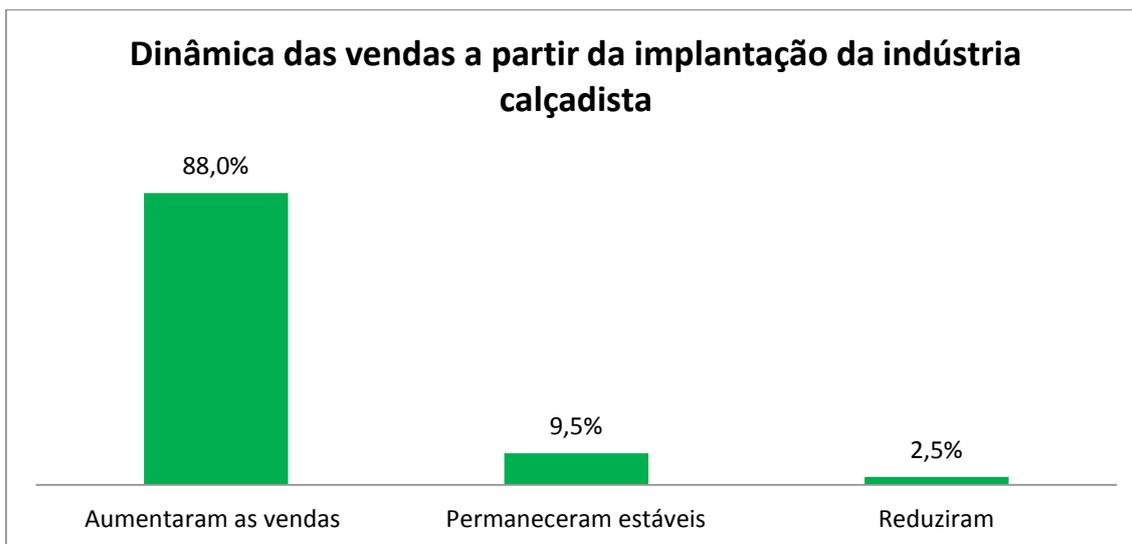


Gráfico 4.7- Dinâmica das vendas a partir da implantação da Vulcabrás Azaleia
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Cabe ressaltar que a evolução das vendas se dá por um conjunto de fatores que não passam somente pela implantação da indústria calçadista, entretanto foi bastante enfatizado pelos entrevistados que a Vulcabrás Azaleia colaborou diretamente para o aumento expressivo das vendas, alcançando a economia do município a patamares antes não existentes.

Verificou-se que os setores mais beneficiados do comércio são aqueles relacionados a serviços de alimentação do dia a dia a exemplo de panificações, lanchonetes e restaurantes, além do setor de material de construção, os quais até então tinham pouca demanda.

Contudo é necessário frisar que um setor específico da economia alega praticamente em sua totalidade que as vendas permaneceram estáticas, ou deixaram apenas de perder devido à indústria, o de confecções, pois o grande argumento utilizado é o de que a população da cidade vai realizar este tipo de compra na cidade de Itabaiana, a qual possui um amplo comércio e também funciona como o polo de atração regional para utilização de diversos serviços demandados, além da alegação que existe um fator cultural preponderante antes mesmo da implantação da Vulcabrás Azaleia, de se comprar nesta cidade independente do setor comercial.

Para melhor entendimento do percentual alcançado no aumento das vendas, segue abaixo o Gráfico 4.8 com os valores encontrados na pesquisa.

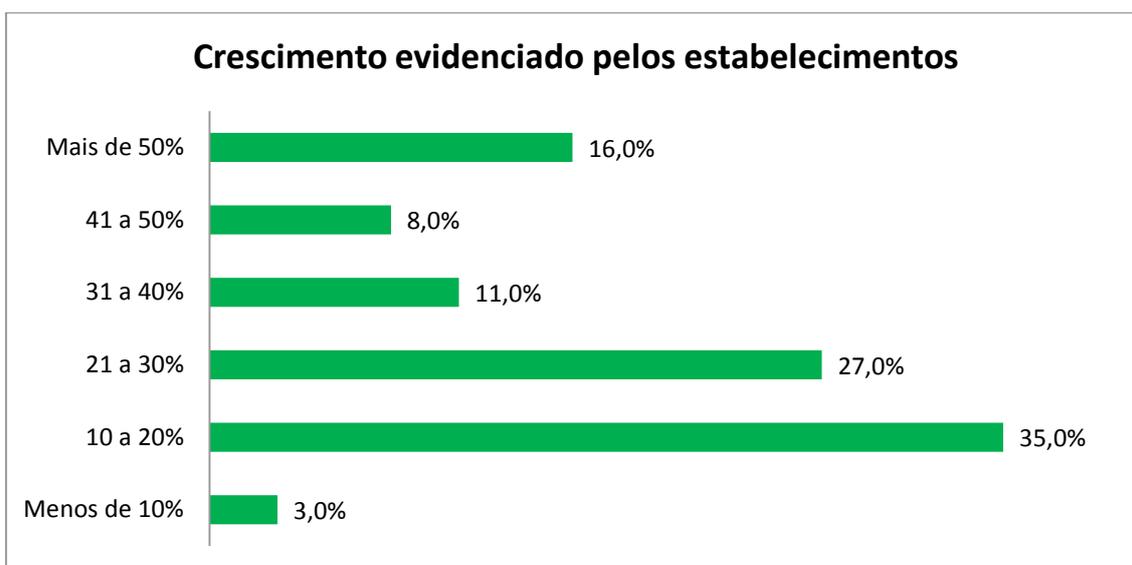


Gráfico 4.8- Crescimento dos estabelecimentos
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 4.8, para 35,0% dos estabelecimentos pesquisados, o aumento nas vendas girou em torno de 10,0 a 20,0% ao ano e que para 27,0% dos comerciantes as vendas aumentaram entre 21,0 a 30,0% ao ano. Pelos números constata-se que a maioria dos empresários comerciais da cidade de Frei Paulo teve aumento considerável em suas vendas o que não acontecia em anos anteriores à instalação da Vulcabrás Azaleia.

Também foram evidenciados na pesquisa que para 11,0% dos comerciantes as vendas oscilaram positivamente entre 31,0 a 40,0% e para 8,0% as vendas cresceram entre 41,0 a 50,0%, o que é avaliado como extremamente substancial e fator preponderante na robustez do crescimento econômico do município. Porém o que aparece de maneira bastante significativa é o crescimento de mais de 50,0% nas vendas para 16,0% dos entrevistados, principalmente para os setores de material de construção, o qual é notório nas ruas da cidade o seu forte desempenho, conforme Figura 4.2.



Figura 4.2 - Construção civil em franco crescimento em Frei Paulo (SE)

Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de Campo, 2012.

Porém é importante afirmar que segundo alguns comerciantes o desenvolvimento apresentado pelo comércio municipal é pequeno quando comparado aos municípios vizinhos de Carira, Ribeirópolis e Campo do Brito, pois segundo as palavras de um comerciante do setor supermercadista “a nossa cidade recebeu uma empresa que gera três vezes mais empregos que a prefeitura municipal, mas as vendas não acompanharam este crescimento, como também cidades vizinhas como Ribeirópolis e Campo do Brito que possuem indústrias bem menores tem um comércio bem mais ativo que o nosso”.

Esta visão é corroborada neste trabalho, quando é feita a comparação dessas cidades segundo dados apresentados na Tabela 4.3 e verifica-se que antes da implantação da Vulcabrás Azaleia elas possuíam um número maior de empregos formais, porém anos depois a situação continua quase que inalterada em favor desses municípios circunvizinhos, possuidores de população e algumas características socioeconômicas semelhantes a Frei Paulo.

Fator a ser considerado neste trabalho é que com a melhoria das vendas para a maioria dos comerciantes houve um crescimento na geração de empregos, pois se as vendas melhoram a tendência natural é que se contratem mais pessoas para atender a demanda pelos produtos e

serviços ofertados no município, e isso foi evidenciado por 59,5% dos pesquisados que afirmaram ter contratado mais funcionários para atender o fluxo de clientes crescente.

Para 40,5% dos entrevistados não foram contratados novos funcionários para seus empreendimentos, porém para parcela considerável, não mensurada, destes entrevistados não contrataram formalmente, pois se trata de empresa familiar suprindo as necessidades de empregabilidade da família, gerando efeito empregatício, pois passaram a desfrutar de pró-labore e renda que até então não dispunham.

É imprescindível explanar que apenas o setor de confecções não veio a fazer novas contratações, pois alegam que com a implantação da indústria o efeito que surtiu para eles é que ajudou a manter apenas o funcionamento e a venda nos seus empreendimentos, não trazendo melhorias significativas, apenas mantendo o que já existia.

No tocante ao crescimento na geração de emprego e renda no município de Frei Paulo, é importante frisar que não é só fruto da implantação da indústria calçadista Vulcabrás Azaleia, mas de um conjunto de fatores que colaboram para um cenário de melhoria das condições de vida da população brasileira e principalmente da nordestina, conforme explicitado nesse trabalho.

Entretanto, o município tem vivenciado uma mudança substancial no desenvolvimento socioeconômico que passa diretamente pela instalação da indústria de calçados, mas também por fatores descritos na tabela abaixo.

Tabela 4.8- Além da indústria calçadista que outros fatores contribuíram contribuirão para evolução das vendas nos últimos anos

Outros fatores para evolução das vendas nos últimos anos	Frequência
Bolsa família	15
Safra de milho	14
Existência da fábrica têxtil – pérola têxtil	11
Não sabe	02
Representantes comerciais	01
Pecuária	01

Fonte: MATOS, Paulo. Pesquisa de Campo, 2012.

De acordo com os dados apresentados na pesquisa, além dos fatores apresentados para o aumento das vendas é necessário frisar que os programas sociais do governo federal a exemplo da bolsa família contribuem para a melhoria do comércio local, principalmente no

setor de alimentação, como verificado nos supermercados, panificações e lojas de variedades de baixo custo.

Também verificou-se que o município vivencia a expansão do cultivo da lavoura de milho, a qual se apresenta como a terceira maior produção de Sergipe de acordo com dados do governo do estado e que até a pouco tempo atrás era considerada apenas como agricultura de subsistência, vindo a fortalecer a economia local. Outro fator que impulsiona a economia da cidade é o funcionamento da indústria de fiação e tecelagem pérola têxtil a qual gera mais de 200 empregos formais e está instalada há alguns anos na localidade.

Por fim cumpre enfatizar que além dos setores citados existem outros demonstrados na Tabela 4.8, mas que pouco influenciam no desenvolvimento socioeconômico do município.

Outro aspecto a ser analisado nesta pesquisa é o que se refere ao desenvolvimento socioeconômico que vivencia o município de Frei Paulo, pois a interdisciplinaridade deste trabalho é justamente a integração entre a geração de empregos e a não exploração dos poucos recursos naturais existentes para sobrevivência não só da população local, como também para parte da população do planeta, além da redução do êxodo desta população para os grandes centros urbanos, evitando a ocupação de áreas de preservação ambiental, reduzindo os contingentes populacionais em excesso que demandam ainda mais recursos, além de minimizar diversos aspectos de impacto social e ambiental que se interagem.

Nesse contexto pode-se afirmar de forma veemente que não se pode falar em desenvolvimento sustentável se as pessoas não têm como sobreviver, pois estas buscarão de todas as formas, meios para garantirem a sua sobrevivência, nem que para isso destrua o meio natural a sua volta e além dela, para garantir os meios necessários a sua existência.

Por isso que a redução significativa da extrema pobreza e dos níveis de desemprego poderão propiciar a não degradação ambiental, como também a possibilidade de acesso de bens de consumo indispensáveis a subsistência humana, além de vislumbrar acesso a saúde e educação, esta capaz de propiciar mudanças na forma de agir e pensar da humanidade.

Assim, diante desses argumentos foi verificado junto à maioria dos pesquisados que perfaz um total de 95,0%, que o município de Frei Paulo vivencia um desenvolvimento socioeconômico nunca existente e que a dinâmica econômica e social foi alterada em quase sua totalidade. Entretanto, para 5,0% dos entrevistados não ocorre desenvolvimento e sim uma

empresa que gera empregos para muitas pessoas, inclusive de outras localidades e que traz consigo uma série de problemas, como aumento da marginalidade, tráfico de drogas e outros não especificados.

Segue abaixo Gráfico 4.9 retratando os dados mencionados.

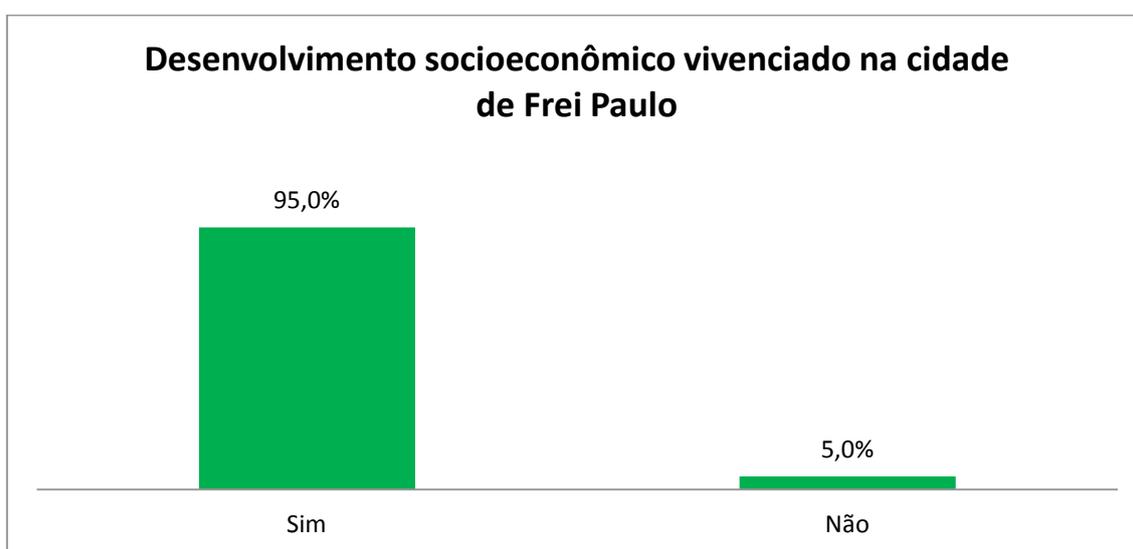


Gráfico 4.9- Desenvolvimento socioeconômico vivenciado em Frei Paulo
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Cumprе ressaltar que estes dados são uma percepção dos comerciantes locais e que os mesmos vivenciam junto à população, uma vez que diariamente entram em contato com a mesma nos seus estabelecimentos e no convívio social da cidade, as mudanças que influenciam diretamente o modo de agir e pensar dos atores envolvidos.

Nesse contexto é visualizado pelos entrevistados que existem segmentos os quais se desenvolveram mais uns em relação a outros, mas que de modo geral houve um crescimento considerável das atividades desenvolvidas, conforme tabela abaixo.

Tabela 4.9 - Desenvolvimento socioeconômico da cidade de Frei Paulo e os setores mais beneficiados a partir da indústria calçadista em 2012.

Setores mais beneficiados na economia da cidade	Frequência nas citações
Casas de material de construção	33
Aluguéis	30
Transporte de passageiros	28
Consórcio de motos	20
Comércio em geral	17
Lanchonetes	13
Valorização dos imóveis	04
Economia informal	03

FONTE: MATOS, Paulo, pesquisa de Campo, 2012.

De acordo com a tabela 4.9, o setor de material de construção é apontado pela maioria dos pesquisados como o que apresenta maior desenvolvimento no município, ratificando as informações já apresentadas neste trabalho, pois é possível verificar facilmente na cidade a veracidade desta informação, pelo número de construções e reformas em andamento.

Infere-se também que outro setor apresenta significativa evolução econômica, é o de alugueis, pois anteriormente a implantação da indústria calçadista este segmento era pouco explorado e apresentava baixos valores cobrados, o que não condiz com a realidade atual, uma vez que existe um número expressivo de imóveis construídos para este fim, além de valores cobrados que muitas vezes se equiparam a centros maiores, devido o aumento da demanda, fruto do quantitativo de pessoas que vieram trabalhar e até fixar residência na cidade logo após a implantação da Vulcabrás Azaleia, corroborando com os dados apresentados pelo censo demográfico do IBGE (2010) através do Gráfico 4.1 e da Tabela 4.12 em que aparece a evolução da população e os de domicílios existente, apresentados neste trabalho.

Também é possível inferir que o setor de transporte de passageiros aumentou de forma significativa, baseada em dois fatores, o primeiro é apresentado através do número de pessoas que viajam de Frei Paulo a Itabaiana, cidade polo da região para realizar uma série de serviços, entre eles compras, consultas e exames médicos, uma vez que dispõe de poder de compra propiciado pela geração de emprego e renda.

Outro fator é a necessidade de pessoas das cidades vizinhas a exemplo de Pedra Mole e Pinhão trabalharem em Frei Paulo na indústria de calçados e necessitarem se deslocar, principalmente em horários incomuns que varia entre 23:00 horas a 01:00 hora da madrugada, que não existe transporte regular.

Ao que se refere ao setor de consórcio de motos é possível analisar que como a maioria dos funcionários da indústria calçadista ganha em média entre um a um salário mínimo e meio, os mesmos compram em regime de consórcio e financiamento dos veículos, no qual as concessionárias montam stands de vendas nos cinco primeiros dias de cada mês e viabiliza a entrega dos produtos imediatamente, devido à prestação ser viável para os trabalhadores e consequentemente aquecer as vendas deste segmento.

Setor interessante a ser analisado é o de alimentação em restaurantes e lanchonetes que apresentaram segundo os entrevistados, destaque no comércio local, visto que a população mudou certos hábitos, como por exemplo, sair para almoçar fora aos finais de semana, além de

surgirem novos estabelecimentos de alimentação, restaurantes e lanchonetes de pequeno porte, inclusive muitos informais, como também aparece citado na pesquisa, fazendo com que surgisse um novo hábito entre os nativos, visto que antes da Vulcabrás Azaleia era pouco notório.

Por fim, é importante frisar que houve uma valorização dos imóveis, aliás, o que vem acontecendo em todo país devido a toda conjectura existente, mas que também é vista pelos pesquisados como fator de destaque. Enfim, o comércio de forma geral foi beneficiado, alguns setores mais que outros, mas o que está evidenciado é o desenvolvimento socioeconômico do município em moldes que então não existia antes da implantação da Vulcabrás Azaleia.

Ao que concerne às interações entre a indústria calçadista, o comércio e a população local, pois são circunstâncias que permeiam o dia a dia da cidade as relações estabelecidas entre as partes, é importante frisar que de forma direta e indireta podem indicar caminhos que nortearão possíveis ações dos atores envolvidos neste cenário atual e quiçá no futuro do município.

De acordo com os entrevistados algumas situações não são tão favoráveis para o comércio local, pois se acredita que exista uma relação de causa e efeito proporcionada por ações da indústria em favor dos funcionários da Vulcabrás Azaleia. Esta situação é encontrada quando os pesquisados são questionados se seu negócio enfrenta dificuldades ocasionadas pela indústria calçadista e a resposta foi positiva para 7,0% dos entrevistados.

Os argumentos para tal afirmação são baseados em dois fatores para esses comerciantes, o primeiro é que a Vulcabrás Azaleia distribui cestas básicas para os funcionários que não faltarem durante todo mês e terem boa produtividade, o que vem prejudicando os que comercializam produtos desta natureza, a exemplo dos supermercados, e o segundo é a dificuldade de encontrar mão de obra, principalmente para trabalhar em serviços de cozinha para restaurantes.

Contudo, para 93,0% dos entrevistados a indústria calçadista não prejudica suas atividades, e para alguns estabelecimentos do setor de supermercados mesmo com a queda das vendas nos produtos da cesta básica é possível converter esta, aumentando a venda de outros produtos que até a implantação da Vulcabrás Azaleia era muito baixa a exemplo de iogurtes e outros produtos da linha de frios.

Outro questionamento semelhante foi realizado aos comerciantes para conhecer a percepção deles em relação à Vulcabrás Azaleia se a mesma prejudicava outros estabelecimentos e as respostas foram semelhantes ao item anterior, pois para 88,0% dos comerciantes acreditavam que a indústria não prejudica em nada outros setores da economia, já para 9,5% dos entrevistados acreditavam que sim e 2,5% apenas parcialmente.

Os argumentos apresentados para os que acreditam que a indústria calçadista prejudica as atividades econômicas estão sustentados, novamente, no fornecimento das cestas básicas distribuídas pela Vulcabrás Azaleia, como também na dificuldade de se encontrar mão de obra para os diversos setores da economia do município e não somente no comércio.

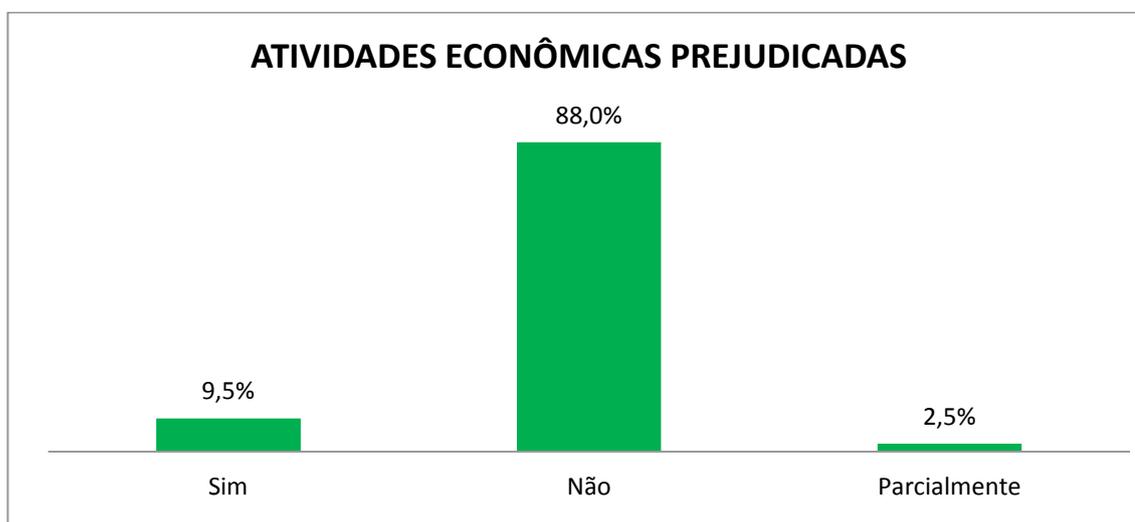


Gráfico 4.10- Atividades econômicas prejudicadas
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

4.4 MUDANÇAS OCASIONADAS PELA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA E PLANEJAMENTO DOS ATORES LOCAIS

Com a instalação da Vulcabrás Azaleia no município de Frei Paulo e a consequente geração de emprego e renda para localidade, aconteceram mudanças significativas na maneira cotidiana de agir de sua população, pois essas mudanças segundo todos os entrevistados aconteceram, isso de forma unânime, porém os tipos de transformações variaram de acordo com o entendimento de cada um.

Diante dessa constatação, será analisada nesta etapa do trabalho que mudanças aconteceram e suas consequências para os diversos atores que atuam no município, além de

entender se os rumos tomados são os mais consistentes para a busca do desenvolvimento sustentável.

Quando perguntado que tipos de mudanças aconteceram dentre as possibilidades existentes no instrumento de coleta, foi respondido da seguinte forma de acordo com o Gráfico 4.11.

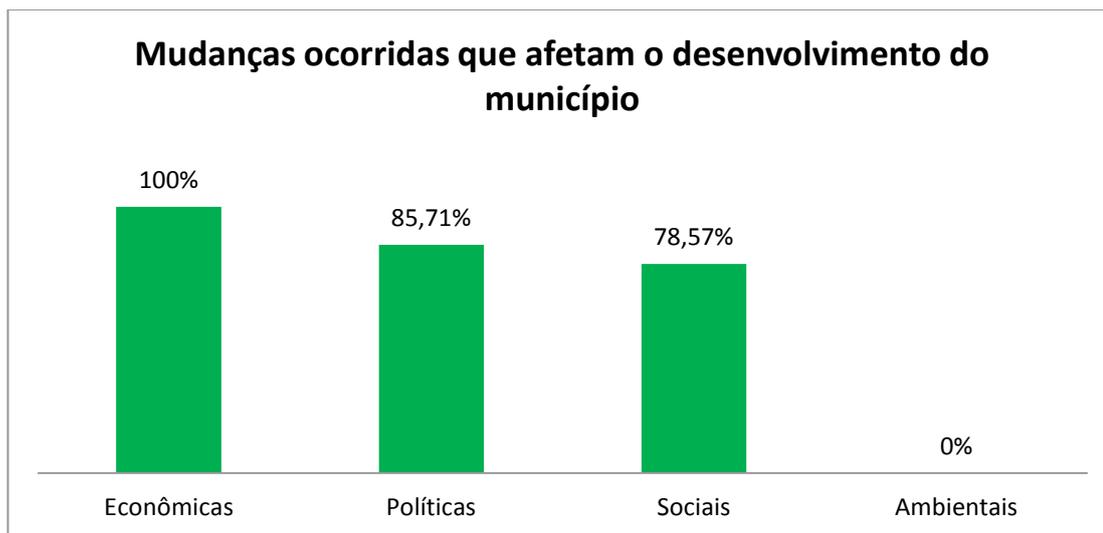


Gráfico 4.11- Mudanças que afetam o desenvolvimento municipal
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Segundo o Gráfico 4.11, é possível descrever que para todos os entrevistados ocorreram mudanças na economia da cidade, uma vez que a geração de quase quatro vezes mais empregos que o poder público municipal, a prefeitura, alavancou os diversos setores existentes proporcionando indiretamente empregos na cadeia produtiva, além de outros benefícios não mensurados.

Também é possível descrever que para 85,71% dos pesquisados houveram mudanças políticas, visto que segundo a percepção dos mesmos as pessoas através dos empregos gerados deixaram de ter dependência financeira do poder público e dos programas sociais do governo federal, conforme tabela 4.8 página 96, sendo estes complementares a parte da população que vive em condições menos favorecidas, principalmente abaixo da linha da pobreza.

Ao que se refere às transformações sociais é demonstrado que para 78,57% dos comerciantes aconteceram mudanças expressivas, sendo estas apresentadas através da conscientização dos pais em oferecer uma escola melhor para seus filhos, inclusive uma do setor privado da cidade já necessita de expansão, sendo este dado confirmado nesta pesquisa através do número de matriculados na rede privada.

Outro fator que merece ser enfatizado na transformação social é a mudança de costumes na vida social das pessoas, as quais estão saindo mais para fazer programas de finais de semana no setor de serviços da cidade ou outras, também mudaram a forma de se vestir, pois estão buscando se atualizarem no que diz respeito à moda e a busca por passeios e viagens que até então era restrito a um grupo muito pequeno de pessoas.

Quanto às questões ambientais, foi evidenciado que ninguém consegue perceber a mudança de paradigma neste sentido, o que é extremamente preocupante, uma vez que no mundo já se debate as questões ambientais como essenciais a sobrevivência humana, o respeito a gerações futuras, a escassez dos recursos naturais, além da superpopulação existente no planeta, desde o início da década de 1960, conforme descrito na fundamentação teórica.

Cumprе ressaltar que esta mudança pode ser compreendida pelos os atores envolvidos a nível municipal, uma vez que partindo do local para o global será mais eficiente à conscientização dos envolvidos e se ter ações concretas mais eficazes, também o momento atual requer ações mais contundentes, para que assim erros cometidos no passado não venham a se repetir, porém em um contexto que se conhece o problema deve-se exigir maior rigor para que se possa alcançar o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Segundo Silva (2010), foi essa preocupação com a preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população que fez surgir o conceito de ecodesenvolvimento introduzido por Maurice Strong em 1972 e largamente difundido por Sachs em 1974, sendo mais tarde substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto que envolve mudanças expressivas no município diz respeito às questões de costumes e consumo que sofreram modificações a partir do aumento do emprego e renda, gerando contextos que não eram vivenciados pela população local, porque não tinha acesso à maioria dos bens de consumo por possuírem baixos rendimentos e às vezes sequer tê-los para sua sobrevivência.

Assim, de acordo com o gráfico abaixo é possível identificar a mudança de costumes e consumo realizada pela população local.

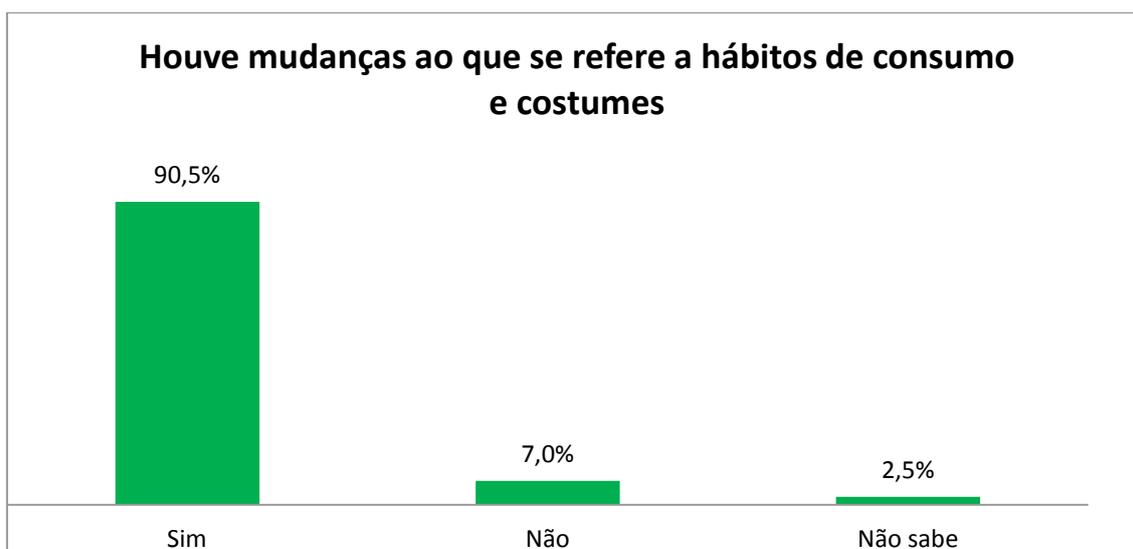


Gráfico 4.12 - Mudanças de hábitos de consumo e costumes
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Determinar mudança de costumes não é algo de fácil mensuração, porém entender que as transformações destes ocorrem em função da forma de pensar das pessoas em relação ao passado é necessário para que se possam entender as mudanças que ocorrem, assim é avaliado como costume as pessoas terem entendimento que determinado produto é bom, mas que com o aumento da renda é possível obter novos produtos e marcas que não se podia obter até então.

De acordo com o Gráfico 4.12, 90,5% dos pesquisados acreditam que houve mudanças significativas quanto aos costumes e consumo da população local, isso acontece por se entender que com o maior poder aquisitivo as pessoas começaram a comprar produtos que até então não era acessível a estas, além de modificar conceitos sobre determinados tipos de produtos.

Exemplo disso é que no setor de supermercados as pessoas dificilmente compravam iogurtes, queijos frios entre outros, o que mostra de maneira direta que aquele conceito de se ter somente o básico já não é mais fator preponderante entre a população. Associada a esta mudança ocorreu o aumento do consumo de diversos produtos de vários segmentos o que demonstra de forma objetivo a relação entre aumento de poder aquisitivo e aumento do consumo.

Cabe ressaltar que a importância do desenvolvimento socioeconômico também deve vir acompanhada de maior consciência ambiental, devido à necessidade de ações individuais refletirem na contribuição de cada um para o desenvolvimento sustentável, pois à medida que se aumenta o consumo humano deve-se ser pensado que os resíduos sólidos aumentam e estes

devem ser tratados adequadamente, além de serem necessários mais recursos naturais, às vezes finitos, para a produção desses produtos.

No tocante aos que não visualizam as mudanças de costumes e consumo que perfazem um total de 7,0%, é atribuída ao pouco aumento nas vendas de seus estabelecimentos, além de não conseguirem enxergar na população qualquer mudança mais significativa nos seus costumes. Também é descrito no gráfico acima que para 2,5% dos entrevistados não souberem responder ao questionamento.

Uma tendência utilizada pelas empresas ao redor do mundo são as ações de responsabilidade ambiental, que tem como objetivo buscar equilíbrio entre as atividades industriais através do uso dos recursos naturais existentes e os impactos provocados ao meio ambiente, buscando minimizar os efeitos negativos da ação antrópica cada vez mais nocivas ao planeta.

Neste estudo foi pesquisado junto aos comerciantes se tinham conhecimento de ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pela Vulcabrás Azaleia em favor do município, as quais são elencadas no Gráfico 4.13.



Gráfico 4.13 - A indústria e ações de responsabilidade socioambiental
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

De acordo com o Gráfico 4.13, 67,0% dos entrevistados afirmam que a Vulcabrás Azaleia realizou ações de responsabilidade socioambiental, uma dessas ações tinha como

objetivo reunir funcionários da empresa juntamente com voluntários oriundos da população local para realizar mutirão de uma simples coleta de lixo pelas ruas da cidade.

Também foi considerado pelos pesquisados que ao visitar as dependências da indústria é repassado um vídeo institucional, no qual se prega valores de proteção ao meio ambiente e formas de manter o equilíbrio ambiental, além de ser de conhecimento público alguns treinamentos para seus funcionários com o intuito da coleta seletiva de lixo nas instalações de trabalho.

No entanto, pode-se analisar que para o tamanho da empresa e pelo significado que representa ao município, essas ações são de pouca expressividade, uma vez que existe uma série de medidas que integrem a comunidade local, aos hábitos de educação e conservação do meio ambiente com as ações humanas, com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Com referência aos que não visualizam ações de responsabilidade socioambiental perfazem um total de 14,0%, explicados pelo fato de nunca conhecerem atividades dessa natureza, ou como expressam “que nunca ouviram falar sobre isso”.

Também é importante frisar que para 19,0% dos entrevistados não souberam opinar, pois desconhecia o tema e que não podiam falar daquilo que nunca tiveram conhecimento, o que é algo preocupante, devido cada vez mais existirem reportagens, campanhas de preservação ambiental, coleta seletiva de lixo entre outros ações de responsabilidade ambiental que envolve toda sociedade civil, o que demonstra uma grande jornada a ser executada no município, e que as cidades de menor porte por estarem próximas a população cria um contato mais direto e eficaz.

Outro ponto abordado na interação indústria calçadista e atores municipais envolvidos na dinâmica socioeconômica, diz respeito ao planejamento dos mesmos em relação à dependência que passou a existir através da geração de mais de dois mil empregos diretos pela indústria, e uma eventual saída da mesma pode proporcionar uma situação ainda mais difícil que antes da instalação da referida, conforme citado neste trabalho.

Diante dessa possibilidade que não pode ser descartada, devido às características desse tipo de empreendimento, além das dificuldades enfrentadas no mercado e a entrada dos calçados asiáticos no país, torna-se necessário estabelecer diretrizes que norteiem as ações dos atores locais para buscarem maneiras de estabelecer princípios do desenvolvimento endógeno, já discutidos neste trabalho na fundamentação teórica.

A abordagem desses aspectos foi pesquisada junto aos comerciantes se eles seriam prejudicados com uma eventual saída da Vulcabrás Azaleia, o que para 95,0% apontaram que teriam consequências negativas e afetariam seus negócios, gerando uma série de problemas. Quanto as consequências provocadas pelo fechamento da indústria vão desde a perda dos empregos gerados, que são muitos, redução direta das vendas no comércio local, empobrecimento da população e demissão dos funcionários que ali trabalham, além de mais uma vez ter a dependência do poder público municipal.

Apenas para 5,0% dos entrevistados afirmaram que não teriam maiores prejuízos, uma vez que a dependência da população local era muito pequena e que seu público alvo era na maioria pessoas de outras cidades, também teve quem argumentasse que não vendia para os funcionários da empresa, o que fica inferido uma visão mais limitada do todo ao qual está envolvido.

Outro questionamento feito foi se esses comerciantes estavam preparados para eventual saída da empresa, o que foi prontamente respondido que não por 90,0%, levando a conclusão que eles estão aproveitando o período que é extremamente benéfico para maioria, mas que não apresenta sustentabilidade socioeconômica. Para 10,0% dos entrevistados afirmaram que estão preparados, pois possuem outras atividades econômicas, além de estarem se capitalizando no momento para enfrentar adversidades futuras.

Para justificarem a não preparação para possíveis problemas gerados pela dependência da indústria calçadista, saída da localidade, apresentaram os seguintes motivos elencados na tabela abaixo.

Tabela 4.10 - Planejamento dos comerciantes do município para uma eventual saída da indústria.

Motivos pelo não planejamento para eventual saída da Vulcabrás Azaleia	Frequência em citações
Falta de união	16
Não se preocupam com esta possibilidade	12
Não se planejam	11
Ignoram a possibilidade	06
Possuem outras atividades	05
Entra outra empresa	02
Estão se capitalizando	01
Estavam instalados	01

Fonte: MATOS, Paulo. Pesquisa de campo, 2012.

A frequência das citações dos motivos elencados pela não preparação dos atores envolvidos neste cenário, deixa claro a situação de não cooperação entre os comerciantes, pois

para a maioria a falta de união existente entre eles demonstra que faltam os princípios básicos do desenvolvimento endógeno e do capital social, como assinala Barquero (2001, p.57) que “quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno, ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno”.

Além da ausência desse fator de extrema importância, verificou-se que não existe planejamento e sequer se preocupam com a possibilidade de saída da indústria ou mesmo de uma grande redução no número de empregos gerados, demonstrando que as ações dos envolvidos são em muita das vezes geradas por impulso ou reação de algo que venha a prejudicá-los.

Também acreditam que caso haja inviabilidade de permanência da referida indústria, venha outra que a substitua, uma vez que toda a infraestrutura existente pertence ao estado, que segundo os comerciantes poderá interferir a favor do município, além de argumentarem que ações de cunho pessoal estão sendo tomadas, ou como já conviviam continuariam como antes.

Com referência a percepção dos comerciantes no tocante às pessoas que trabalham na Vulcabrás Azaleia para desenvolverem atividades semelhantes às já desenvolvidas em caso de fechamento da mesma, 90,0% dos pesquisados não acreditam que a população esteja preparada, conforme Gráfico 4.14.



Gráfico 4.14 - População está preparada para saída da Vulcabrás Azaleia
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Para 5,0% dos entrevistados as pessoas estariam sim preparadas e para os 5,0% restantes não souberam responder esse questionamento. Diante desse quadro de preparação ou não da população segue a Tabela 4.10, elencando as razões para esses posicionamentos.

Tabela 4.11- Percepção dos comerciantes em relação à preparação da população está preparada ou não para saída da Vulcabrás Azaleia.

Percepção dos comerciantes em relação à preparação ou não da população	Frequência em citação
Ausência de vocação empreendedora	17
Falta de aperfeiçoamento profissional	12
Ausência de capital para investimento	12
Apenas na parte elétrica e mecânica	09
Aprendem na fábrica	02
Retornam para os municípios de origem	01
Ausência de suporte do poder público	01
Não sabe	01

Fonte: MATOS, Paulo. Pesquisa de campo, 2012.

Pelas citações apresentadas na Tabela 4.11, pode-se verificar que para a maioria dos comerciantes o principal motivo para não preparação da população é a ausência de vocação empreendedora a qual está associada a uma cultura de dependência do poder público e setores da agropecuária. Também foi mencionada de maneira bastante significativa a falta de aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da Indústria, pois pelo que se conhece das atividades eles trabalham em funções específicas e repetitivas, o que limita o conhecimento para maioria dos envolvidos na produção sobre o todo.

Quanto ao argumento da ausência de capital para investimento é necessário frisar que a maioria das pessoas trabalha para sobreviver, pois o ganho médio fica entre um a um salário mínimo e meio, conforme Tabela 4.7, o que dificulta sobremaneira a acumulação de capital, mas que não impede de ter uma visão mais empreendedora do futuro. Existe também a possibilidade de retorno para as cidades de origem dos funcionários, porém este motivo é apenas uma fuga para os possíveis problemas que passarão a existir.

Ao que se refere aos que estariam preparados para adversidades futuras, tem-se aqueles que trabalham na indústria em atividades específicas como a parte elétrica e mecânica as quais efetivamente preparam os funcionários de maneira ampla e com técnicas modernas, obtendo conhecimento sobre equipamentos de última geração no setor, e aspectos relacionados à parte elétrica, que propicia tanto se trabalhar de maneira autônoma como trabalhar em outras empresas no município e na região.

Todos esses questionamentos foram enfatizados na pesquisa devido ao tema muito recorrente nas duas últimas décadas que tratam da “imersão” ou “enraizamento”, também conhecido por “*embeddedness*”, que trata sobre desenvolvimento regional e local através do fortalecimento das relações sociais, culturais entre outras características, porém como a implantação da Vulcabrás Azaleia aconteceu de cima para baixo e que não se apresenta até então como fator de maior envolvimento entre as partes, pois até nas relações comerciais existentes muito pouco é realizada na cidade, o que diminui sobremaneira o convívio social entre os atores locais.

4.5 AS INSTITUIÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE)

Dentre as instituições existentes no município de Frei Paulo que interagem diretamente com a indústria calçadista e que também sofrem influência dessa empresa, merecem destaque o poder executivo local, as agências financeiras, banco do Brasil e Banese, Câmara de dirigentes lojista, as quais fizeram parte do universo pesquisado, sendo apresentada a seguir os resultados e análises necessárias para consecução da pesquisa.

4.5.1 O poder executivo local

Segundo apresentado neste trabalho os incentivos fiscais concedidos pelos estados nordestinos influenciaram diretamente a instalações de diversas empresas, Em Frei Paulo não foi diferente, pois a necessidade de gerar emprego e renda para população fez com que o governo de Sergipe, através da Secretária de Estado da Indústria e Comércio em 2002 viabilizasse juntamente com algumas lideranças políticas do município, a viabilidade da implantação da referida indústria.

Segundo o atual prefeito do município, afirmou que líderes políticos e empresariais do município acordaram juntamente com o secretário estadual à época a viabilidade de instalação da indústria calçadista, tendo o poder público municipal apenas a concordância com a empreitada abordada, e um empresário do município concedeu, segundo acordo firmado, um galpão para instalações dos equipamentos da empresa para treinamento dos funcionários de toda região por um período de três anos.

No que concerne às parcerias existentes entre a Prefeitura municipal e a indústria calçadista na atualidade, existe apenas ações educacionais e ambulatoriais de saúde com

profissionais da área, pois não há qualquer tipo de treinamento por parte do poder público ou quotas estabelecidas de empregos para os municípios.

Quando o prefeito municipal foi questionado sobre que ações o poder público municipal estaria tomando caso a indústria calçadista viesse a sair da cidade, a resposta foi negativa, pois entende que, quando existe uma empresa de grande porte como a Vulcabrás Azaleia, a qual está inserida em um mercado global e gera mais de dois mil empregos diretos, pequenas ações dificilmente conseguirão reverter tal situação, apenas minimizá-la, mas sim está trabalhando para agilizar uma série de demandas que passaram a existir após a vinda da fábrica.

Outro ponto enfatizado é referente ao aumento das demandas do município em relação à educação, saúde, moradia, saneamento básico, resíduos sólidos, novos empreendimentos comerciais entre outros aspectos. Assim, segundo o Prefeito da cidade, somente a educação do município não apresentou aumento do número de matrículas, devido à procura por escolas da rede particular de ensino, ratificando as informações já apresentadas neste trabalho.

Entretanto ao que se refere à saúde, houve aumento em média de 30% nos atendimentos, nos últimos quatro anos, o que a princípio causou dificuldades na operacionalização dos procedimentos adotados, mas que já se normalizou. No tocante ao número de habite-se não há dados oficiais, pois até outubro de 2011 este procedimento não era realizado, mas que já passou a ser executado, após orientação da Receita Federal do Brasil.

Segundo o prefeito da cidade houve um aumento significativo no número de novas ruas, loteamentos residenciais e conjuntos habitacionais, o que levou a prefeitura realizar uma série de investimentos em urbanização de novos espaços públicos, calçamentos e saneamento básico, demonstrado dessa maneira que a evolução populacional a partir da implantação da Vulcabrás Azaleia, que gerou emprego e renda trouxe aumento de novas demandas ainda não existentes no município, esta constatação pode ser evidenciada na Tabela 4.12.

Tabela 4.12 - Domicílios particulares permanentes em Frei Paulo.

Características do domicílio	Domicílios em 2000	Domicílios em 2010
TOTAL	3.014	3.963
Próprio	2.461	3.184
Próprio já quitado	2.446	3.168
Próprio em aquisição	15	16
Alugado	213	465
Cedido	333	309
Cedido por empregador	135	87
Cedido de outra forma	198	222
Outra forma	07	05

Fonte: IBGE, censos de 2000 e 2010, elaboração do autor, 2012.

De acordo com a Tabela 4.12 apresentada, corrobora com as informações emitidas pelo prefeito municipal, em que os dados apresentados pelo IBGE referentes aos censos de 2000 e 2010, apresentam uma evolução na quase totalidade dos indicadores de domicílios permanentes, inclusive com um aumento real de 31,5% no número total de domicílios, assim criando novas áreas urbanas, uma vez que os dados do censo apontam para um decréscimo na população rural e aumento da urbana no município.



Figura 4.3- Abertura de novas vias urbanas em Frei Paulo (SE) e suas novas demandas.
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

Outro ponto abordado foi em relação ao aumento do número de comerciantes logo após a implantação da indústria o que foi prontamente confirmado pelo gestor municipal, corroborando com os dados obtidos junto a Junta Comercial do Estado.

Ao que se refere aos resíduos sólidos da sede do município é necessário enfatizar que, de acordo com o prefeito municipal houve aumento em torno de 200% na coleta realizada, pois antes da Vulcabrás Azaleia era recolhida por dia em torno de quatro toneladas de lixo, sendo três dias por semana, totalizando doze toneladas, e por mês um total de quarenta e oito toneladas.

Contudo, atualmente são recolhidas por dia doze toneladas de resíduos sólidos, o que corresponde a três vezes mais do que há seis anos, além que metade desse aumento é de lixo doméstico, devido às pessoas terem acesso a produtos que antes não podiam comprar, e o restante pelos resíduos gerados pela construção civil, a qual está em franca expansão na cidade.

Cabe ressaltar que não há tratamento adequado dos resíduos, conforme figura abaixo, que são colocados a oito quilômetros da sede do município, pois a antiga lixeira já não estava dando conta da demanda, além da proximidade da cidade, contudo, de acordo com o prefeito municipal, a cidade já está participando da formação de um consórcio estadual para criação de uma usina de reciclagem que será composta por dezessete municípios, o que segundo o gestor acredita que resolverá o problema.



Figura 4.4- Nova área da lixeira de Frei Paulo (SE)
Fonte: MATOS, Paulo, pesquisa de campo, 2012.

É importante frisar que os resíduos gerados pela Vulcabrás Azaléia, possuem recolhimento e destinação totalmente separada da coleta do município, obedecendo a critérios diferentes do lixo doméstico gerado pela população da cidade.

Diante dos aspectos apresentados é possível avaliar que com a implantação da Vulcabrás Azaleia o município de Frei Paulo veio trazer não somente os empregos desejados, mas também um grande problema que atinge as cidades no Brasil e no mundo, que é a correta destinação dos resíduos sólidos, fruto da ação de uma sociedade consumista que multiplica seus problemas e que apresenta poucas soluções viáveis, principalmente no que tange a gestão dos resíduos sólidos.

No tocante a mudança de mentalidade das pessoas do município, o prefeito foi enfático em afirmar que as pessoas respeitam muito mais as questões trabalhistas e os aspectos da profissionalização, trabalham uniformizados e falam de aspectos de segurança do trabalho, buscam seguir as recomendações da empresa a exemplo do uso do capacete em via pública ao utilizar suas motocicletas, entre outras questões.

Também enfatizou a independência financeira que muitas pessoas alcançaram, pois este fator reflete diretamente na redução de auxílios farmacêuticos, alimentícios e até de ajuda financeira para pagamentos de despesas das pessoas mais carentes, como água, gás e energia elétrica, o que veio dar outra dinâmica a cidade, além da mudança da forma de se vestir da população.

Entretanto, houve outros custos advindos para o município com a implantação da indústria calçadista, como necessidade de aumento de investimentos em saneamento básico e ruas calçadas, aumento dos valores de imóveis, maior número de atendimento nas unidades de saúde, crescimento significativo dos usuários de drogas e conseqüentemente o aumento da violência e da insegurança, além da necessidade de se criar um plano diretor para cidade.

Por fim o gestor afirma que mesmo com uma série de problemas gerados na cidade, os benefícios superam os problemas o que leva o município a viver uma situação de melhoria considerável.

Assim, mesmo com todos os prós e contras elencadas neste trabalho, é imprescindível se avaliar antes da concessão de quaisquer incentivos fiscais quais os reais impactos para o estado e município que receberão os benefícios e se realmente esta é a forma correta de se conceber desenvolvimento para determinadas regiões.

Cabe ressaltar que o poder legislativo municipal participa nas decisões do município no tocante a projetos de lei do executivo municipal e no apoio a criação ou manutenção dos empregos existentes trazidos pela Vulcabrás Azaleia e que pouco ou nada interfere nas questões que envolvem o governo do estado.

4.5.2 As instituições financeiras

Com a geração de emprego e renda no município de Frei Paulo a partir da implantação da Vulcabrás Azaleia, houve aumentos significativos em vários setores econômicos no município, assim será analisada a seguir a percepção dessas instituições Banco do Brasil e Banese, Banco do Estado de Sergipe, sobre a realidade vivenciada pela localidade.

Segundo as duas instituições houve aumento do fluxo financeiro na cidade que fica em torno de 30%, além do aumento da procura por cartões de créditos e concessão de crédito pessoal, o que segue uma tendência nacional, mas que segundo os gerentes melhoraram principalmente por causa da indústria calçadista.

Com o aumento de fluxo uma das agências veio a aumentar o número de funcionários, pois esta trata diretamente das contas da empresa no município, além do crescimento do número de contas pessoa física que tanto em um quanto no outro banco aumentaram. Também ficou evidenciado pelas instituições que houve aumento nas movimentações financeiras de pessoas jurídicas, novos comerciantes, porém de maneira mais tímida.

No entanto, nenhuma das instituições financeiras consegue vislumbrar um crescimento sustentado da economia, devido à dependência em apenas uma única grande empresa, mas com a nova mentalidade que passou a existir no município, devido muita gente de outras localidades virem fixar residência na cidade e dinamizar a economia local com novas percepções, vem ajudando a mudar o antigo quadro de estagnação econômica e mentalidade existente.

Atualmente existem diversas linhas de financiamento que não existiam procura e, a exemplo dos pequenos empreendimentos informais como manicure, vendedores de lanches entre outros, ratificando os dados obtidos junto aos comerciantes formais do município.

Ao que se refere à preparação dos atores envolvidos com uma eventual saída da Vulcabras Azaleia da cidade, ambas as instituições são enfáticas em afirmar que ninguém está preparado, pois não há sequer mobilização de parte alguma, além da cultura existente na cidade ser cada um faz a sua parte.

Um ponto em que as agências convergem com bastante firmeza é a atuação que ambas passaram a ter sobre a influência exercida em outras localidades a exemplo de Pinhão, que para o Banese houve mudança significativa de movimentações financeiras influenciadas pela Vulcabras Azaleia e nos povoados de Frei Paulo para o Banco do Brasil, uma vez que existe número expressivo de pessoas destas localidades vieram a realizar movimentações oriundas dos empregos gerados pela indústria calçadista e que antes era inexpressivo.

Ao que se refere à Câmara de Dirigentes lojista de Frei Paulo, CDL, foi criada no ano de 2008 em virtude do crescimento vertiginoso de seu comércio devido à implantação da Vulcabras Azaleia, no entanto de acordo com sua última diretora, foram implantadas uma série de ações com o intuito de reunir senão todos, mas a maioria dos comerciantes, no entanto praticamente os mesmos nunca atendiam as convocações para as reuniões e afirmavam que isso não era para Frei Paulo, demonstrando claramente a falta de união existente, comprovada

nesta pesquisa, o que levou ao fechamento do mesmo em dezembro de 2011, voltando a ser dependente do CDL de Itabaiana.

**CAPÍTULO 5 -
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

Este capítulo apresenta, de maneira objetiva, as conclusões e sugestões da pesquisa. Para isso, o capítulo se inicia respondendo às questões da pesquisa, na sequência as conclusões e sugestões.

5.1 RESPONDENDO ÀS QUESTÕES DE PESQUISA

Buscou-se responder às questões que nortearam a realização desta pesquisa, conforme a metodologia traçada e os objetivos levantados.

1. Qual a estrutura socioeconômica existente antes e após a implantação da indústria calçadista no município de Frei Paulo?

A estrutura existente anteriormente a instalação da Vulcabrás Azaleia na cidade era baseada na agricultura familiar para subsistência, tendo como principais produtos o feijão, milho e algodão, sendo que este apresentou declínio devido à praga do bicudo e vindo a não ser mais cultivado. Também aparece como geradora de emprego e renda as indústrias de descaroçamento de algodão, que com a abertura do mercado brasileiro vieram a enfrentar uma crise sem precedentes, também fechando as portas e gerando ampla crise econômica no município.

Outras atividades econômicas desenvolvidas são a pecuária leiteira e de corte, que sempre exerceram papel de destaque no cenário estadual, porém com algumas limitações apresentadas nos últimos anos, devido a uma nova cultura econômica que é a produção de milho em grande escala, limitando as áreas destinadas ao gado e ampliando significativamente as áreas destinadas a cultura do milho.

O poder público municipal era até a implantação da indústria calçadista o maior empregador do município com um total de 716 servidores públicos no ano de 2006, ano que efetivamente a empresa começou a produzir de maneira expressiva na cidade. No ano de 2010 a prefeitura municipal tinha 666 servidores mantendo os serviços prestados à população, no entanto a Vulcabrás Azaleia empregava 2.273 funcionários diretamente, além dos empregos gerados indiretamente, a exemplo de empresa de alimentação que presta serviço para indústria entre outros.

O comércio que empregava antes da Vulcabrás Azaleia 79 pessoas passou a empregar 142 pessoas em 2010, um aumento de quase 80,0% num período de cinco anos, além do número de comerciantes formais aumentarem 33,4%, sem contar aqueles que abriram novos negócios e por possuírem a mesma razão social foram entrevistados uma única vez e não acrescentariam no resultado final. Também, pode-se destacar que novos segmentos comerciais que não tinham expressividade até então passaram a ter, a exemplo do setor de alimentação.

2. Quais foram os impactos urbanos proporcionados e a sua influência para o desenvolvimento do município?

Com a criação de milhares de empregos no município a partir da Vulcabrás Azaleia, houve aumento de 370% de novos postos de trabalho no período 2006 a 2010, a cidade passou por uma série de mudanças em sua estrutura, pois com os empregos gerados houve mudanças substanciais em praticamente todos os segmentos econômicos, com a geração de novos empreendimentos, além de mudança comportamental da população no tocante a acesso a novos produtos e serviços que antes não podiam.

A cadeia produtiva do município foi influenciada positivamente, vindo também a gerar emprego e renda nos diversos segmentos comerciais, como também afetou de forma negativa encontrar pessoas para trabalhar em serviços domésticos e na agropecuária, reflexo direto dos empregos com carteira assinada, proporcionados pela indústria calçadista.

A área urbana da cidade começou a vivenciar o crescimento de novas ruas e loteamentos, pois a procura por novas residências se intensificou logo após a implantação da Vulcabrás Azaleia, o que gerou uma demanda muito grande pela abertura de novos locais de moradia, além de ocupação de áreas que até então não se enxergava como urbana, gerando uma quantidade de resíduos de construção em torno de quinze toneladas semanais. Associada a essa demanda a cidade vivencia uma busca considerável por aluguéis de imóveis residenciais, uma vez que Frei Paulo se tornou atraente para um contingente de pessoal que buscam oportunidades de emprego.

É importante frisar que a dinâmica socioeconômica do município foi alterada em sua totalidade, pois com a geração de mais de dois mil empregos diretos a cidade passou a gerar não apenas novos empregos, mas a dinamizar toda cadeia produtiva e atrair novos investimentos, além de ficar cada vez mais dependente de uma única empresa.

3. De que forma acontecem as ações de responsabilidade socioambiental praticadas pelos atores envolvidos no contexto municipal?

De maneira muito limitada, uma vez que as ações realizadas pela Vulcabrás Azaleia permeiam as atividades internas da mesma e com foco restrito aos funcionários que ali trabalham e aos visitantes, porém quanto à destinação dos resíduos gerados por ela, o encaminhamento realizado é feito por empresa especializada que os leva para um aterro sanitário em Itapetinga – BA, fazendo todo procedimento adequado para situação.

No tocante as ações da empresa em benefício da cidade, foi realizada apenas com um grupo de voluntários pertencentes ao quadro de funcionários da mesma, uma coleta de lixo na cidade e nada mais, em que fica demonstrado uma falta de interação maior da indústria com a comunidade a qual está inserida, além do papel importante que ela tem no desenvolvimento local sendo formadora de opinião.

Ao que se refere ao poder público local foi constatado uma ação reativa ao aumento dos resíduos sólidos gerados a partir de maior consumo que passou a existir em Frei Paulo, como a transferência da lixeira em localidade praticamente urbana para um local mais distante e que pudessem ser realizados alguns procedimentos de operacionalização dos resíduos, além de tornar a coleta mais organizada uma vez que aumentou em 200% o quantitativo dos resíduos na localidade. No entanto o poder público não realiza qualquer atividade de conscientização de coleta seletiva de lixo ou algo relacionado a preservação do meio ambiente e sua importância para o futuro da humanidade.

Porém o que mais fica evidente é que parte considerável da sociedade civil, que participou das entrevistas, não realiza qualquer tipo de ação de responsabilidade socioambiental, uma vez que parcela significativa da população desconhece o tema e outros o abordam como algo distante e que não compete aos mesmos à realização destas ações.

5.2 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Este estudo teve como objetivo analisar de que forma a implantação da indústria calçadista propiciou o desenvolvimento sustentável no município de Frei Paulo, que segundo a vertente da sustentabilidade e o pensamento de Sachs (1993), tem como princípios norteadores a sustentabilidade **econômica e social** a qual cria um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento baseado numa melhor distribuição de renda e de bens, de

modo a reduzir as disparidades sociais através da alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

Conforme Sachs (1993) além das dimensões já citadas existe a sustentabilidade **ambiental** que tem como intuito de minimizar possíveis danos, a partir da substituição de combustíveis danosos ao meio ambiente por produtos ou recursos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva, a **espacial**, que busca uma estrutura rural-urbana mais equilibrada e territorialmente melhor distribuída, de forma a reduzir a concentração excessiva nas áreas urbanas, estimulando a descentralização industrial e a **cultural** com o estímulo à procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas integrados, tendo em vista as especificidades do local, ecossistema, cultura e área.

Diante das cinco dimensões apresentadas sobre desenvolvimento sustentável que embasarão as conclusões deste trabalho, o município de Frei Paulo apresentou na dimensão espacial uma descentralização industrial, através do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, PSDI, o qual concedeu incentivos fiscais para instalação da Vulcabrás Azaleia na cidade no final de 2005, além da mão de obra abundante e barata, ocasionando ao longo dos anos a geração de mais de dois mil empregos diretos.

Com a implantação da Vulcabrás Azaleia em Frei Paulo, propiciou uma descentralização do setor industrial dos grandes centros urbanos, gerador de concentração da riqueza e de aumento do consumo dos recursos naturais e degradação ambiental ainda maior nestes, para uma região de desigualdades sociais e ausência de empregos, a Nordeste, a qual se buscou um equilíbrio entre os extremos do país, viabilizando a desconcentração de indústrias e redução dos desequilíbrios regionais.

Através da geração de emprego e renda a cidade evidenciou um crescimento econômico até então nunca visto, sendo que para 69,0% dos comerciantes locais os seus estabelecimentos foram abertos ou ampliados após a implantação da indústria calçadista, além do aumento nas vendas para 88,0% dos comerciantes. Porém este crescimento é baseado apenas nos empregos proporcionados pela referida empresa, criando uma ampla dependência da mesma, pois ela gera três vezes mais empregos que o poder público municipal, antes o maior empregador.

De acordo com a pesquisa foi constatado que com o amplo número de empregos gerados aumentou substancialmente o poder aquisitivo da população e conseqüentemente aumento do PIB do município com uma melhor distribuição de renda para população, através do IDH que aparece no estado como de nível médio, reduzindo as desigualdades sociais

existentes, conforme também percepção de todos os atores envolvidos nessa pesquisa, o que coaduna com a premissa da dimensão social de Sachs.

No entanto, nem todos os segmentos comerciais da cidade obtiveram desempenho econômico e social satisfatório, uma vez que o setor de confecções em quase sua totalidade afirma de maneira veemente que não houve melhorias econômicas, pois as vendas ficaram estáticas e as pessoas aumentaram ainda mais o volume de compras na cidade de Itabaiana, motivadas por questões de costume de se comprar nesta cidade.

Contudo, mesmo com vários números favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico do município, os atores envolvidos no contexto local em nenhum momento se mostram que estão preparados para uma eventual saída da indústria calçadista, pois de acordo com os entrevistados afirmam que não há planejamento tanto da classe empresarial, como das instituições públicas, o que demonstra de forma objetiva que não existem ações pró-ativas nesse sentido e que não serão apenas medidas simples que poderão reverter tal situação.

Assim, este estudo conclui que não há sustentabilidade socioeconômica em Frei Paulo, visto que o crescimento obtido na cidade é fruto de uma empresa que conseguiu isenção fiscal por determinado período de tempo e caso acabe estes incentivos ou o mercado não esteja economicamente viável, a indústria poderá sair, pois as condições não serão mais interessantes para a sua permanência podendo haver o fechamento ou a mudança para outra localidade a qual possa torná-la mais competitiva, deixando a cidade com um aumento populacional e conjuntamente demandas sociais maiores, além de um enorme contingente de desempregados, trazendo problemas ainda maiores que os antes existentes a implantação da Vulcabrás Azaleia.

Associado a esta situação tem-se a dimensão cultural como variável do desenvolvimento sustentável que interage com o desenvolvimento regional e local, mas com conceituações diferentes, sendo estes praticamente ausentes do município, uma vez que cabem as forças originalmente endógenas serem propulsoras do novo paradigma de desenvolvimento local, o que segundo Barquero (2001) objetiva atender às demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida, visando o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local.

Nesse sentido foi constatado que não existe mobilização social na cidade, sendo que a prova inequívoca dessa situação foi o fechamento da Câmara de Dirigentes Lojista, CDL, no final de 2011, pois a mesma foi instalada após a implantação da Vulcabrás Azaleia no município, mas veio a encerrar suas atividades por não dispor de comerciantes interessados no

desenvolvimento de ações em benefício da classe, mostrado a omissão dos atores principais neste contexto.

Além disso, foi evidenciado na pesquisa que a maioria dos comerciantes não estão preparados para a saída da indústria, motivado principalmente pela falta de união entre os mesmo, fortalecendo a informação do CDL local, pressuposto básico do desenvolvimento endógeno. Também pela falta de maior conhecimento sobre planejamento estratégico, instrumento norteador das ações empresariais, levando a uma visão extremamente limitada do contexto ao qual estão inseridos.

As forças locais não apresentaram em nenhum momento características que convergem para o desenvolvimento local, pois não são encontrados as conquistas das forças vivas locais que se mobilizam e articulam para se fortalecer e desenvolver a partir das capacidades e competências locais, das habilidades de articulação e negociação dos interesses locais junto aos poderes de governo e econômicos de outras regiões.

Assim a dimensão social e cultural é caracterizada pela integração entre os atores econômicos e sociais e as instituições locais, formando um sistema de relações que incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento, no caso de Frei Paulo não há essa integração indispensável à priorização das iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno regional que incentiva a produção e favorece o tão almejado desenvolvimento sustentável, como também o desenvolvimento “endógeno” ou local.

Ao que se refere à dimensão ambiental é importante frisar que os atores envolvidos, comerciantes, poder público, instituições do município desconhecem praticamente em sua totalidade ações de responsabilidade socioambiental realizadas pela indústria calçadista em favor da localidade, porém a mesma realiza os procedimentos ambientais exigidos pela legislação, inclusive a destinação correta dos resíduos sólidos.

Quanto ao aumento dos resíduos sólidos gerados a partir do aumento do consumo na cidade levou a abertura de um novo lixão, onde os resíduos não são tratados, o que requer uma mudança na condução da política ambiental do município. Entretanto parte considerável do universo desconhece ou conhece muito pouco sobre as demandas existentes em relação às premissas ambientais.

Cabe ressaltar que o não conhecimento dos aspectos que levam em conta o meio ambiente, remete a reflexão ao ano de 1750 na Inglaterra, quando da primeira revolução

industrial em que houve a exaustão dos recursos naturais e a poluição da cidade de Londres levando a um modelo que desde o início da industrialização se mostrou equivocado.

Atualmente Frei Paulo vivencia a industrialização nos moldes capitalista e torna-se imprescindível conhecer o que foi vivenciado no passado por este meio de desenvolvimento, uma vez que a falta de conhecimento sobre o equilíbrio que deve existir entre meio ambiente e meios de produção levará a localidade a adotar a visão imediatista de gerar emprego e renda, através da indústria calçadista, como única forma de sobrevivência sem considerar que o consumo excessivo, a destinação incorreta dos resíduos sólidos e o respeito a gerações futuras será mais uma vez a reprodução de um modelo econômico que não consegue harmonizar desenvolvimento e natureza.

No tocante aos Arranjos Produtivos Locais que impulsionam a melhoria das condições de vida nas comunidades locais, gerando emprego e renda e inclusão social das famílias foi verificado que este setor é ausente, uma vez que ficou evidenciado a não valorização dos recursos produtivos e potencialidades locais, a não organização social da população como das classes, inclusive a dos comerciantes, demonstrando a falta de interação entre os atores envolvidos neste estudo.

Outro fator preponderante dos APL'S são as inovações que eles propiciam na localidade, os processos de competitividade sadia a cooperação entre as aglomerações produtivas, no entanto, conclui-se que na localidade existe imensa dificuldade de inovar e de aprendizagem coletiva o que propicia um ambiente pouco integrativo e de dificuldades para promoverem a capacidade coletiva.

Diante dos fatos evidenciados nesta pesquisa, sugere-se ao poder público municipal estabelecer uma política de ampla divulgação dos conceitos básicos que norteiam os princípios ambientais, a exemplo do procedimento da coleta seletiva do lixo, além de estabelecer na grade curricular das escolas disciplinas voltadas para o meio ambiente, uma vez que o município tem evoluído no sentido econômico e industrial, para que o aprendizado seja concomitante ao crescimento local e de acordo com as tendências globais.

Também torna-se imprescindível que haja uma mudança substancial nas interações entre os próprios comerciantes e os demais envolvidos, pois o desenvolvimento endógeno tem como base a cooperação, interação e união, sendo que foi visualizado pela pesquisa a falta destas, vindo a comprometer o futuro do desenvolvimento local ou sequer implantá-lo de modo condizente, pois até situação de extinção do órgão de classe do segmento já ocorreu.

A pesquisa sugere que a indústria calçadista construa junto à comunidade local ações mais concretas de responsabilidade socioambiental, na qual existam trabalhos de educação ambiental, através de oficinas e voluntariado em datas diversas do ano, envolvendo toda comunidade da cidade e que ocorra ampla divulgação em todos os meios de comunicação.

Outra proposição deste trabalho refere-se a uma possível parceria entre o poder público municipal e a Vulcabrás Azaleia, no tocante a correta destinação e tratamento dos resíduos sólidos gerados no município, pois os mesmos não são operacionalizados da maneira correta, motivado pelo “ Now How” que a empresa dispõe, ocorrendo o fortalecimento das interações entre esta e o município.

Outra sugestão envolve mais uma vez parceria entre o poder público do município e a Vulcabrás Azaleia no tocante a construção de programas de capacitação para todos os funcionários da mesma, em atividades que ele possa desenvolver caso haja uma saída da mesma da cidade ou até mesmo por motivo de demissão, o que proporcionaria impacto minimizado para cidade, para o funcionário e a indústria calçadista cumpriria mais uma ação de responsabilidade social.

É sugestão desta pesquisa uma capacitação empresarial para os comerciantes locais, para que os mesmos tenham acesso às técnicas de gestão associadas a uma visão de desenvolvimento regional e local, além das perspectivas ao que tange ao desenvolvimento sustentável.

É importante frisar a necessidade de outros estudos que tratem de identificar quais as vocações municipais a partir desse novo contexto, pois somente com um levantamento preciso de informações é que se poderão direcionar os esforços em políticas públicas capazes de gerar desenvolvimento sustentável, segundo as premissas de Sachs e também baseado nos princípios do desenvolvimento endógeno.

Enfim, este trabalho visou entender as transformações que aconteceram na cidade de Frei Paulo (SE) sob a ótica da sustentabilidade, e que ficou constatado o crescimento econômico, social e político, porém sem sinalização para uma evolução no sentido de uma consciência para preservação ambiental, além de se identificar que não há desenvolvimento sustentável e principalmente desenvolvimento regional e local, uma vez que está ausente a cooperação, o capital social, a liderança dentre os empreendedores locais, mas sim um crescimento econômico que impactou de forma positiva para o município.

Existe também imensa fragilidade na dependência econômica do município para com a geração de empregos da Vulcabrás Azaleia, o que por qualquer circunstância de mercado pode levar ao fechamento, transferência da mesma, o que levaria a cidade a um patamar igual ou pior ao que já existia antes da sua instalação.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; LASTRE, H. M. M (Orgs). **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2002.
- ALBAGLI, S.; Maciel, M. L. **Capital Social e Desenvolvimento Local: Cooperação e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- ALBAGLI, S.; Maciel, M. L. **Proposição de Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas: Capital Social e Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, 1996. n. 14. Dez. p.36-64
- AMARAL FILHO, J. Incentivo Fiscal como Instrumento de Desenvolvimento Local e Regional. **Revista Desenhahia**, n. 12, mar. 2010, IPEA. p. 7-36.
- AMARAL FILHO, J. Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, jun./2001, IPEA. p. 266-267
- AMARAL FILHO, J. Micro, Pequenas e Médias empresas: é negócio ser pequeno, mas em grupo. In: **Desenvolvimento em Debate**, Brasília: BNDES, 2002.
- AMARAL FILHO, Jair do et al. Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: casos do Ceará. **Encontro de Economia do Nordeste**. Fortaleza, 2002.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARAÚJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS (ABICALÇADOS). **Resenha Abicalçados 2006**. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2012
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS (ABICALÇADOS). **Resenha estatística 2007**. Disponível em: www.abicalcados.com.br/index.html. Acesso em: 20 maio 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS (ABICALÇADOS). **Resenha Abicalçados 2005**. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2012.
- BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: URANI, André et al. (Org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BANCO CENTRAL. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**. Brasília: BACEN, v. 3, n. 1, p. 1-114, jan. 2011.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21**. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1997. p. 160.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. (Trad.) Ricardo Brinco. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística, 2001, p. 57.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS e Fundação de Economia e Estatística - FEE, 2002.

BECKER, B. K. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOFF, L. **Dignitas Terrae-Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): ¿De qué estamos hablando? **Cuadernos Regionales** n. 1, Santiago de Chile, Universidad de Talca, 2000.

BOISIER, Sérgio. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**. Santiago: ILPES/CEPAL, n. 19, 1998, p. 317-348, jul.1999.

BOISIER, Sérgio. **Sociedad Civil Participacion, Conocimiento y Gestão Territorial**. Santiago de Chile, ILPES, 1997.

BOISIER, Sérgio. Y si el desarrollo fuese uma emergência sistêmica?. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n.1, p. 9-42, jan./abr. 2003.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em [HTTP://www.mte.gov.br/PDETestatísticasdaRAISedoCAGED/estadosemunicípios/basedados2004a2010](http://www.mte.gov.br/PDETestatísticasdaRAISedoCAGED/estadosemunicípios/basedados2004a2010). Acesso em: 15-30 abr.- 01-23 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC) **Censo escolar**: Disponível em: <http://www.mec.gov.br/censoescolar/resultados2005a2009>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (RAIS/MTE). **Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, (vários anos), 2004, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010**. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 16-30 abr.-21 maio 2012.

BRITO, Jorge. **Características estruturais dos clusters industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999. (Mimeo)

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do Conceito de Desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CAMARGO, A. L. B. Sustentabilidade – entraves globais e reflexões. In: **Desenvolvimento Sustentável – dimensões e desafios**. Campinas, Papirus, 2003, p. 113-124.

CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. 160p.

CANDEAS, Alessandro W. Cultura e desenvolvimento: Em busca da humanização do crescimento econômico. In: BASTOS FILHO, J.; AMORIM, N.; LAGES V. N. (Orgs.) **Cultura e Desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão**. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999. p. 34.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2001. p. 6.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Aglomerações cadeias e sistema produtivos e de inovações. **Revista Brasileira de Competitividade**. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, abr./jun. 2001a.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 5 (especial): p.103-136, 2001b.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. O Enfoque em Sistemas Produtivos e Inovação Local. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. **Políticas para a promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito vantagens restrições e equívocos usuais**. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist>Redesist, IE/UFRJ, 2003. Acesso em: 23 out. 2011.

CAVALCANTE, Luiz R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. Salvador 2000. Disponível em: <[HTTP://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/produçãoteórica.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/produçãoteórica.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2011.

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento sustentável e gestão dos recursos naturais: referências conceituais e de política. In: **Educação, ambiente e sociedade: idéias e práticas em debate**. Programa de comunicação ambiental, CST, Instituições de ensino superior, Serra, ES, 2004.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. p. 23.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. **Textos complementares do Curso de formação de multiplicadores: os distritos industriais da terceira Itália e os desafios da tropicalização**. Edição Sebrae, Brasília, 2002. p. 50

COIMBRA, Ávila. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas/SP: Millennium editora, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 46-49-53.

COSTA, A. B.; FLINGESPAN, F. B. **Avaliação do movimento de realocação industrial de empresas de calçados do vale dos Sinos**. Porto Alegre: Sebrae-RS, Netit-UFRGS, 1997.

COSTA, Achyles Barcelos da. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil – cadeia couro calçados: impactos das zonas de livre comércio**. Campinas: Unicamp, 2002. p. 2.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Idesp, 2007.

CROCCO, M. A. et al. O arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana. In: TIRONI, F. **Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais**. Brasília: IPEA, 2001.

D'AGOSTINI, Luciano Luiz Manarin. A recente expansão do crédito, o aumento dos preços das commodities, as políticas monetárias dos EUA versus Brasil e a atual pressão inflacionária no regime de metas para a inflação. **Revista Economia & Tecnologia**. Ano 07, v. 24. Campinas, SP, jan./mar. 2011.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 18, p. 95-107, Jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 16 out. 2011.

FEITOSA, Cid. O. Do regional ao local uma transição conceitual. In: MELO, R. L.; HANSEN D. L. (Orgs). **Desenvolvimento Regional e Local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: UFS, 2007.

FERREIRA JR, H de M.; SANTOS, L. D. **Sistemas e Arranjos Produtivos Locais: o caso do polo de informática de Ilhéus (BA)**. Scielo, RJ, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rec/v10n2/08.pdf. Acesso em: 22 out. 2011.

FREITAS, Maria Cristina Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. O Mercado de Crédito no Brasil: Tendências recentes. **Economia Brasileira - Grupo de Conjuntura**. Fundap, 2009.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N. A; SINGH, S. P (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 314-341.

GALVÃO, Olimpio J. de Arroelas. Por uma Nova Política de Desenvolvimento: A experiência Internacional para o Brasil. In: III CONGRESSO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, **Anais...** Macau, 1998. Disponível em: [HTTP://www.race.nuca.ie.ufrj.br](http://www.race.nuca.ie.ufrj.br). Acesso em: 25 out. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, maio-jun. 1995.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. 9. ed. São Paulo: Editora Record, 1999.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: O problema da imersão. **Fórum Sociologia econômica. Stanford University**. São Paulo v. 6, n.1, Art.9, Jan./Jun., 2007. p. 61.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991, 2000 e 2010**, Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da População 1996**: resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar. Rio de Janeiro: Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadoresminimos>. Acesso em: 16 de maio de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da População 2007**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm. Acesso em: 21 maio, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do censo demográfico e agropecuário 1996**. 1997. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/notas_indicadores.shtm. Acesso em: 20 maio 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. Novas políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 17, 2003. Disponível em: www.cgee.org.br. Acesso em: 23 out. 2011.

LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. E; ALBAGLI, S. **Sistemas produtivos e inovativos locais de MPME**: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Projeto de pesquisa apresentado ao Sebrae-RJ, Redesist-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, maio de 2002.

LAYRARGUES, Phillippe P. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito? **Revista Proposta**. n. 71, p.5-10, fevereiro, 1997.

LEFF. E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenal-SC: Editora da FURB, 2000.

LEFF. E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. (Trad.) de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Petropolis, Vozes, 2001. p. 25-27.

- LIMA, Ana Carolina da Cruz, LIMA, João Policarpo Rodrigues. Programas de Desenvolvimento Local na Região Nordeste do Brasil: Uma avaliação preliminar da “guerra fiscal”. **Revista Economia e Sociedade**. v. 9, n.3 (40), p. 557-588, Campinas/SP: dezembro de 2010.
- LIMA, Jacob Carlos et al. : Os Novos Territórios da Produção e do Trabalho: A indústria de calçados no Ceará. **Caderno CRH**. v. 24, n. 62, p. 367-384, Salvador, maio-agosto de 2011.
- LIMA, Rodrigo R Pereira. **Território e Arranjos Produtivos Locais em Sergipe**: Em busca da endogeneização do desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Sergipe, NUPEC-UFS, São Cristóvão, 2008.
- MACHADO, Tiago Bannitz de Paula. **Análise da Competitividade de Custos da Indústria Brasileira de Calçados Esportivos**: Estudo de caso de uma empresa multinacional atuando no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)- Escola de administração de São Paulo-FGV, São Paulo: 2007.
- MACIEL, L. **O milagre italiano**: caos, crise e criatividade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- MATOS, Elmer Nascimento. Desconcentração Produtiva Regional no Brasil e Inserção de Sergipe: 1970 - 2005. **Revista Desenbahia**, n. 13, 133 a162, Salvador, set. 2010.
- MATOS, Silvia M S. **Desenvolvimento Sustentável e Arranjos Produtivos Locais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)-Universidade Federal de Sergipe, PRODEMA-UFS, São Cristóvão, 2004.
- MATOS, Silvia M. S.; MELO, Ricardo. L. Sustentabilidade do Arranjo Produtivo Local de Cerâmica Artesanal de município de Santana de São Francisco (SE). In: MATOS, Silvia M. S. MELO, R. L; HANSEN, D. L. (Orgs). **Desenvolvimento Regional e Local**: novas e velhas questões. São Cristóvão, UFS. 2007.
- MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MORAES, J. L. A. de. **Capital Social e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável**, 2003. Disponível em: www.eco.unicamp.br. Acesso em: 28 out. 2011.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio-ago. 2002.
- OLIVEIRA, Luiz C. de. Mudanças de Paradigmas: O velho e o novo Desenvolvimento. **Revista Diálogo e Interação**, Curitiba, v. 4. 2010.
- OLIVEIRA, Michele Santos. **Aglomerações e Vantagens Competitivas Locacionais**: Uma Avaliação das Políticas e Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe, Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Sergipe, NUPEC-UFS, São Cristóvão, 2010.
- PINTO, Àdila Maria Barbosa. **Avaliação de Geração de Empregos na Indústria de Calçados do Nordeste Financiados Pelo Banco do Nordeste do Brasil, de 1998 a 2006**.

Dissertação (Mestrado Profissional de Políticas Públicas)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PORTER, Michel. Cluster e competitividade. **Revista Management**. Savana, Julho, 1999.

PRADO, S. A guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 13, p. 1-40, Campinas, dez. 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. (Trad.) Luiz Alberto Monjardim. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2000. p. 117.

RIBAS, Alexandre Fanfa. **A Melhoria na Gestão como Alternativa para Empresas Exportadoras, Intensivas em Mão de Obra em Cenários de Câmbio Apreciado**. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPE-UFRGS, Porto Alegre, 2010.

RIBEIRO, Jenival Alves. **O Arranjo Produtivo das Cerâmicas de Blocos de Itabaianinha – SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Universidade Federal de Sergipe, PRODEMA-UFS, São Cristóvão, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria de Azevedo. **Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1996.

SACHS, I. **Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996. 25 p. (Série meio ambiente em debate, 7). Conferência realizada pelo projeto Cinco e Meio Ambiente, em 22 de agosto de 1995.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, SP: Nobel, 1993.

SACHS, I. **Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.). São Paulo, SP: Cortez, 2007, p.74.

SACHS, I. **A Terceira Margem: Em busca do ecodesenvolvimento**. (Trad.) Rosa Freire de Aguiar. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. p. 254-260.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004. 152p.

SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22. p. 151-179, dez. 2004. Thomas, Vinod. et al; (trad.) Edécio Gonçalves de Souza. A Qualidade do Crescimento. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Renata Lima. **Desenvolvimento Local Sustentável: Caracterização do APL de Artesanato de Linha do Município de Tobias Barreto–SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Universidade Federal de Sergipe, PRODEMA-UFS, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Wirlan Fábio Bernardo dos. **A Efetividade das Políticas de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Confecção de Tobias Barreto–SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Universidade Federal de Sergipe, PRODEMA-UFS, São Cristóvão, 2008.

SATRA. **TECHONOLOGY CENTER**. Londres, 2006. Disponível em: <http://www.satra.co.uk>, Acesso em: 05 maio 2012.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento Habitação e do Desenvolvimento Urbano (SEPLAN). **Mapa dos Territórios Sergipanos**. Aracaju, 2007. Rodrigo da Silva Menezes (Org.), 2011.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano (SEPLAN). **Anuário Estatístico de Sergipe de 2003**. Aracaju, 2003.

SERGIPE (Estado). Governo do Estado. **Lei n. 3.140, de 23 de dezembro de 1991**. Institui o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), cria o Fundo de Apoio à Industrialização FAI, e dá outras providências, Aracaju, 1994.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENA EMPRESA (SEBRAE-PB). **Seminário marca dia da micro e pequena empresa na Paraíba**. Disponível em: <<http://www.sebraepb.com.br/noticias>>. Acesso em: 29 maio 2012.

SILVA, Edinilson Augusto. **Apicultura sustentável: Produção e Comercialização de Mel no Sertão Sergipano**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Universidade Federal de Sergipe, PRODEMA-UFS, São Cristóvão, 2010. p. 26

SOUZA FILHO, J. R. de. **Desenvolvimento Regional Endógena, Capital Social e Cooperação**. Rio de Janeiro s.d. Disponível em: nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolverg.html. Acesso em 02 de Maio. 2012.

SOUZA, J. E. A. **Agronegócio da Apicultura: Estudo da Cadeia Produtiva do Mel em Alagoas**. Maceió, AL, Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente)- Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 2006.

STEYNS, Roland. A Resposta Mundial ao Rápido Crescimento do Suprimento de Calçados do Sul da Ásia. In: 16ª SESSÃO DO PAINEL INDUSTRIAL DE COURO. **Anais...** Nações Unidas. Gramado, Brasil, 15 de Maio de 2007.

STÜRM JÚNIOR, Francisco Assis. **Posicionamento estratégico das empresas de calçados femininos do vale dos sinos frente ao mercado externo**. Dissertação (Mestrado em Economia) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SUZIN, Juliana Ballin. **Análise das Competências Organizacionais para a Internacionalização: O caso Vulcabras/azaleia**. Dissertação (Mestrado em Administração)- UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais, a Pesquisa Qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

VALE, Gláucia Maria Vasconcelos. **Laços ativos territoriais**: Análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social. Tese (Doutorado em Administração)-UFLA, Lavras, 2006.

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. IPEA. **Texto para Discussão nº 500**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2011.

VEIGA, J. E. da. **Não falta motivo para pensar que o jargão ecológico se tornou retórico e tão palpável quanto o Éden**. 1998. Disponível em: www.estado.estadao.com.br/jornal/98/07/04/news101.htm. Acesso em: 28 out. 2011.

VULCABRAS AZALEIA. **Relatório anual de 2009**. Disponível em: www.google.com.br/vulcabrasazaleia.com.br. Acessado em: 03 maio 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS COMERCIANTES DE FREI PAULO (SE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



TEMA: DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FREI PAULO-SE

Este questionário pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, para obtenção do título de mestre de acordo com o regimento interno do PRODEMA, na perspectiva de obter informações a respeito do desenvolvimento local e a sustentabilidade do município de Frei Paulo (SE) a partir da implantação da indústria calçadista. Nesse sentido, é imprescindível a sua colaboração. Não é preciso identificar-se e, em hipótese nenhuma, suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já, sou imensamente grato.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Mestrando(a): Paulo Rege Santos Matos

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS COMERCIANTES DE FREI PAULO / SE

Data da Entrevista: ___/___/___

1 - Perfil socioeconômico do comerciante

1.1 - Local de Nascimento:

Cidade: _____

Estado: _____

1.2- Qual é a sua idade?

até 20 anos de 21 a 30 anos de 31 a 40 anos de 41 a 50 anos

de 51 a 60 anos mais de 60 anos

1.3. Qual o setor de atividade do seu estabelecimento?

1.4- Qual seu nível de escolaridade

Analfabeto funcional Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto

Ensino médio completo Ensino superior incompleto Ensino superior completo

1.5- Qual é o tipo de segmento comercial?

Supermercado Farmácia loja de móveis Frigorífico Lojas de confecções

Material de construção Sorveteria loja de variedades pizzaria

Panificação Restaurante ou lanchonete Perfumaria

1.6- Em que ano foi fundado o seu estabelecimento? _____

Houve influência da indústria calçadista na criação ou na ampliação do negócio?

sim

não

1.7- A implantação da Vulcabrás Azaleia no município influenciou no aumento das vendas?

- Sim
 Permaneceram estáveis
 Reduziram

1.8- Caso positivo de quanto foi o aumento das vendas do seu estabelecimento desde a implantação da indústria de calçados em 2005?

- 10 a 20% 21 a 30% 31 a 40% 41 a 50% mais de 50% menos de 10%

1.9- Quanto desse aumento o senhor considera que pode ter sido influencia do crescimento da renda da população por conta da implantação da indústria calçadista? _____

2.0- Que outros fatores, podem estar influenciando a evolução das vendas nos últimos anos?

2.1- A partir do funcionamento da indústria calçadista no município o(a) senhor(a) veio a contratar mais funcionários para sua empresa?

- sim
 não

2.2- No seu entendimento o município de Frei Paulo vivencia um desenvolvimento socioeconômico até então nunca existente?

- sim
 não

Caso positivo, qual seriam os setores mais beneficiados?

2.3- Seu empreendimento enfrenta dificuldades ocasionadas pela indústria de calçados Vulcabrás Azaleia?

- sim
 não

Caso positivo, qual seriam estas dificuldades?

2.4- O (A) senhor (a) acredita que caso a indústria calçadista saia do município seu estabelecimento vai ser prejudicado?

- Sim
 Não

Porquê? _____

2.5- Na sua percepção os comerciantes estão preparados para enfrentar uma eventual saída da empresa no município?

- Sim
 Não

Porquê? _____

2.6- Também de acordo com sua forma de entendimento, com a saída da empresa a população estará preparada para desenvolver outras atividades econômicas, ou correlacionadas a da empresa?

- Sim
- Não
- Não sabe

Porquê? _____

2.7- Como o Senhor (a) convive com diversos tipos de clientes cotidianamente, é possível perceber se houve mudança de mentalidade da população ao que se refere a hábitos de consumo e costumes de preferência por determinados tipos de produtos?

- Sim
- Não
- Não sabe

2.8- De acordo com seu entendimento a indústria calçadista prejudicou alguma atividade socioeconômica no município de Frei Paulo?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Caso negativo, identifique qual atividade? _____

2.9- Na sua forma de compreensão existiram mudanças econômicas, sociais, políticas e ambientais a partir da implantação da Vulcabrás Azaleia no município de Frei Paulo?

- Sim
- Não

Caso positivo, quais mudanças são mais evidentes?

3.0- Na sua percepção houve contribuição da indústria no que se refere à responsabilidade socioambiental em favor do município?

- Sim
- Não
- Não sabe opinar

Especifique _____

3.1- De forma ampla, a vinda da Vulcabrás Azaleia influenciou o desenvolvimento socioeconômico do município de Frei Paulo?

- Sim
- Não

Porque _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO DIRIGENTE DA EMPRESA VULCABRÁS AZALEIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NUCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



TEMA: DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE)

Este questionário pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, para obtenção do título de mestre de acordo com o regimento interno do PRODEMA, na perspectiva de obter informações a respeito do desenvolvimento local e a sustentabilidade do município de Frei Paulo (SE) a partir da implantação da indústria calçadista. Nesse sentido, é imprescindível a sua colaboração. Não é preciso identificar-se e, em hipótese nenhuma, suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já, sou imensamente grato.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Mestrando(a): Paulo Rege Santos Matos

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO DIRIGENTE DA EMPRESA VULCABRÁS AZALEIA

Data da Entrevista: ___/___/___

1 – Assinale por ordem de importância, os três fatores que mais influenciaram a vinda e instalação da sede da então Azaleia ao município de Frei Paulo(SE)?

- Incentivos fiscais
 - Criação de infraestrutura disponibilizada pelo Estado de Sergipe
 - Mão de obra abundante
 - Localização estratégica
 - Legislação ambiental mais branda
 - Possibilidade de ganhos maiores
- outros? _____
- _____

2 – Qual a contrapartida exigida pelos órgãos governamentais para a instalação da indústria calçadista?

3 – A empresa realiza compras no próprio município?

- Sim Não

Em caso positivo, informe quais os principais itens que são adquiridos no comércio local ou regional.

Caso negativo, o que ocasiona a não realização da interação comercial?

4 – Ao chegar ao município a empresa teve dificuldades de contratação de mão de obra necessária ao funcionamento da indústria calçadista?

- Sim
- Não

Caso positivo, especifique quais ações foram realizadas para minimizar estes impactos?

5- A Vulcabrás Azaleia implementa políticas de responsabilidade social no município?

- Sim
- Não

Caso positivo, listar quais são as ações realizadas?

Caso negativo, justifique o porquê da não realização desta política?

6- A empresa realizou estudo de impacto ambiental na instalação da indústria?

- Sim
- Não

6.1- Quais foram os aspectos mais sensíveis em termos ambientais que foram considerados na análise da implantação?

7 – Quais são os controles ambientais exigidos pela legislação e que são realizados pela empresas?

8 – A empresa Vulcabrás Azaleia realiza políticas de responsabilidade ambiental junto à população municipal?

- Sim
- Não

8.1- Caso positivo, quais ações são realizadas?

8.2 - Caso negativo, por que não se utiliza deste instrumento?

9 – Quantos empregos diretos e indiretos são gerados no município a partir dos dados da empresa?

10 – Qual o ano que a empresa oficialmente se instalou definitivamente no município, e se houve antes um período de adaptação?

11 – Existe algum tipo de parceria entre a indústria e poder público, local ou de outras esferas?

- Sim
 Não

11.1- Caso, positivo, especifique de que maneira acontece?

12 – Qual o destino da produção realizada nesta unidade? E quanto corresponde do total das unidades?

13 – Existem planos de expansão da indústria no Estado ou Nordeste brasileiro, ou existem pretensões de expansão da indústria em outros países que possuem maiores flexibilidades fiscais, ambientais e trabalhistas?

14 – Existe possibilidade da retirada da empresa do município por diversos motivos, entre eles o fim ou a não renovação da renúncia fiscal?

- Sim
 Não

14.1- Caso positivo, existe algum trabalho sendo realizado paralelamente a comunidade ou órgão governamental para reduzir os impactos com uma possível saída?

15- A empresa recebeu incentivos fiscais municipais?

- Sim
 Não

Em caso positivo Quais;

- terreno
 isenção fiscal
 Infraestrutura

16 - Em termos de renda, além dos salários pagos, que outros recursos a empresa faz circular na economia local?

17- Que tipo de fornecedores de bens e serviços a empresa julgaria importante ter na proximidade, considerando os setores de;

- Manutenção de máquinas e equipamentos;
 serviços de contabilidade e informática
 treinamento de recursos humanos
 consultorias especializadas
 fornecedores de alguns suprimentos (descreva)
 hotelaria e alimentação

18- A empresa realiza treinamento com a mão de obra contratada?

- Sim
 Não

18.1 Caso positivo, o treinamento é efetuado diretamente na produção?

- Sim
 Não

18.2 O treinamento é feito em outra unidade da empresa?

- Sim
 Não

18.3 Os treinamentos são executados pelos fornecedores de equipamentos?

18.4 Anualmente, qual a porcentagem dos funcionários que passam por treinamento? _____

18.5 Qual o tipo de treinamento realizado com mais frequência:

- Técnico operacional;
 Administrativo e de gestão;

Segurança do trabalho

19- A Vulcabrás Azaleia contratada consultoria especializada?

Sim

Não

Por que?

20- Como é feita a comercialização da produção?

De forma centralizada, por outra unidade do grupo empresarial;

Diretamente pela unidade instalada em Frei Paulo.

Nesse caso, a comercialização é feita diretamente por funcionários da empresa ou através de distribuidores? _____

21- Qual o percentual do pessoal que trabalha na produção que é contratado diretamente pela empresa? _____ %

22- Qual o percentual do pessoal que trabalha em empresas terceirizadas?

23- Qual o percentual do pessoal em trabalho em casa ou em oficinas cooperadas? _____

24- Qual a forma de integração da unidade de Frei Paulo com as demais unidades existentes no Estado ou na região Nordeste.

25- Quais são os benefícios que a empresas oferece aos seus funcionários?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS GERENTES DOS BANCOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE FREI PAULO.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NUCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



TEMA: DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE)

Este questionário pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, para obtenção do título de mestre de acordo com o regimento interno do PRODEMA, na perspectiva de obter informações a respeito do desenvolvimento local e a sustentabilidade do município de Frei Paulo (SE) a partir da implantação da indústria calçadista. Nesse sentido, é imprescindível a sua colaboração. Não é preciso identificar-se e, em hipótese nenhuma, suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já, sou imensamente grato.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Mestrando(a): Paulo Rege Santos Matos

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS GERENTES DOS BANCOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE FREI PAULO.

Data da Entrevista: ___/___/___

1 – Com a implantação da Vulcabrás Azaleia no município de Frei Paulo, houve aumento significativo do fluxo financeiro nesta instituição financeira?

- Sim
 Não

1.1- Caso positivo, existiu aumento no número de funcionários desta agência?

- Sim
 Não

2 – Houve aumento do número de contas depois da instalação da Vulcabrás Azaleia?

- Sim
 Não

Estima em qual porcentagem o aumento aconteceu? ____%

3 – Após a implantação em definitivo da indústria calçadista em Frei Paulo, surgiram movimentações financeiras significativas de pessoas jurídicas que implantaram novos estabelecimentos comerciais?

- Sim
 Não

4 – O banco consegue vislumbrar o aumento sustentado destas atividades comerciais, que foram criadas após a implantação da indústria calçadista?

- Sim
 Não

Caso negativo, explique as razões que motivam esta perspectiva?

5 – Com o aumento do emprego e renda proporcionado pela indústria calçadista, passou a existir linha de crédito específica para determinado público, ou ao menos as existentes a procura aumentou em função de novos investimentos em comércio, residências, compra de automóveis ou seguros entre outros?

- Sim
 Não

6 – Existe crescimento de diversas atividades econômicas no município, que até então não era visualizada pelo banco?

- Sim
 Não

Caso positivo, quais?

7 – De acordo com sua percepção a população do município e suas instituições financeiras estão preparadas para uma possível saída da indústria calçadista?

- Sim
 Não

Caso positivo, sinalize em quais aspectos que direcionam para esta situação?

Caso negativo, por que não está preparado?

8 – Em sua percepção houve mudanças de hábitos por parte da população, devido a implantação da Vulcabrás Azaleia, uma vez que nesta instituição cotidianamente interage com parcela considerável da população do município?

- Sim
 Não

9 – Esta instituição bancária exerce influência em outro município?

- Sim
 Não

Caso positivo, é possível visualizar se a instalação da indústria calçadista influencia a geração de emprego e renda para pessoas destas localidades, através de novas movimentações realizadas pelo banco?

- Sim
 Não

Caso positivo, de que maneira ocorre esta influência?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO PREFEITO MUNICIPAL DE FREI PAULO.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NUCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



TEMA: DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE)

Este questionário pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, para obtenção do título de mestre de acordo com o regimento interno do PRODEMA, na perspectiva de obter informações a respeito do desenvolvimento local e a sustentabilidade do município de Frei Paulo (SE) a partir da implantação da indústria calçadista. Nesse sentido, é imprescindível a sua colaboração. Não é preciso identificar-se e, em hipótese nenhuma, suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já, sou imensamente grato.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Mestrando(a): Paulo Rege Santos Matos

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO PREFEITO MUNICIPAL DE FREI PAULO.

Data da Entrevista: ___/___/___

1 – Qual foi participação do poder público municipal a época para instalação da indústria calçadista em Frei Paulo?

2 – Existem atualmente parcerias firmadas ou algum tipo de apoio entre a prefeitura municipal e a Indústria calçadista Vulcabrás Azaleia?

Sim

Não

Caso positivo, isso acontece de que maneira?

3- A prefeitura, especificamente, ofereceu treinamento para os funcionários que ingressaram na empresa;

Sim

Não

4- Houve alguma exigência de quota para pessoas residentes no município?

Em caso positivo, qual o percentual?

Sim ____%

Não

5 – Caso a indústria calçadista resolva sair do município, o poder executivo está preparado ou preparando alternativas para reduzir o impacto do desemprego na localidade?

Sim

Não

Caso positivo, quais ações são essas?

Caso negativo, porque não se pensou nessa possibilidade?

6 – Com a chegada em definitivo da indústria em Frei Paulo, houve aumento do número de matrículas nas escolas municipais?

Sim

Não

Caso positivo, este aumento aconteceu de forma gradual ou repentina.

7 – Com a instalação em definitivo da Vulcabrás Azaleia em Frei Paulo, houve aumento significativo no número de atendimentos na área de saúde?

Sim

Não

8- Quantos novos habite-se teve no município? _____

9 – Em decorrência do pleno funcionamento da Indústria calçadista em Frei Paulo, houve aumento na quantidade de resíduos sólidos das residências localizadas na sede do município?

Sim

Não

Caso positivo, existem tratamento e destinação adequada para esses resíduos?

10– Os registros de novos empreendimentos comerciais no município aumentaram em decorrência da implantação da indústria calçadista no período que compreende 2005 a 2010?

Sim

Não

Quanto novos estabelecimentos foram criados desde 2005? _____

Se possível ver por ano a partir desta data?

11 – Durante o período acima citado, existe uma maior mobilização econômica no município, que pressiona para abertura de novos loteamentos e ruas e consequentemente para dotação de criação de infraestrutura necessária a habitação dos munícipes?

Sim

Não

12- No seu entendimento, há uma mudança de mentalidade no município tornado as pessoas mais conscientes dos direitos e deveres que possuem influenciadas pela instalação da indústria calçadista?

Sim

Não

Caso positivo, de que maneira essa situação se apresenta?

13- Além dos benefícios, quais novos custos e problemas surgiram na cidade a partir da implantação da indústria, considerando questões como meio ambiente, habitação, transporte, educação, saúde, segurança, infraestrutura urbana (saneamento, calçamento etc)?

14 – Qual avaliação que o senhor faz do momento em que o município atravessa, com a geração de emprego proporcionado pela implantação da Vulcabrás Azaleia?

**APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO REPRESENTANTE DA
CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DO MUNICÍPIO DE FREI
PAULO.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NUCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**TEMA: DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE
SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FREI PAULO (SE)**

Este questionário pretende coletar informações apenas para fins acadêmicos, para obtenção do título de mestre de acordo com o regimento interno do PRODEMA, na perspectiva de obter informações a respeito do desenvolvimento local e a sustentabilidade do município de Frei Paulo (SE) a partir da implantação da indústria calçadista. Nesse sentido, é imprescindível a sua colaboração. Não é preciso identificar-se e, em hipótese nenhuma, suas respostas serão utilizadas para outros fins, senão os objetivos que norteiam este estudo. Desde já, sou imensamente grato.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Mestrando(a): Paulo Rege Santos Matos

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão

**ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO REPRESENTANTE DA CÂMARA DE
DIRIGENTES LOJISTA DO MUNICÍPIO DE FREI PAULO.**

Data da Entrevista: ___/___/___

1 – A criação da câmara de Dirigentes Lojista (CDL) de Frei Paulo, está relacionada com a ampliação do número de casas comerciais no município, ou foi uma ação isolada ou relacionada à expansão natural da instituição em outras localidades?

2 – Na sua percepção houve aumento do número de estabelecimentos comerciais no últimos anos?

Sim

Não

Caso positivo, então o porquê do aumento?

3 – De acordo com seu entendimento, uma vez que o (a) senhor (a) todos os comerciantes do município de Frei Paulo(SE), a instalação da Vulcabrás Azaleia é fator determinante para o atual estágio de evolução do comércio local?

Sim

Não

4 – Segundo sua compreensão da realidade socioeconômica local, a implantação da Indústria calçadista impulsiona também a geração de novos postos de trabalho no comércio local?

Sim

Não

Caso negativo justifique sua resposta?

5 – Em caso de saída da indústria calçadista do município, os comerciantes estariam preparados para os impactos gerados por esta ação?

Sim

Não

Justifique sua resposta?

6 – Caso exista uma eventual saída da indústria calçadista do município, o (a) senhor (a) acredita que a população local está preparada para os impactos desta ação?

Sim

Não

Por que?

7 – Como representante dos comerciantes locais, o CDL, busca estudar alternativas de redução de impactos, numa eventual saída da indústria calçadista?

Sim

Não

8 – No seu entendimento houve aumento do consumo das famílias do município a partir da implantação da indústria calçadista no município?

Sim

Não

9 - Com a implantação da Vulcabrás Azaleia no município, na sua percepção houve mudanças nos hábitos e costumes da população local?

Sim

Não

Caso positivo, justifique sua resposta?

10 - O CDL em algum momento foi convidado a discutir com órgãos governamentais, instituições privadas e sociedade civil a viabilidade da permanência da indústria calçadista no município, como também oferecer produtos necessários a Vulcabrás Azaleia?

Sim

Não